

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**DARIAN SOHEIL RAHNAMAYE RABBANI**

**A QUESTÃO MIGRATÓRIA NA PESQUISA EDUCACIONAL BRASILEIRA**  
**(2000-2020): O CASO PAULISTA**

**São Paulo**

**2023**

**DARIAN SOHEIL RAHNAMAYE RABBANI**

**A QUESTÃO MIGRATÓRIA NA PESQUISA EDUCACIONAL  
BRASILEIRA (2000-2020): O CASO PAULISTA**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da  
Universidade de São Paulo para obtenção do título de  
Mestre em Educação.

Área de concentração: Cultura, Filosofia e História  
da Educação

Orientador: Prof. Dr. Julio Groppa Aquino

**São Paulo  
2023**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E A DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE  
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA  
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)

Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

- 
- Rq Rabbani, Darian Soheil Rahnamaye  
A questão migratória na pesquisa educacional brasileira (2000-2020) - o caso paulista / Darian Soheil Rahnamaye Rabbani; orientador Julio Groppa Aquino. -- São Paulo, 2023.  
148 p.
- Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Cultura, Filosofia e História da Educação) -- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2023
1. Imigração. 2. Educação. 3. Pesquisa educacional. 4. Estado de São Paulo.  
I. Aquino, Julio Groppa, orient. II. Título.
-

Nome: Rabbani, Darian Soheil Rahnamaye

Título: A questão migratória na pesquisa educacional brasileira (2000-2020): o caso paulista

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da  
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre  
em Educação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Nada se constrói sozinho. Este trabalho é resultado de numerosas trocas de pensamentos, sentimentos e afetos. Deixo aqui meus mais profundos agradecimentos para:

os meus pais Afsoon e Said e meus irmãos Anissa, Sahba, e Vitória, por me apontarem a direção correta para onde trilhar e me oferecerem a segurança de um lugar para voltar;

Ana Rita, Yuri e Bruno Bueno, pelo amor incondicional e por me lembrarem sempre das coisas que são importantes;

Dida Bessana, pela revisão do texto final;

Margareth Rago, pelos valiosos comentários no exame de qualificação;

Daniele Kowalewski e Haroldo de Resende, pela honra de participarem da banca de defesa;

as professoras Ana Laura Lima, Cintya Ribeiro e Fabiana Jardim, por todas as aulas e conversas – este trabalho é, sem dúvida, resultado de um contínuo diálogo silencioso com vossas lições;

Lilian Spalding e Wania Cristina, por me ensinarem que eu sabia menos do que pensava e que eu podia mais do que imaginava;

Gisela Tartuce, Heloísa Padula, Liliane Bordignon, Patrícia Almeida, Sandra Unbehaum, por mostrarem que rigor pode conviver com leveza, bem como seriedade com alegria;

a professora Adriana Bauer, um agradecimento especial por toda a confiança e carinho, bem como por me mostrar que existem outros caminhos e lugares possíveis para a pesquisa;

Bruno Sayão e Dimitri Pinheiro, por, mesmo na distância, estarem presentes, de algum modo;

Bartira Maués, Gilson Reis, Henrique Affonso, Rodrigo Cabral, Luciana Bonnato, por nunca me deixarem esquecer que matemática é uma das mais belas invenções deste mundo;

Ana Lima e Gabriela Pinsdorf, por todas as partilhas durante a graduação;

Daniel Concagh, Eduardo Liron, Gabriella de Biaggi, Jade Butturi, Jordi Ximenes, Matheus Preis, Pedro Azevedo, Rafael Abissamra e Renato Dantas, pela amizade de longa data;

Aline G. Checchinato, pelas intervenções.

Debora Antunes, Fernanda Pacheco, Flávia Giroldo, Mônica dos Santos e Tarcísio da Silva Filho, pela companhia próxima ao longo de toda a elaboração desta pesquisa;

Guilherme Cintra e Lilian Veronese, pela íntima partilha de angústias e alegrias;

Elisa Vieira, Fábio Zanoni, Guilherme Oliveira, Luiz Souza, Marcelo Rito, Silas Sampaio, Kelly Sabino, Sidmar Gomes e Taís Patrício, com quem aprendi, em ato, formas tão belas e potentes de fazer pesquisa; com quem, mais do que isso, entendi que nada vale a pena se feito sozinho – e, neste sentido, um agradecimento especial é devido à Gisela do Val, pelo afeto, companheirismo e lealdade constantes;

Claudia Weber, pela admiração e carinho sempre recíprocos;

Mayra Donini, por me lembrar de forma tão enfática como doce a respeitar o tempo das coisas;

Flavio Tito Santos, pela amizade;

Juliana Vidigal, por me apresentar outros modos tão belos de viver e de pensar, tantas coisas para construir e descobrir; por me mostrar que, juntos, o mundo pode ser encantadoramente vasto;

Julio Groppa Aquino, por demonstrar diuturnamente que pensamento, cuidado e amor se dão sempre em gestos.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>1. IMIGRAÇÃO E ENSINO NO ESTADO DE SÃO PAULO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA .....</b>	<b>11</b>
<b>2. REFLEXÕES DE MICHEL FOUCAULT SOBRE POPULAÇÃO E HISTÓRIA: UMA INCURSÃO TEÓRICA .....</b>	<b>34</b>
2.1. Arquivo Teórico .....	38
2.2. População na obra de Foucault.....	40
2.3. População e migração.....	53
2.4. Foucault e a História.....	56
<b>3. MIGRAÇÃO NA PESQUISA EDUCACIONAL BRASILEIRA: UM ESTUDO COM BASE EM PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS EDUCACIONAIS.....</b>	<b>65</b>
3.1. Artigos que não investigam o estado de São Paulo .....	73
3.1.1. Sem recorte .....	74
3.1.2. Estrangeiros.....	75
3.1.3. Nacionais.....	78
3.2. Artigos que investigam o estado de São Paulo.....	84
3.2.1. Estudos sobre o passado.....	85
3.2.2. Estudos sobre o presente .....	96
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>101</b>
<b>PÓS-ESCRITO .....</b>	<b>106</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>120</b>
<b>ANEXO I – ARTIGOS QUE DISCUTEM MIGRAÇÕES.....</b>	<b>127</b>

## RESUMO

RABBANI, Darian Soheil Rahnamaye. **A questão migratória na pesquisa educacional brasileira (2000-2020): o caso paulista.** 2023. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

O presente estudo debruça-se sobre o encontro entre o campo educacional brasileiro e o fenômeno das migrações populacionais, investigando o modo como estas vêm sendo tratadas no âmbito da pesquisa sobre educação, com especial atenção àquelas que focalizaram as imigrações estrangeiras que tiveram o estado de São Paulo como destinação. A escolha de tal recorte se justifica pelo fato de que o estado paulista tem a entrada de estrangeiros como uma marca de sua constituição demográfica e social há mais de um século, a qual persiste nos dias atuais. As discussões iniciam-se com a tematização das transformações sociais, políticas e econômicas ali ocorridas durante a Primeira República (1889-1930), decorrentes, em grande parte, do ingresso massivo de estrangeiros na região, as quais tiveram um forte impacto sobre a configuração da educação institucional paulista, bem como sobre as discussões em torno dela. Na sequência, o estudo envereda pelo conceito de população na obra de Michel Foucault, de modo a oferecer um enquadramento teórico-conceitual para o debate ora proposto. Visando adensar os parâmetros para a análise pretendida, o pensamento de Foucault é novamente mobilizado – mais especificamente, no que concerne às suas teorizações sobre a noção de arquivo –, a par de sua reverberação nos meios historiográficos. Em seguida, é analisado um conjunto de artigos veiculados em 58 periódicos do campo educacional, no período entre 2000 e 2020, os quais discutiram diferentes interfaces do problema das migrações populacionais. Privilegiaram-se os textos que focalizaram as imigrações destinadas ao estado de São Paulo, dividindo-os entre aqueles que investigaram acontecimentos passados e os que se direcionaram à atualidade. O saldo do percurso investigativo aponta para o reconhecimento de uma tensão no modo como diferentes pesquisadores/as posicionam o papel da educação mediante a presença de imigrantes: se, por um lado, há o consenso quanto ao fato de as práticas educacionais terem o dever de acolher os/as estrangeiros/as no seio da sociedade local, há também, por outro lado, a constante afirmação de que o processo inclusivo pode também redundar em uma força normalizadora sobre tais populações. Assim, o encontro entre imigração e práticas educacionais resulta em uma ocasião privilegiada para se perspectivar tanto o papel da primeira na formação da população paulista, quanto certas inflexões da relação entre educação e sociedade contemporâneas.

**Palavras-chave:** Imigração; Educação; Pesquisa educacional; Estado de São Paulo.



## ABSTRACT

RABBANI, Darian Soheil Rahnamaye. **The migratory matter in Brazilian educational research (2000-2020):** the case of São Paulo. 2023. Thesis (Masters degree) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

This study focuses on the encounter between Brazilian educational field and the phenomenon of population migrations, investigating the way in which this has been treated within educational research, paying special attention to those that focused on foreign immigration to the State of São Paulo. This region was chosen because immigration has been a major factor in the demographic and social constitution of São Paulo for over a century, until the present day. The discussion begins with a presentation of the social, political and economic transformations that occurred there during the First Republic (1889-1930), resulting, in large part, from the massive inflow of foreigners into the region, which had a strong impact on the configuration of institutional education in São Paulo, as well as on the discussions around it. Next, the study focuses on the concept of population in the work of Michel Foucault, in order to offer a theoretical-conceptual framework for the debate proposed here. Aiming to establish methodological parameters for the analysis, Foucault's thought is again mobilized – more specifically, with regard to his theorizations about the notion of archive – along with its reverberation in historiographical circles. Then, a set of articles published in 58 Brazilian journals in the educational field, in the period between 2000 and 2020, which discussed different interfaces of the problem of population migrations, is analyzed. Articles that focused on immigration to the State of São Paulo were chosen, dividing them between those that investigated past events and those that studied current events. The investigation points to the existence of a tension in the way in which different researchers position the role of education of immigrants: if, on the one hand, there is consensus that educational practices have a duty to welcome foreigners into the heart of local society, there is also, on the other hand, the constant assertion that the inclusive process can result in normalizing force on such populations. Thus, the encounter between immigration and educational practices results in a privileged opportunity to put into perspective both the role of the former in the formation of the population of São Paulo, and certain aspects of the relationship between education and contemporary society.

**Keywords:** Immigration; Education; Educational research; State of São Paulo.

## APRESENTAÇÃO

Em 18 de junho de 2019, a senadora estadunidense Alexandria Ocasio-Cortez – conhecida por sua luta pelos direitos de imigrantes, entre outras pautas – fez uma publicação na qual se referiu aos centros de detenção de imigrantes, geridos pelo governo de seu país, como campos de concentração (STOLBERG, 2019). As referidas instituições, localizadas no sul dos Estados Unidos, nas proximidades da fronteira com o México, detêm os imigrantes que são retidos tentando entrar ilegalmente no país. Apesar de o debate em torno de tais instituições não ser inédito, à época ele ganhou atenção midiática por conta das polêmicas centradas nas políticas imigratórias, principalmente em relação à imigração ilegal, adotadas pelo governo de Donald Trump; políticas essas que vinham sendo alvo de denúncias por fomentarem ações tidas como desumanas contra as pessoas que entravam ilegalmente no país, tais como a separação das famílias (incluindo crianças pequenas de seus pais) e as condições insalubres nos centros de detenção (DICKERSON, 2019; QIU, 2019).

A denúncia de Ocasio-Cortez gerou controvérsias por ser considerada por alguns uma comparação leviana e uma banalização da memória do Holocausto, bem como do que teriam sido os campos de concentração nazistas. Neste sentido, as discussões foram múltiplas. A avaliação da senadora partiu de uma visita que fez a alguns dos centros de detenção nos quais apontava condições desumanas, como superlotação, negligência na prestação de cuidados médicos, condições críticas de higiene, falta de alimentos e de água potável. Tais alegações levaram o congressista do Partido Republicano Mark Green a visitar as mesmas instituições a fim de averiguar a veracidade das acusações de sua adversária política. Green (2019) alegou que o que encontrou em sua visita foi exatamente o contrário do relatado por Ocasio-Cortez. Segundo ele, os centros de detenção seriam bem equipados, com boas condições de saneamento básico, alimentos e atendimento médico disponível e qualificado para os imigrantes ali detidos.

Outras personalidades públicas – como Bill Hemmer, âncora de um dos programas de notícias transmitidos pelo canal estadunidense Fox News, e Elizabeth Cheney, política do Partido Republicano – indignaram-se com a comparação; entre outras coisas, alegaram que não faria sentido comparar a detenção de imigrantes ilegais com instituições que incidiram no extermínio de seis milhões de judeus (CONCHA, 2019; KELLY, 2019). Em resposta a tais alegações, Ocasio-Cortez defendeu que haveria uma distinção entre campos de concentração e

campos de extermínio,<sup>1</sup> alegando que os primeiros seriam caracterizados por serem instituições onde ocorreria a detenção em massa de civis sem um julgamento prévio. Assim, o fato de não estarem tirando a vida dos imigrantes ilegais nos centros de detenção na fronteira ao sul dos Estados Unidos não garantiria que tais instituições não pudessem ser comparadas a campos de concentração.

Outra influente personalidade que se posicionou em relação à polêmica foi Edward Mosberg, judeu-polonês sobrevivente do Holocausto, mesmo tendo sido detido em mais de um campo de concentração nazista. Falecido em 2022, ele dedicou suas décadas finais de vida a ações educativas dedicadas à conscientização da sociedade acerca do Holocausto. Em entrevista (LEWAK, 2019), sugeriu que o mandato de Ocasio-Cortez deveria ser cassado, uma vez que ela estaria difundindo antissemitismo, ódio e ignorância com suas comparações entre os centros de detenção estadunidenses para imigrantes ilegais e as instituições nazistas. Afirmou que a analogia seria completamente descabida, uma vez que os judeus foram levados à força aos campos de concentração nazistas, ao contrário dos imigrantes. Nas palavras de Mosberg: “As pessoas na fronteira não são forçadas a estarem lá – elas vão para lá segundo a sua própria vontade” (LEWAK, 2019, n.p., tradução nossa).

Para além da suposição de que a migração é uma escolha, poderíamos desdobrar a afirmação de Mosberg em outra ideia, não implícita, mas, talvez, subjacente a seu argumento. Haveria uma diferença na violência institucional do Estado contra aqueles que são seus cidadãos daquela praticada contra estrangeiros que tentam entrar nele de forma ilegal, isto é, sem levar a cabo os devidos processos que permitiriam o reconhecimento jurídico de seus direitos. Sobre toda a polêmica e as diferentes reações a respeito da comparação feita por Alexandria Ocasio-Cortez, a jornalista Andrea Pitzer (2019, n.p., tradução nossa) redigiu um artigo no qual defendeu que, independentemente de se poder ou não comparar os centros de detenção de imigrantes ilegais nos Estados Unidos a campos de concentração, ambas as instituições têm um aspecto em comum: “O que deve um país a pessoas desesperadas a quem nem sequer os considera seus cidadãos?”.

---

<sup>1</sup> No original, os termos usados são *concentration camps* e *death camps*.

Seja pela intervenção em território alheio, seja pelo acolhimento em suas próprias fronteiras, haveria um dever do Estado com os indivíduos que, mesmo habitando seu território, não são considerados seus cidadãos? Ou: haveria alguma dívida de uma nação com aqueles que lhe são estrangeiros? Uma questão de direitos, pode-se dizer. Entretanto, seria possível compreender a formulação no sentido contrário. O quanto da nação poderia ser tributário do estrangeiro? Se o imigrante, bem-vindo ou não, por um lado, acabará sendo absorvido, por outro, também trará algo de seu que será incorporado ao local aonde chega. Uma questão não mais de direito, mas de legado.

Essas duas dimensões convergem com uma ideia de Jeffrey Lesser (2015) ao apontar como os Estados Unidos, criando o mito da *terra prometida*, se apresenta como um país que ofereceria oportunidades e a possibilidade de uma vida melhor, em relação à nação da qual os imigrantes saíram. Isto é, a nação estadunidense como um bastião capaz de salvar o estrangeiro.

No Brasil, entretanto, a relação entre imigração e identidade nacional é outra. Intelectuais, políticos, assim como lideranças culturais e econômicas, viam (e ainda veem) os imigrantes como agentes do aperfeiçoamento de uma nação imperfeita, conspurcada pela história do colonialismo português e pela escravidão africana. Como resultado, os imigrantes muitas vezes foram saudados como salvadores que trouxeram mudanças e melhorias ao Brasil, e não por terem melhorado graças ao Brasil. (LESSER, 2015, p. 28).

Independentemente da narrativa adotada nessa dicotomia, há a constância de que ambos os países, como muitos outros do continente americano, têm a imigração como um dos eixos principais de seus mitos fundadores. Em outras palavras, nações que criaram sua própria identidade nacional arraigada na noção de estrangeiro. Pensadores como Michel Foucault (2014b), Tzvetan Todorov (2010) e Edward Said (2015) ajudam a compreender como os outros são essenciais para se delimitar as fronteiras daquilo que é próprio, sendo que é a partir deles que se pode definir um nós. “Nós, brasileiros, nesse quadro, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e continuamos nos fazendo” (RIBEIRO, 2015, p. 331).

Aqui, entretanto, em nenhuma hipótese acreditamos que esse processo de *mestiçagem* seja harmonioso ou sequer pacífico.

Toda migração – qualquer que tenha sido o fator a desencadeá-la ou sua motivação subjacente, seja ela voluntária ou involuntária e seja qual for a

escala que assume – leva a conflitos. A defesa dos interesses locais e a xenofobia são constantes antropológicas que precedem qualquer racionalização. A distribuição universal desses traços indica que são mais antigos que todas as sociedades conhecidas.

Para mantê-los sob controle, para evitar banhos de sangue e tornar possível pelo menos um mínimo de troca e comunicação entre os diferentes clãs, tribos e grupos étnicos, as sociedades antigas inventaram os tabus e os rituais da hospitalidade. Esses cuidados, porém, não revogam o status do estrangeiro. Pelo contrário: eles o fixam. O hóspede é sagrado, mas não pode ficar para sempre. (ENZENSBERGER, 1995, p. 100).

A passagem acima contém uma ideia que será cara a esta dissertação: todo fenômeno migratório traz consigo algo da ordem do conflito, uma vez que a relação com o estranho parece ser pautada mais na desconfiança do que na curiosidade. Além disso, o estrangeiro não é bem-vindo por tempo indeterminado. Seja pela incorporação, pelo isolamento ou, até mesmo, pelo apagamento, mais cedo ou mais tarde urge, em uma sociedade, a necessidade de se dirigir aos sujeitos exógenos que a habitam.

É em torno dessas questões que se centra esta investigação, primeiramente. Como se constrói uma identidade comum para uma nação com base em uma população, a princípio, estrangeira? Buscamos, aqui, nos debruçar sobre a complexidade e as tensões da relação na qual se projetou uma população composta, em um primeiro momento, de indivíduos vindos do exterior, que precisarão, então, ser tornados brasileiros. Defenderemos que a educação – no que respeita a suas práticas, instituições e saberes – se apresenta como uma tecnologia fundamental e um dos principais instrumentos empregados para tornar possível a execução desse projeto.

Formulado o tema central que aqui será investigado, cabe delimitar alguns recortes e balizas para o objeto de estudo.

Muitas regiões, cidades ou nações vivenciaram tensões entre fenômenos migratórios (quer tenham sido de imigração, de emigração ou de diáspora) e sua constituição como sociedade. Pensando no território brasileiro, parece-nos icônico o caso do estado de São Paulo, especialmente no que concerne à sua capital. O intenso fluxo de imigrantes que chegaram e aqui se estabeleceram nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX não é só um marco em sua história, mas também um ponto de inflexão no sentido político, econômico e social em relação ao restante do Brasil. “Com uma população de cerca de 30 mil habitantes em 1872, constituindo-se em nada mais que um burgo, em 1920, com mais de meio milhão de habitantes, São Paulo ganhava o status de metrópole brasileira” (CRUZ, 2013, p. 44). Daí o

fato de a imigração ser não só um capítulo na história da cidade, mas também a condição de possibilidade para a formação da metrópole que conhecemos hoje.

Ademais, muitas regiões no Brasil tiveram sua história marcada pela imigração, apesar de a peculiaridade do caso paulista residir no fato de que os fluxos migratórios não se restringiram ao fim do século XIX e início do XX; ao contrário, mantiveram-se como uma constante desde então. Por exemplo, ao se tomarem os dados apresentados no Relatório Anual de 2021 produzido pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA, 2021), verifica-se que, entre os anos 2011 e 2020, o estado de São Paulo recebeu 31,5% dos imigrantes estrangeiros que solicitaram residência no Brasil. Ou seja, na última década, quase um terço de todos os imigrantes vindos para o Brasil teve como destino o estado paulista.

[...] uma sociedade como a paulista [...] só pode ser compreendida se o fenômeno imigratório for considerado como constituinte de sua história e de seu modo de ser; o passado e o presente estão “carregados” dessas várias imigrações, embora nem sempre estejam tão evidentes à primeira vista. (DEMARTINI, 2004, p. 216).

A imigração não foi apenas um episódio na história do estado de São Paulo, mas uma constante em sua formação demográfica desde que o estado se constituiu como um importante polo econômico para o Brasil até os dias atuais. Por isso entendemos que o estado paulista se configura como um recorte significativo para este estudo.

Ainda pensando a delimitação do nosso objeto de estudo, procuramos investigar como a educação foi e ainda é usada como tecnologia-chave para mediar a relação entre os âmbitos nacional e estrangeiro, apresentando-se como palco privilegiado para pensar os projetos, as alianças e os conflitos que caracterizaram as relações entre imigrantes e o território paulista. Com isso em vista, procuramos investigar como a imigração foi pensada no campo educacional. E, mais especificamente, no campo da pesquisa acadêmica, por entendermos que este comporta não só o que concerne às teorias e aos saberes conceituais formulados em torno do encontro entre educação e imigração, mas também porque mapeia as práticas concretizadas, quer em larga escala (como em políticas públicas), quer localizadas, considerando-se também o campo das ações institucionais formais e o das não institucionais.

Trabalhar com a análise de artigos acadêmicos possibilitou-nos ainda estabelecer um comparativo entre duas temporalidades: os estudos que se debruçaram sobre tempos pregressos

e os que investigaram os dias atuais. Optamos por separar os artigos de cunho historiográfico dos que refletem sobre questões ligadas aos fluxos migratórios contemporâneos com vistas a investigar rupturas em permanências no que se imagina que foi e é o papel da educação no contato com imigrantes. Ressaltamos aqui, entretanto, que não se trata de uma comparação entre passado e presente, porque não lidamos com fontes produzidas em dois tempos distintos; ao fim, todas são contemporâneas (os artigos mais antigos presentes em nossa análise datam do ano 2000. Não estamos fazendo uma historiografia, mas, sim, olhando para o que foi produzido nesta.

Configura-se, desse modo, nosso objeto empírico de análise: trabalhos acadêmicos no campo educacional que investigam questões ligadas à imigração para o estado de São Paulo, com especial atenção às permanências e às rupturas entre os modos como atualmente olhamos para o passado e para o presente. Sobre tal recorte, vale uma consideração: é possível que, em alguns momentos do texto, o uso do nome São Paulo possa gerar dubiedade, já que se refere ao estado e também à capital homônima. Assim, faremos o máximo possível para evitar tal ambiguidade. Não obstante, importa lembrar, essa distinção não era tão clara no início do século passado como é hoje, principalmente no que concerne às instâncias administrativas. Assim, em geral, lidaremos com o estado como um todo, dando especial atenção às dinâmicas e aos impactos em sua capital.

Ademais, os trabalhos que se debruçam sobre os fluxos migratórios, usualmente, fazem uma importante distinção entre migração interna e externa: a primeira refere-se aos deslocamentos populacionais no interior de um mesmo país e a segunda, aos movimentos que partem de um país para outro distinto. Entendemos a importância desta distinção, embora aqui o interesse maior sejam os fluxos de migração externa. Assim, à guisa de manter a fluidez do texto, sempre que as palavras migração e imigração ocorrerem isoladamente estará subentendido que se referem a movimentos externos. Nos casos em que tais palavras se referirem aos deslocamentos internos, assim serão devidamente adjetivadas. Também é comum que os estudos sobre migração se restrinjam a um determinado grupo étnico ou a um conjunto deles. Apesar de, até aqui, termos tratado os diferentes grupos sob a égide da noção generalizante de estrangeiros, temos clareza de que cada um deles tem diversas particularidades, tanto no modo como foram pautados no debate público e recebidos pela cidade quanto em seus modos próprios de organização cultural. Não obstante, nosso interesse reside

no entendimento de como a sociedade paulista endereçou-se a eles, regulando-os e, ao mesmo tempo, constituindo-se na relação com eles. Logo, nossa intenção analítica centra-se mais na resposta regional dada ao fenômeno migratório do que na migração em si. Isto é, buscaremos olhar quais foram as respostas do estado paulista à entrada massiva de imigrantes em seu território. Um olhar mais atento a São Paulo do que à migração, portanto. Por isso, concentramos nosso estudo em uma região, e não em determinada etnia.

Com relação a esta dissertação, ela está dividida nas seguintes seções: 1. *Imigração e ensino no estado de São Paulo durante a Primeira República*; 2. *Reflexões de Michel Foucault sobre população e história: uma incursão teórica*; 3. *Migração na pesquisa educacional brasileira: um estudo com base em publicações em periódicos educacionais*; *Considerações finais*; e *Pós-escrito*.

No primeiro capítulo, apresentamos o saldo analítico de um levantamento temático, em publicações acadêmicas e documentos históricos, no qual buscamos fazer uma contextualização histórica pensando imigração e educação no estado de São Paulo na Primeira República. Iniciamos o capítulo com uma discussão geral sobre o contexto econômico e social do período e as condições que levaram a um crescimento exponencial da população do estado causado, em grande parte, pelo intenso fluxo de imigrantes estrangeiros que ingressavam e se estabeleciam em território paulista. Em seguida, discutimos as pautas que guiaram o debate educacional nesse período para, no fim, apresentarmos duas reformas nas políticas educacionais que, acreditamos, refletem os debates sobre educação pública e imigração do período republicano no contexto paulista.

No segundo capítulo, a título de subsídio do nosso trabalho analítico, o arcabouço teórico concentra-se no conceito de população na obra de Michel Foucault. Partindo de um levantamento do tema em sua obra, discorremos sobre como ele emerge, desenvolve-se e esvanece. A discussão apoia-se em dois outros conceitos centrais para a compreensão da primeira noção: biopolítica e governamentalidade. Buscamos, então, articular as ideias apresentadas com as discussões feitas sobre imigração e educação no estado de São Paulo na República Velha. Ao fim do capítulo, a fim de fundamentar, do ponto de vista metodológico, o trabalho desenvolvido com as fontes empíricas do estudo, situamos as tensões e as articulações entre Foucault e o campo da historiografia, a fim de tangenciar a relação entre o presente e investigações sobre eventos passados.



No terceiro capítulo, apresentamos o saldo analítico do levantamento empírico, em 58 periódicos acadêmicos da área de educação, no qual abordamos as pesquisas que discutiram o fenômeno da migração. Separamos, entre os artigos selecionados, os que investigaram questões ligadas ao estado de São Paulo e os que o fizeram em relação a outros estados, apresentando-os nos primeiros dois tópicos. Os artigos que investigam o território paulista são, ainda, separados de acordo com duas temporalidades: os que se debruçam sobre o passado – mais próximos, portanto, do campo da historiografia – e os que investigaram questões contemporâneas.

Ao fim de tal percurso, procuramos articular as discussões do terceiro capítulo com conceitos e ideias trabalhadas nos capítulos anteriores, com o objetivo de pensar como a imigração é, ainda hoje, um problema fulcral quando se pensa a constituição da população paulista. A tentativa de criar algum princípio de homogeneidade e coesão em uma sociedade fragmentária, do ponto de vista populacional, ainda recai principalmente sobre a educação.

Além disso, no início de cada capítulo será narrada uma história das aventuras do viajante Hans Staden. No *Pós escrito*, essas narrativas serão retomadas, a fim de refletirmos sobre o percurso argumentativo desenvolvido ao longo da dissertação. Hans Staden servirá aqui como um *personagem conceitual*. Isso porque, “na enunciação filosófica, não se faz algo dizendo-o, mas se faz o movimento pensando-o, por intermédio de um personagem conceitual. Assim, os personagens conceituais são verdadeiros agentes de enunciação” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 87). Tal relato não servirá como alegoria ou representação de um conjunto de ideias aqui presentes mas, sim, para que ele promova outro conjunto de reflexões que, ao fim, se pensadas em diálogo com o que se apresentou ao longo da investigação, culminarão em algo novo. Uma enunciação própria, portanto.

# 1. IMIGRAÇÃO E ENSINO NO ESTADO DE SÃO PAULO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

Em 29 de abril de 1548 chegou à cidade de Lisboa onde encontrou a pousada de um conterrâneo alemão. Havia saído de seu país com o intuito de navegar até a Índia, mas, em conversa com o estalajadeiro, descobriu que havia chegado tarde, uma vez que os navios do Rei destinados à Índia haviam todos zarpado. Rogou, então, que o ajudasse a encontrar outra viagem uma vez que, ao contrário dele próprio, o recém-conhecido companheiro conhecia a língua local, o português. Atendendo ao pedido, o estalajadeiro conseguiu uma vaga, para seu conterrâneo, como artilheiro a bordo do navio que se destinava ao Brasil. Tal embarcação viajava a fins de comércio, mas detinha licença para capturar eventuais navios que estivessem negociando com piratas e, também, pilhar embarcações francesas que estivessem comerciando com *selvagens* do Brasil. A viagem também tinha como objetivo levar prisioneiros portugueses que escolheram ir habitar a nova colônia de Portugal, como forma de se eximirem das punições que teriam de enfrentar, caso permanecessem no país. Não era a viagem que queria, mas a que foi possível. Foi assim que se iniciou a primeira jornada de Hans Staden (1998) ao Brasil.

O trajeto até o continente americano foi marcado por tempestades e calmarias. Chegando ao povoado de Olinda estabelecido na Capitania de Pernambuco, a pedido do governador, os viajantes foram convocados a ajudar o povoado de Igarauçu que, no momento, estava em confronto com a população indígena local. Assim, o alemão e os 39 homens pertencentes à expedição que partira de Lisboa foram, segundo Staden (1998, p. 24), se juntar a “em torno de noventa cristãos aptos para a luta. A eles vinham somar-se trinta negros e escravos brasileiros, isto é, selvagens que pertenciam aos colonos. Os selvagens que nos sitiavam foram estimados em oito mil”. Após um mês de cerco e um saldo de algumas mortes entre os indígenas e nenhuma entre os colonos, os primeiros desistiram da ofensiva, e Staden, com os demais membros da tripulação de seu navio, retornaram a Olinda onde abasteceram seu navio e seguiram para o porto Paraíba. Chegando lá, encontraram um navio francês com o qual entraram em confronto. A batalha causou danos graves na embarcação e fez seus tripulantes decidirem que era hora de voltar às terras lusófonas. A viagem de regresso também foi conturbada, para além de condições climáticas desfavoráveis que levaram a tripulação a passar fome, ainda vivenciando um confronto com piratas. A despeito das adversidades, após 16 meses

no mar – segundo o relato de Staden (1998) –, chegaram a Lisboa em outubro de 1549 (STADEN, 1998).

A primeira viagem de Staden ao Brasil foi marcada por peripécias e infortúnios. Entretanto, pode-se dizer que não destoava muito das aventuras de um viajante do século XVI, uma vez que não foi ela que tornou o alemão famoso, mas, sim, os acontecimentos de sua segunda jornada ao continente americano.

Após um tempo em Lisboa, Staden decide viajar com os espanhóis para as, então, novas colônias no continente americano e, assim, parte para a cidade de Sevilha de onde embarca em um navio destinado às terras do rio da Prata. A viagem é turbulenta, as condições climáticas são desfavoráveis e a embarcação quase naufraga. Após mais de seis meses de viagem, chega ao porto de Superagui, localizado a 13 milhas da ilha de São Vicente. Continua sua viagem em busca da ilha de Santa Catarina, de onde seria possível prosseguir a jornada ao rio da Prata. Apesar de se perderem no caminho, por acidente, chegam ao destino almejado. Lá, abastecem o navio e se preparam para seguir, mas o navio em que viajava afunda no porto (STADEN, 1998).

Sem a embarcação, a tripulação fica, segundo Staden (1998), presa dois anos na selva. Opta, então, por navegar nos escombros que restaram de seu navio rumo à ilha de São Vicente, onde poderia fretar um barco dos portugueses para prosseguir ao rio da Prata. Durante a viagem, enfrenta uma violenta tempestade que a leva a naufragar em terras desconhecidas. Investigando os arredores, descobre a aldeia de Itanhaém, localizada a duas milhas de distância de São Vicente, de modo que, após alguns dias de repouso, prossegue com sua jornada por terra. Chega, enfim, ao destino onde a tripulação permanece durante algum tempo, agora separada, pois, desprovidos de recursos, os marinheiros se veem obrigados a encontrar novos ofícios para garantir seu próprio sustento.

A ilha de São Vicente era ocupada pelos portugueses – à época, aliados dos tupiniquins – e estava em guerra com os carijós, ao sul, e com os tupinambás, ao norte. Por conta de sua experiência com artilharia, Staden acaba assumindo um posto em uma cabana fortificada equipada com canhões. Ali ele deveria defender o povoado de Bertioga, localizado ao norte da ilha de São Vicente, de ataques dos nativos que vinham pelos rios. Em determinado dia, Hans saiu de sua cabana para caçar e foi capturado pelos tupinambás.

\* \* \*

Neste capítulo descrevemos alguns aspectos do contexto socioeconômico no estado de São Paulo durante a Primeira República, a fim de contextualizar a chegada massiva de imigrantes estrangeiros ao estado. Em meio a discussões motivadas por ideias eugenistas e nacionalistas sobre os problemas sociais da população paulista, buscamos expor como a escolarização teria sido uma tecnologia-chave nas respostas propostas para tais problemas. Interessa-nos, assim, pensar a formação do sistema público de ensino paulista tanto em seu aspecto estrutural quanto em relação aos discursos que, ao serem mobilizados e confrontados, formam, organizam e dão condição de possibilidade à existência da maquinaria escolar. A escolarização desponta, desse modo, simultaneamente como um instrumento essencial para a formação da metrópole e como um modo de endereçamento ao imigrante. Em suma, uma tecnologia balizadora da experiência ali em curso.

Compreender o estado de São Paulo durante a República Velha, principalmente no que concerne a sua capital, exige, antes de mais nada, entender o contexto do vertiginoso crescimento demográfico e urbano pelo qual a região passava; fenômeno esse intimamente ligado ao estabelecimento e à expansão da produção cafeeira, bem como à entrada de imigrantes vindos do exterior. Segundo Fernando Carneiro (1950), os imigrantes entraram no país ou como força de trabalho supletiva à escravatura, abolida em 1888, ou, então, unindo-se em núcleos coloniais de pequenos proprietários, estes tendo mais êxito na região sulina do país. Zuleika Alvim (2010) relata que, entre os anos de 1886 e 1920, as plantações de café em São Paulo receberam mais de 2,5 milhões de imigrantes. Tratando da chegada desses imigrantes no período entre 1890 e 1900, Boris Fausto (2008, p. 161) apontou para o fato de que “a população paulistana passou de 64 mil habitantes para 239”.

As razões que justificam a constituição de determinado fluxo migratório são múltiplas e envolvem uma miríade de especificidades geográficas, sociais e econômicas, tolhendo-se, assim, as possibilidades de criação de um modelo generalizante que explique as causas e as motivações de todos os processos migratórios. No entanto, há algum consenso quanto à ideia de que tais fluxos se constituem sempre em uma relação entre dois pontos: um referente ao local de onde os indivíduos partem, outro associado a seu destino final (KLEIN, 1999; ALVIM, 2010). Os motivos para essa movimentação, *grosso modo*, podem estar associados a situações

existentes nos locais de origem dos imigrantes, como crises econômicas, perseguições a minorias étnico-raciais e guerras, entre outros. A essas motivações também combinam-se as razões para a escolha do destino, que podem envolver oportunidades de trabalho, propaganda, presença de familiares e/ou de outros membros da comunidade, maior tolerância religiosa etc.

Considerando tais ideias, torna-se possível assumir como múltiplas as razões que levaram diversas famílias e indivíduos a deixar seu país e a se dirigir a São Paulo no período compreendido entre a última década do século XIX e as primeiras duas do século XX. No entanto, se o destino dessas diversas rotas é convergente, pode-se então presumir a existência de uma série de motivos que tornava São Paulo um local atrativo e promissor para aquelas pessoas.

Entre o fim do século XIX e o início do século XX, São Paulo investia na vinda de imigrantes. Zuleika Alvim (2010) relata que, na tentativa de atrair imigrantes, fazendeiros paulistas, durante a década de 1870, pagavam a passagem para que estes viessem trabalhar em suas fazendas. O dinheiro, no entanto, deveria ser ressarcido pelas famílias no prazo de cinco anos. Essa medida não se mostrou efetiva e, em 1881, por pressão dos donos de plantações, o governo da província de São Paulo passou a subsidiar metade do valor da passagem. Já com a outorga da Lei nº 28, em março de 1884 (ALESP, 1884), o estado passou a pagar o valor integral. O resultado foi a massiva intensificação do fluxo de imigrantes vindos para a província.

Conforme o segundo artigo da referida lei, o governo deveria proporcionar

hospedagem, por 8 dias, na hospedaria dos imigrantes da capital, a todo o imigrante que vier para a província, embora sem destino à lavoura, quer tenha desembarcado no porto de Santos, quer no do Rio de Janeiro, devendo, neste caso, trazer uma guia da inspeção geral do terras e colonização (ALESP, 1884, n.p.).

Localizada na divisa entre os bairros da Mooca e do Brás e funcionando até a década de 1930, a hospedaria recebia principalmente imigrantes originários de outros países, oferecendo-lhes abrigo, alimentação e apoio médico. Lá as autoridades indicavam às famílias para onde seriam encaminhadas para trabalhar e se estabelecer definitivamente.

Para entender esse patrocínio tanto privado quanto público da imigração é necessária uma contextualização. Conforme aponta Caio Prado Júnior (2006, p. 183) “a questão da imigração europeia do século passado [século XIX] está intimamente ligada à da escravidão”.

Segundo o historiador, o uso da mão de obra europeia assalariada na produção agrária foi idealizado em São Paulo pelo senador Nicolau de Campos Vergueiro. Entre os anos de 1847 e 1857 – portanto, antes da abolição da escravatura e também das políticas de patrocínio à imigração mencionadas acima –, o fazendeiro introduziu em suas terras famílias de imigrantes provindas da Alemanha, da Suíça, de Portugal e da Bélgica. Entretanto, tal medida não propiciou o abandono da mão de obra escrava, de modo que, nas terras de Vergueiro, coexistiram o trabalho escravo e o assalariado. A política, a princípio, teve bons resultados e foi adotada por diversas fazendas cafeicultoras da província de São Paulo; entretanto, logo houve percalços. O regime de trabalho proposto pelos fazendeiros aos trabalhadores livres era análogo àquele imposto aos que trabalhavam em regime de escravidão, implicando infundáveis jornadas de trabalho e salários praticamente nulos. Tais medidas resultaram em campanhas fortes de desincentivo à emigração nos países europeus, especialmente na Alemanha – que, no ano de 1859, chegou a proibir a emigração para o Brasil – e em Portugal, de onde, na época, provinha a maior parte dos imigrantes. Em contrapartida, muito dos imigrantes vindos a São Paulo foram recrutados sem qualquer critério de seleção, uma vez que os agentes responsáveis por tal tarefa recebiam pelo número de trabalhadores recrutados, de modo que, conforme relata Prado Júnior (2006), muitos dos que chegaram aqui não estavam aptos para o trabalho na lavoura. Esses dois pontos apresentaram-se como obstáculos para o uso da mão de obra estrangeira nas fazendas paulistas que, desse modo, voltaram, em torno da década de 1860, a ser mantidas apenas por trabalho escravo.

Seguindo a narrativa de Prado Júnior (2006), na década de 1870 já havia fortes indícios que apontavam para o fim da escravidão no Brasil como, entre outros, a abolição do tráfico negreiro pela Lei Eusébio de Queirós, de 1850; o crescimento do ideário abolicionista entre a classe política; e a Lei do Ventre Livre de 1871. Somava-se a isso a expansão das lavouras cafeeiras em São Paulo que demandavam mais mão de obra. No contexto internacional, os Estados Unidos – destino popular entre imigrantes que se destinavam ao continente norte-americano – começou a implementar políticas de restrição à entrada de estrangeiros, e a Itália passou por crises políticas e sociais que implicaram elevadas taxas de emigração. O cenário tornou-se favorável à adoção do trabalho imigrante no contexto paulista, de modo que foram feitas revisões nos regimes de trabalho propostos aos imigrantes, que os tornaram mais atrativos para eles, assim como campanhas de incentivo e propaganda financiadas pelo próprio governo.

Todos esses fatores acarretaram a entrada massiva de imigrantes no Brasil, em especial na Região Sudeste.

Todavia, não são apenas motivos econômicos que explicam o incentivo e a entrada de estrangeiros no Brasil, principalmente, no estado de São Paulo. Em *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*, Jeffrey Lesser (2015) expõe como as questões econômicas articularam-se fortemente às discussões raciais e eugenistas no trato brasileiro com a imigração. O autor aponta como, desde a Independência do Brasil, em 1822, houve muitos debates, ao longo da história do país, que articularam imigração e identidade nacional, apostando na ideia de que estrangeiros seriam capazes de aprimorar a nação.

Lesser (2015) ainda descreve como no Brasil se criou uma hierarquia racial, em cujo topo estariam os brancos de origem europeia e, na base, os negros de origem africana. Tal crença era amplamente difundida no continente americano, mas teve efeitos diferentes em cada nação: nos Estados Unidos, a segregação racial implicou um horror à ideia de miscigenação; na Argentina, os processos de racismo e miscigenação levaram a elite e a classe média, no século XX, a crer que não havia mais negros no país. Já no Brasil, as elites procuraram distinguir brancos de negros, bem como identificar aqueles que seriam ambos ao mesmo tempo ou, então, nenhum dos dois. O autor descreve como aqui se levou a cabo um processo de *branqueamento* que imaginava que, por meio da miscigenação e dos processos migratórios, poderia transformar a raça brasileira ao tornar não brancos em brancos. Tal ideologia seria, segundo Lesser (2015), crucial para compreender as políticas migratórias modernas no país.

Os intelectuais e os políticos muitas vezes se viam como biólogos ou químicos sociais que usavam o Brasil como um “laboratório racial” de embranquecimento. A metáfora biológica nos faz lembrar que as elites viam a população como uma base à qual “reagentes” humanos poderiam ser acrescentados ou subtraídos. Em outras palavras, os responsáveis pela formulação de políticas usavam a eugenia para criar uma correlação entre o ingresso de imigrantes e a mudança racial. (LESSER, 2015, p. 42).

Ademais, Lesser (2015) acrescentará que, durante o século XIX, apesar de haver um consenso na elite de que seria preciso tornar o Brasil um país mais branco, haveria um dissenso sobre a forma de se definir a branquidão e como a imigração deveria ser usada para atingi-la. Por um lado, os grandes latifundiários imaginavam que a imigração deveria ser um substituto literal do regime escravo, de modo a alterar a composição racial do país sem modificar a

hierarquia de poder. Por outro, havia os defensores de que os imigrantes deveriam receber terras e constituir pequenos núcleos coloniais independentes, diminuindo o poder dos latifundiários. Tal grupo atrelava o embranquecimento ao capitalismo e ao progresso. Entende-se aqui que tal tensão seria importante para compreender a forma como se moldou a relação entre trabalho, imigração e branqueamento ao longo do século XIX no Brasil.

Ainda sobre a noção de branqueamento mencionada acima, em *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, Thomas Skidmore (2012) também escreveu sobre o tema e apontou como no Brasil, ao contrário de outros lugares em que se temia que a mestiçagem levasse à produção de uma população *degenerada*, defendeu-se que o processo de branqueamento por meio de cruzamentos entre raças distintas seria justamente o que poderia melhorar a qualidade genética do povo. Alguns eugenistas brasileiros do início do século XX, como o então diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, defendiam tal tese com o argumento de que os genes europeus seriam superiores aos dos demais povos, assim nos processos de combinação racial os primeiros se sobressairiam, de modo que os cruzamentos entre as raças levariam sempre a um predomínio daquelas de origem europeia.

Skidmore (2012, p. 200) continua: “No fim da década de 1880, o ideal do branqueamento combinara-se ao liberalismo político e econômico para formar uma autoimagem nacional mais definida”. O historiador defende como na última década do século XIX e nas primeiras do século XX veremos emergir no Brasil toda uma campanha de propaganda que visava a atrair imigrantes europeus, principalmente para as regiões Sudeste e Sul do país. Tal empreitada teve como mote a construção de uma imagem positiva do Brasil nos países europeus, que atraísse imigrantes e, junto a isso, defendia-se que, ao contrário de outros países do continente americano – tal como os Estados Unidos –, nas terras brasileiras a cultura de mestiçagem e cordialidade de sua população haveria extinguido o preconceito racial. O ideal de branqueamento, segundo Skidmore (2012), portanto, seria o principal eixo de conciliação entre as teorias racistas e a realidade social brasileira da época.

Tais ideais racistas, somados às necessidades de mão de obra nas lavouras cafeeiras paulistas, justificariam todo o esforço do estado paulista em importá-la de países estrangeiros. “Em vez de procurar trabalhadores livres desocupados em outras regiões do país (principalmente no Nordeste, que vivia um declínio econômico), os cafeicultores tentaram, a partir de 1870, substituir seus escravos por mão de obra imigrante” (SKIDMORE, 2012, p.



202). Os alóctones, principalmente de origem europeia, eram vistos, assim, como aqueles capazes de promover o progresso econômico e racial para o país. No caso do estado paulista, isso seria um dos pilares da sociedade que as elites buscavam erigir. Assim, justificar-se-iam as políticas de financiamento e investimento na entrada de imigrantes estrangeiros que abordamos no início deste capítulo.

Tais políticas foram responsáveis pela intensificação da entrada de imigrantes no estado de São Paulo: “Muitos dos mais de 750 mil imigrantes entrados no estado entre os anos de 1886 e 1899 estabelecem-se na cidade” (CRUZ, 2013, p. 45). Pode-se afirmar que o estado importava mão de obra estrangeira para as fazendas e também habitantes para a cidade. O aglomerado populacional que se formava era composto de imigrantes dos mais variados países, além dos provenientes de outras partes do Brasil. Desse modo, estabelecia-se um importante polo econômico-político para o país, habitado por italianos, japoneses, libaneses e tantas outras etnias. Nessa metrópole, no entanto, faltavam paulistas; situação que nos parece paradoxal, na medida em que se verificava um aglomerado de pessoas, mas aparentemente não uma nação.

Desponta, assim, uma nova questão fulcral para compreender o pensamento brasileiro tanto no fim do século XIX quanto nas primeiras décadas do século XX: o nacionalismo. O branqueamento e as ideias eugênicas foram importantes catalisadores das políticas de imigração que se formulavam no país todo, mas tinham como um de seus epicentros o estado de São Paulo. É importante compreender como esse mesmo pensamento somado ao intenso fluxo de imigrantes que se estabeleciam no território paulista foram balizadores dos debates que ocorriam entre os intelectuais brasileiros sobre a própria constituição e defesa da nação. Neste sentido, Skidmore (2012) aponta como um importante veículo para compreender a força de tais ideias a publicação da *Revista do Brasil*. Fundada em São Paulo no ano de 1916, logo em seu primeiro volume, na apresentação do periódico, lê-se:

O que ha por traz do titulo desta Revista e dos nomes que a patrocinam é uma coisa simples e immensa; o desejo, a deliberação, a vontade firme de constituir um nucleo de propaganda nacionalista. Ainda não somos uma nação que se conheça, que se estime, que se baste, ou, com mais acerto, somos uma nação que ainda não teve o animo de romper sósinha para a frente numa projecção vigorosa e fulgurante da sua personalidade. Vivemos desde que existimos como nação, quer no Imperio quer na Republica, sob a tutela directa ou indirecta, senão politica ao menos moral do estrangeiro. Pensamos pela cabeça do estrangeiro, vestimo-nos pelo alfaiate estrangeiro, comemos pela cozinha estrangeira e, para coroar essa obra de servilismo colectivo, calamos,

em nossa patria, muitas vezes, dentro dos nossos lares, a lingua materna para falar a língua do estrangeiro! (REVISTA DO BRASIL, 1916, p. 2).

A revista teve a colaboração de diversos intelectuais brasileiros, como os integrantes da Academia Brasileira de Letras (ANL): Pedro Lessa, José Veríssimo e Alberto de Oliveira. Dois anos depois de sua fundação, em 1918, foi comprada por Monteiro Lobato. Dentre seus assuntos, o periódico contava com debates sobre literatura, economia e sociedade e, também, conforme aponta Skidmore (2012, p. 237), “travaram-se prolongados debates sobre como chegar ao equilíbrio ideal entre o nacionalismo e a adoção dos métodos estrangeiros na reforma do ensino”. Tal preocupação não era exclusiva do impresso; muitos dos debates sobre nacionalismo na época apostavam na educação como uma das peças fundamentais para a construção da nação. A educação emergia como um vetor que seria capaz de se endereçar a algumas das mazelas sociais brasileiras. Pensadores como Tobias Monteiro e Joaquim de Assis Brasil “assumiam implicitamente que os brasileiros nativos, fosse qual fosse sua origem racial, estavam sendo muito prejudicados pela ausência de instituições sociais que os preparassem para o mundo moderno” (SKIDMORE, 2012, p. 233).

Em *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista – Brasil 1890-1930*, Margareth Rago (2014) aponta como, a partir de meados do século XIX, a infância, antes uma categoria exógena às discussões da saúde, começou a ocupar cada vez mais um lugar de protagonismo no interior dos discursos médicos, atingindo seu ápice nas primeiras décadas do século XX. A medicina passa a descrever e a se ocupar de problemas que poderiam ser compreendidos em torno de três eixos em cujo centro estava a infância: a mortalidade infantil; o abandono de menores; e a definição do médico como figura central na saúde familiar. Não entraremos nos detalhes de cada um desses eixos, mas eles nos interessam pois são importantes para compreender que o olhar dos médicos higienistas para a esfera social e dos problemas que diziam respeito à gestão das cidades se deu, em um primeiro momento, considerando a definição de infância um problema da saúde.

Assim, desde o final do século XIX, a preocupação com os destinos da criança, rica ou pobre, ocupa cada vez mais os horizontes dos médicos higienistas, pedagogos e governantes. Através da apropriação da infância, o poder médico procura projetar-se no mundo da política, outorgando-se um papel de importância vital para a sobrevivência física e moral dos habitantes, das crianças aos adultos, de todas as classes sociais. De fato, os médicos adquirem uma crescente participação no aparato governamental, seja

dirigindo o Serviço Sanitário, seja definindo dispositivos estratégicos de regulação dos comportamentos e da vida íntima dos diversos setores da sociedade. A tarefa de recuperação da infância abandonada, nesse contexto, cumpre a função de justificar a crescente intervenção da medicina no campo da política e sua interferência no domínio privado da família. (RAGO, 2014, p. 159-160).

Entender essa definição da infância como um problema central no campo da saúde é essencial para compreender o interesse desse mesmo campo nas instituições educacionais.

Em *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*, Jerry Dávila (2006) busca compreender como o pensamento eugênico associado ao ideário nacionalista motivou uma série de médicos, sociólogos, psicólogos, higienistas e antropólogos a imaginarem a educação escolar como um campo privilegiado, capaz de responder ao que entendiam como problemas raciais que acometiam a formação da nação brasileira como um todo. “Para os brasileiros que a adotavam, a eugenia não era apenas um meio de aperfeiçoar os indivíduos ou grupos específicos. Era uma forma de superar o que eles percebiam ser as deficiências da nação, aplicando uma série de diagnósticos e soluções científicas” (DÁVILA, 2006, p. 32). Os debates em torno da nacionalidade e da eugenia, assim, motivaram uma série de reformas e políticas públicas que visavam a modificar a educação pública a fim de se dirigir a tais problemas. O historiador ainda aponta como muitos dos reformadores educacionais que atuaram na construção e na expansão do ensino público nacional durante o período entreguerras não tinham atuação ou formação no campo educacional. “Eles eram médicos e cientistas sociais atraídos pela perspectiva de utilizar a educação pública como arena para a ação social” (DÁVILA, 2006, p. 32).

Convém, aqui, expor uma ideia que nos parece importante para compreender o papel que se imaginava para a educação nos debates nacionalistas do período republicano: o conceito de *educacionalização*. Marc Depaepe e Paul Smeyers (2016) escreveram um texto sobre o assunto no qual buscam traçar os contornos gerais do termo, bem como apresentar pesquisas que centram sua argumentação em torno dele. Os autores descreveram a educacionalização como a tendência de se tomar a educação como ferramenta-chave para a resolução de problemas sociais. Um de seus efeitos principais seria o de se imputar – principalmente, mas não só – às escolas a responsabilidade e a esperança da resolução dos mais diversos problemas, como a redução das desigualdades sociais, a resolução de problemas econômicos, a preparação

para o exercício da cidadania etc. Os autores entendem que a origem dessa ideia está ligada ao papel da educação na formação do Estado-nação e que essa vem, desde então, assumindo uma tendência crescente. Sobre isso, pensando no contexto europeu no século XIX, Daniel Tröhler (2017, p. 702, tradução nossa) escreve:

Enquanto esses estados-nação tornavam-se definidos, bem como justificados politicamente pelas constituições e defendidos militarmente pelos exércitos, a coerência interna do estado-nação, a identificação dos habitantes com ele, tiveram de ser realizadas pela educação, no que se refere aos sistemas escolares. A cultura educacionalizante no início do século XIX expressava as esperanças e os medos quanto a um futuro desconhecido que deveria ser garantido pelos cidadãos leais, resultando de processos educacionais a serem implementados em contextos organizacionais – as escolas.

Apesar de o autor estar se referindo ao contexto europeu algumas décadas antes do período que investigamos, ele ressalta a importância das escolas na constituição da identidade nacional na formação dos Estados modernos, o que nos parece candente nos discursos apresentados acima, com base nos trabalhos de Skidmore (2012) e Dávila (2006).

Voltando às discussões sobre ensino e educação no contexto nacional, pode-se dizer que o período da Primeira República foi marcado pela ebulição de correntes ideológicas, movimentos sociais e organizações políticas de cunho educacional. Jorge Nagle, em *Educação e sociedade na Primeira República* (1974), apresenta alguns desses fenômenos: socialismo; anarquismo; nacionalismo; catolicismo; tenentismo; modernismo; integralismo (em seus primórdios);<sup>2</sup> e, já na última década da República Velha, o escolanovismo. Mas poderíamos citar também a própria ideologia republicana e o pensamento positivista (LIMA; GATTI JÚNIOR, 2008). Os embates de ideias e, no limite, de projetos eram múltiplos, havendo, para além das disputas entre movimentos, divergências internas em cada um deles que estavam longe de permitir que se configurassem como movimentos com frentes únicas organizadas.

Aqui, a imigração é também um fator importante no que respeita à profusão e à emergência das ideias, seja por serem difundidas e organizadas em/por núcleos de imigrantes, como no caso dos anarquistas (RAGO, 2014); seja por serem motivadas por discussões

---

<sup>2</sup> Nagle (1974) explica que, apesar de o integralismo só aparecer publicamente em 1932 com a divulgação do *Manifesto Integralista*, o lançamento de tal documento é fruto de uma série de ideias e concepções que já vinham sendo debatidas. Por isso, seria possível traçar os antecedentes do integralismo ainda na República Velha.

atravessadas pelo tema da migração, como no caso dos nacionalistas (NAGLE, 1974). Não obstante, em nenhuma hipótese este texto pretende corroborar a dicotomia entre ideologias importadas – as quais derivariam de ideias meramente transplantadas para o país, desconsiderando-se suas particularidades socioculturais – e um pensamento de base nacional. Em vez disso, entendemos que os discursos políticos, sociais e econômicos – sejam, ou não, oriundos de contextos nacionais – foram se transformando à medida que circularam. A título de exemplo, pode-se citar o caso do positivismo brasileiro que, como demonstrado por Alfredo Bosi (2016), apesar de ter – sido fortemente inspirado nas ideias de pensadores franceses, como Auguste Comte, se desenvolveu de maneiras distintas nas diferentes regiões do Brasil, acarretando divergências entre as propostas positivistas brasileiras, bem como destas com relação às francesas.

Pode-se afirmar que, apesar de não estarem necessariamente interessadas nos mesmos tópicos e disputarem as mesmas pautas, havia certas temáticas que atravessavam todas elas. Segundo Jorge Nagle (1974, p. 99-100):

Uma das maneiras mais diretas de situar a questão consiste em afirmar que o mais manifesto resultado das transformações sociais mencionadas foi o aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico: de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo).

Nagle (1974) dá continuidade a essa discussão afirmando o lema *escolarização, o motor da História* e entendendo que essa formulação sintetizaria as diferentes propostas que, de algum modo, tentavam responder às questões sociais postas a partir do segundo decênio do século XX. O período da Primeira República foi marcado por esse *entusiasmo pela escolarização* que, entre outras coisas, implicou uma série de debates públicos, políticas e reformas que visavam à formação, à organização e à expansão do sistema público de ensino paulista (COSTA, 1983). Na intenção de demonstrar como tais discussões materializaram-se, apresentaremos, adiante, duas reformas significativas na história da educação pública do Estado: a de 1892 e a de 1920 (conhecida, também, como Reforma Sampaio Dória). A primeira

nos interessa como um primeiro esforço republicano para a formação e a estruturação de um sistema de ensino verticalizado; a segunda, pelos debates mobilizados em sua formulação.

Parte do argumento que circulava ao longo da Primeira República era o de que o ensino público havia sido abandonado durante o período imperial. A título de exemplo, em 1890, apenas 14% da população paulista era alfabetizada, “excluindo-se o Distrito Federal, que não se pode comparar com os demais estados por não contar com população rural, São Paulo ocupava o décimo lugar [quanto à taxa da população alfabetizada] entre todos os demais componentes da Federação” (LOVE, 1982, p. 132). Aqui vale um breve comentário: em nenhuma hipótese defendemos que a elevada taxa de analfabetismo era em si um problema. Esse número é aqui significativo não só pela realidade que ele representa, mas também por sua produção e circulação como dado. Assim, entendendo que o ensino público se encontrava em um estado caótico e de desordem, justificou-se a necessidade de uma reforma total do sistema de ensino paulista, que, por sua vez, se concretizou com a aprovação da Lei de 8 de setembro de 1892 (SÃO PAULO, 1892a). Mas não se limitou a essa, envolvendo, também, alguns outros decretos anteriores e posteriores (SÃO PAULO, 1892b; 1892c; 1894; 1896b). A reforma do ensino paulista de 1892 foi responsável pela criação de um sistema educacional organizado e estruturado verticalmente, “que ia do ensino primário e secundário à Escola Normal e ao superior, incluindo a criação do jardim de infância e do Ginásio do Estado” (MARCÍLIO, 2005, p. 138), tendo sido uma referência para a organização do ensino nacional durante a República Velha.

Sumariamente, o texto da Lei de 8 de setembro de 1892 (SÃO PAULO, 1892a) previa a segmentação do ensino em: ensino primário (dividido em dois cursos: preliminar e complementar); ensino secundário e ensino superior. O ensino primário preliminar era obrigatório para crianças de ambos os sexos, dos 7 aos 12 anos de idade, sendo facultativo para as de outras idades. A lei também prescrevia as disciplinas que deveriam ser lecionadas e o modo como os estabelecimentos deveriam ser equipados no que concerne à infraestrutura.

A gestão e a direção do ensino também foram objeto de reformulação, ficando a direção sob o encargo do governador do Estado e a inspeção sob a responsabilidade de um conselho superior e de um corpo de inspetores distritais. O conselho era formado por “um director geral nomeado pelo Governo, o director da escola normal da capital, o director da escola modelo; um professor eleito pelos professores publicos primarios; dous delegados das

municipalidades e um professor eleito pelos professores dos gymnasios” (SÃO PAULO, 1892a, n.p.), sendo o papel do diretor geral fazer a articulação entre o Governo e o conselho. Os inspetores deveriam ser “nomeados pelo Governo, mediante proposta do conselho superior, devendo ser escolhidos dentre os professores com mais de cinco annos de pratica” (n.p.). Ademais, o conselho seria responsável por determinar os assuntos relacionados ao ensino e ao funcionamento dos estabelecimentos educacionais, tanto no sentido curricular (por meio da organização dos programas de ensino), como no sentido material estrutural (pela organização e distribuição dos materiais didáticos e também planejamento e administração das edificações escolares). Aos inspetores cabia a tarefa de inspecionar seus respectivos distritos – o artigo 45 desta mesma lei dividia o estado de São Paulo em 30 distritos, no intuito de sistematizar o trabalho de fiscalização – por meio de visitas regulares às escolas e de conversas com seus docentes. Os inspetores ainda deveriam indicar ao conselho superior locais adequados para a construção de novas escolas.

A Lei de 8 de setembro de 1892 também regulamentava a formação de professores e o funcionamento das Escolas Normais, indicando os conteúdos que deveriam ser ensinados, o tempo de formação e as exigências para a obtenção dos diplomas, assim como a estrutura salarial organizada em uma tabela de vencimentos com a remuneração prevista para cada cargo ligado ao ensino. Também estava previsto que os inspetores, com os municípios, deveriam coletar dados, organizá-los e publicá-los como um recenseamento.

Vale ressaltar ainda que a mesma reforma instaurou, como apontado acima, a obrigatoriedade para o ensino primário preliminar, dispensando apenas “os alumnos que receberem instrucção em escolas particulares ou em suas proprias casas, e os que residirem a distancia maior de dous kilometros da escola publica, para meninos, e um kilometro, para meninas” (SÃO PAULO, 1892a, n.p.) ou, então, aqueles com “inhabilidade physica ou intellectual, attestadas pelas municipalidades”. Os alunos educados em casa, no entanto, deveriam comparecer às escolas públicas para os exames. Caso uma criança faltasse às aulas sem justificativas por 15 dias seguidos, seus responsáveis seriam multados no valor de 10\$000

réis (sendo o valor duplicado em caso de reincidência),<sup>3</sup> aplicando-se a multa também a pessoas que, empregando infantes, não os dispensassem do serviço durante os horários de estudo. Eliane Mimesse Prado (2015c) aponta como preocupava a alguns inspetores do ensino a insuficiência do sistema público paulista, pois acreditavam que não era razoável exigir sua obrigatoriedade, uma vez que o sistema público não dispunha de vagas para todas as crianças da cidade.

Apesar de não estar presente no texto principal, a criação dos jardins de infância e dos grupos escolares é considerada parte da Reforma de 1892 (MARCÍLIO, 2005). Ademais, aqui se entende que essa reformulação era importante não só por formalizar a obrigatoriedade do ensino primário, mas também por penalizar aqueles que descumprissem a lei. Nesse sentido, foram fulcrais a criação e a organização de um aparelho de fiscalização do ensino somadas à coleta de dados para a produção de censos escolares, a fim de nortear as necessidades e os avanços do sistema escolar. Além disso, com a empreitada de organizar o ensino verticalmente, formalizando o vínculo entre as distintas etapas e instituições escolares (ensino primário, secundário, superior etc.), tentava-se unir as diferentes instituições públicas de ensino, antes esparsas, em um único sistema escolar. No entanto, Marcílio (2005, p. 141) aponta:

A Reforma de 1892 preocupou-se, sobretudo, com o ensino primário e com a preparação de seus professores, através de uma Escola Normal renovada. Os ensinos superior e secundário mereceram menor atenção de seus idealizadores. Pretendiam estes dar o salto para a civilização, começando pelo combate ao analfabetismo.

É relevante para esta investigação salientar como a Lei de 8 de setembro de 1892 não fez nenhuma menção ao ensino particular, à educação de imigrantes ou à obrigatoriedade do ensino de português. Essas instâncias só passaram a ser regulamentadas com a aprovação da Lei nº 489, de 29 de dezembro de 1896 (SÃO PAULO, 1896a), que, em seu primeiro artigo, orientava: “em todos os estabelecimentos e escolas particulares de instrução primaria, para ambos os sexos, dirigidos por professores de qualquer nacionalidade, é obrigatorio o ensino da lingua nacional, bem como Geographia e Historia do Brazil” (n.p.). Nessa mesma deliberação,

---

<sup>3</sup> A fim de indicar o sentido desses valores, é importante mencionar que nos primeiros anos do século XX um operário em uma fábrica no Rio de Janeiro recebia algo entre 1\$300 e 2\$000 réis por dia (LOBO *et al.*, 1971). Doravante, a unidade monetária réis será expressa pelo símbolo Rs.



estava previsto que a transgressão da mesma poderia “comminar multas de 100\$000 a 200\$000 Rs. e penas disciplinares de suspensão e encerramento do estabelecimento ou escola” (n.p.).

Aqui, vale uma breve digressão para situar a educação de imigrantes nos debates públicos. Lúcio Kreutz (2011; 2000) elucida como no fim dos anos 1890, com o intenso fluxo de imigrantes se estabelecendo no país, havia uma pressão, por parte dos recém-ingressos, em favor de educação pública fornecida pelo governo. Diante do caráter deficitário da oferta do ensino, o Estado estimulava que os imigrantes fundassem e administrassem suas próprias escolas. Eles assim o fizeram, criando instituições educativas com forte conotação étnica que, para além do ensino escolar padrão, também se prestavam a ensinar e a manter a cultura e a língua de seu país de origem. Por isso serão referidas também como *escolas étnicas* (KREUTZ, 2000a). Recorde-se que, na virada do século XIX para o XX, a existência de projetos nacionalistas que visavam a construir uma identidade comum entre seus cidadãos não era uma característica exclusiva do Brasil, estando presente em outros países do globo. Desde a recém-unificada Itália (PANIZZOLO, 2020) até o período ultranacionalista japonês (OKAMOTO, 2018), a escola aparecia como uma ferramenta importante para a preservação da cultura de seu país de origem, pois permitiria que as crianças, mesmo nascidas e criadas longe da terra natal de seus pais, pudessem tornar-se cidadãos dela. Um indicativo do valor das instituições para os países originários pode ser visto no caso de algumas escolas italianas que recebiam fomento tanto monetário quanto na forma de materiais didáticos (PRADO, 2015b).

É o caso de algumas das escolas elementares subsidiadas italianas que recebiam apoio material e financeiro do Estado italiano e “visavam à alfabetização das crianças estrangeiras e filhas de estrangeiros em língua italiana” (PRADO, 2015b, p. 190) e também a “enaltecer a educação nacional e o sentimento pátrio” (p. 190). O italiano como língua primária era condição imprescindível para o recebimento do subsídio vindo da península. Havia debates (PRADO, 2015a; 2015b) no interior da comunidade imigrante, na primeira década do século XX, que discutiam a importância do ensino da língua portuguesa nas escolas italianas, argumentando-se que a compreensão do idioma seria importante para que os peninsulares pudessem se inserir no comércio paulista.

Apesar das discussões na comunidade italiana e da obrigatoriedade prevista na legislação (SÃO PAULO, 1896a), os *Annuarios de Ensino do estado de São Paulo* da primeira década do século XX (PRADO, 2015c) mostram que a língua portuguesa não era ensinada em

diversas escolas italianas. A documentação também evidencia que os inspetores escolares da capital do Estado não só estavam cientes dessa infração por parte dessas instituições educativas, como também acreditava que elas “representavam um risco à nação brasileira, porque formavam crianças brasileiras natas em cidadãos italianos” (PRADO, 2015c, p. 322). Havia, desse modo, agentes governamentais que defendiam o fechamento dessas instituições, por acreditar que prestavam um desserviço ao Estado paulista. No entanto, também argumentava-se que não seria possível fechar tais estabelecimentos, uma vez que a rede de ensino público não seria capaz de absorver os alunos antes matriculados nessas instituições geridas por estrangeiros.

Voltando aos debates sobre a reestruturação da educação pública paulista, abordamos agora a segunda grande reforma mencionada anteriormente. A Reforma de 1920 foi proposta por Antonio Sampaio Dória, efetivada pela Lei 1.750 de 8 de dezembro de 1920 (SÃO PAULO, 1920) e regulamentada pelo Decreto 3.356 de 31 de maio de 1921 (SÃO PAULO, 1921). Entendendo que a rede pública de ensino se mostrava insuficiente para atender a toda a população paulista, Sampaio Dória – à época, chefe da Diretoria de Instrução Pública do estado de São Paulo – defendia que: “não ha segurança nem gloria de Governo nenhum que se não erija sobre esta base primeira: alphabetizar o povo. Não é um problema de Governo, é o oxygenio da vida de todos, o cimento de sua estabilidade, a seiva que se expandirá na flôr da sua gloria” (DORIA, 1918, p. 58).<sup>4</sup>

Proclamava-se também que o analfabetismo era um problema de máxima urgência e que o sistema de ensino deveria, portanto, dirigir todos os seus esforços para atender a essa parcela da população que, segundo ele (DÓRIA, 1918), representava 50% do total de indivíduos. Nesse sentido, Sampaio Dória sustentava que seria preciso dobrar o número de vagas nas escolas, ainda que o estado não dispusesse de recursos financeiros para tamanha empreitada. Assim, a solução sugerida pelo gestor foi o corte do ensino obrigatório pela metade, ação que possibilitaria que o sistema público de ensino dobrasse a oferta de vagas, sem incorrer em aumento de gastos.

---

<sup>4</sup> Nos documentos do início do século XX, Dória era grafado sem acento agudo, por isso nesta citação seu nome não está acentuado como no restante do texto.

Em suma, o estado deveria abrir mão da abrangência da oferta e também da obrigatoriedade do ensino em prol de um sistema mais enxuto, mas capaz de se endereçar efetivamente ao problema do analfabetismo. Assim, um dos principais pontos da Reforma foi a redução do período de obrigatoriedade do ensino primário, restringindo-o às crianças com idade compreendida entre nove e dez anos, reduzindo, assim, os cinco anos de duração estipulado pela reforma anterior para três. Essa reforma foi fortemente associada a seu idealizador, sendo referida por muitos como Reforma Sampaio Dória.

A redução da obrigatoriedade do ensino veio acompanhado de uma diminuição da gratuidade do ensino público: para além do ensino primário obrigatório, todas as demais etapas passaram a exigir uma taxa de matrícula anual (SÃO PAULO, 1920) que deveria ser paga em duas parcelas. Alunos pobres estariam isentos, mediante declaração de seus pais ou responsáveis e verificação do inspetor de ensino de seu distrito. Os termos da obrigatoriedade são semelhantes aos da Reforma de 1892; no entanto, apresentam algumas alterações e adendos: na legislação anterior, as meninas estariam dispensadas de ir à escola caso não houvesse uma em um raio de um quilômetro de sua residência; na Reforma de 1920, por sua vez, a distância foi ampliada para dois quilômetros (distância esta já válida para os meninos); também se fez um novo adendo, isentando as crianças da obrigatoriedade, caso a escola disponível nesse raio não tivesse vagas para recebê-las. Os pequenos que apresentassem incapacidade física ou mental continuavam dispensados da obrigatoriedade do ensino, somando-se agora aqueles que sofressem de “molestia contagiosa ou repulsiva” (n.p.); poderiam também ser exonerados “por indigência, enquanto não lhes fornecerem o vestuário indispensável á decencia e á hygiene” (n.p.). As multas para os pais e responsáveis que não levassem seus filhos à escola foi acrescida, podendo variar entre 20\$000 Rs e 100\$000 Rs, ou, então, incorrer em “pena de 15 dias de prisão, a criterio da auctoridade competente” (n.p.). Os patrões que, no texto de 1892, também estavam sujeitos a multas – caso impedissem, com serviços, seus pequenos trabalhadores de estudar –, viram-se livres de tal sanção na lei de 1920.

Ao contrário do texto original da Reforma de 1892 (SÃO PAULO, 1892a), a de 1920 regulamentou também o ensino particular, dedicando-lhe uma seção própria no *corpus* da lei. Entre outras prescrições, todo estabelecimento particular deveria se registrar na Diretoria Geral de Instrução Pública, sendo para isso exigido que o professor ou o diretor do estabelecimento, entre outras obrigações, assumisse

o compromisso escripto: a) de respeitar os feriados nacionaes; b) de ministrar ou fazer ministrar o ensino em vernaculo, salvo o de linguas estrangeiras; c) de incluir no programma, em numero de aulas que o governo determinar o ensino de portuguez, por professores brasileiros natos ou portuguezes natos, e o de geographia e historia do Brasil, por professores brasileiros natos, uns e outros de competencia reconhecida; d) de ensinar, nas classes infantis, cantos nacionaes, approvados pela Directoria Geral da Instrucção Publica; e) de franquear o estabelacimento ás auctoridades do ensino; f) de fornecer dados estatisticos designados pelo director geral da Instrucção Publica. (SÃO PAULO, 1920, n.p.).

No caso de infração dos itens a), c), d), e f), estava prevista uma multa de valor compreendido entre 500\$000 Rs e 2:000\$000 Rs, sendo duplicada em caso de reincidência. No mesmo artigo, proibia-se o ensino de língua estrangeira nas escolas para crianças menores de 10 anos de idade,<sup>5</sup> penalizando quem a descumprisse, com a interdição do estabelecimento. A regulamentação do ensino particular, portanto, foi acompanhada de exigências sobre o ensino de Língua Portuguesa, de História e de Geografia do Brasil estar a cargo de professores brasileiros, bem como de requerimentos quanto à observação dos feriados nacionais e ensino de cantos patrióticos. Estava implícita a preocupação com as escolas administradas por e para imigrantes. Para além da regulamentação mais estrita, a Reforma também prescreveu a criação de 15 novas delegacias regionais de ensino e a delegação de cinco novos inspetores escolares que se somariam aos 30 já existentes. Ademais, o texto legislativo previa a produção de um recenseamento escolar (SÃO PAULO, 1920).

A Reforma Sampaio Dória teve ampla repercussão à época. Louise Mathieson (2017) fez um mapeamento em que indica a publicação de 465 artigos contemporâneos à mudança – nos periódicos *Jornal do Commercio*; *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo* –, sobre a reformulação legislativa. A polêmica foi ampla, girando em torno, entre outros tópicos, da redução do ensino primário e da cobrança de taxas para as demais etapas. Anísio Teixeira (1977), por exemplo, mostrou-se crítico ao projeto, entendendo que, apesar de um pressuposto democrático no aumento da acessibilidade, o efeito real seria apenas a deterioração do ensino.

---

<sup>5</sup> No texto que regulamenta a Reforma de 1920 (SÃO PAULO, 1921), abria-se uma exceção, permitindo-se o ensino de língua estrangeira para crianças com menos de dez anos de idade que já soubessem ler e escrever em português.

Houve, por outro lado, aqueles que defenderam a Reforma Dória, mesmo em tempos mais recentes, como foi o caso de José Mario Pires Azanha (1979, p. 15).

Urgia, pois, erradicar o analfabetismo. Era uma exigência democrático-nacionalista. Mas não havia recursos para isso. Embora o problema fosse agravado por deficiências pedagógicas, não era, evidentemente, uma questão técnica, mas de política educacional no sentido amplo. E o reformador – não obstante educador – escapou à sedução das soluções simplesmente pedagógicas e teve acuidade para os termos políticos em que a situação se apresentava.

Azanha alegava que tal política era uma iniciativa democrática e necessária, uma vez que garantiria o acesso da população ao ensino. Três anos depois, em 1923, uma nova reforma ampliou o ensino primário para quatro anos nas áreas urbanas e três nas rurais (MARCÍLIO, 2005).

Para além da querela qualidade *versus* acesso e de um debate mais aprofundado sobre os sentidos da polêmica em torno da Reforma de 1920, interessa-nos aqui o fato de essa reforma ter circulado a ponto de incitar debates acerca de seus referenciais e efeitos. Independentemente de ter sido objeto de apologia ou alvo de críticas variadas, parece-nos evidente ter existido um amplo debate em torno não só da reforma *per se*, mas também da necessidade e dos sentidos da alfabetização pelo Estado. Além disso, parece-nos também instigante um segundo elemento quanto a essa reforma: o fato de ser Antônio de Sampaio Dória não só um integrante, como também um dos dirigentes da Liga Nacionalista de São Paulo (CARVALHO, 2010).

A Liga Nacionalista foi fundada em 1917 na cidade de São Paulo e surgiu originalmente como a expressão pública de uma sociedade secreta – segundo alguns rumores, fundada no interior da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – intitulada *Sociedade dos Patriotas*. O grupo, em seu estatuto, caracterizava-se como apartidário, e adotava como pautas primárias: a manutenção da unidade nacional; a instrução popular; a promoção da educação cívica; a efetivação do voto; e a defesa da nação. Havia um entendimento da Liga de que a educação do povo seria um importante meio para efetivamente se alcançar esses objetivos. Nesse sentido, seria necessário um trabalho de base nas organizações discentes e docentes, a disputa de as políticas públicas e a regulamentação do ensino em sua organização mais ampla (BOTO, 1994/1995).

Fernando Limongi (1989) aponta como a Liga Nacionalista foi fundada um ano e meio depois da Liga de Defesa Nacional – organização criada no Rio de Janeiro em 1916 por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon (BOTO, 1994/1995). No entanto, ao contrário da organização carioca que se empenhou na defesa do serviço militar obrigatório, a Liga Nacionalista concentrou seus esforços em três ações: a instauração de reformas políticas moralizadoras em adição ao voto obrigatório e secreto; a alfabetização de toda a população; e a incorporação do imigrante à nação. Os dois últimos pontos estariam conectados, uma vez que era uma preocupação do grupo a crescente população de imigrantes em São Paulo, sendo a assimilação deles uma urgência que só poderia ser efetivada por meio de uma ação vinda do setor educacional do Estado.

Os educadores não se cansam de frisar que a proporção de crianças alfabetizadas era muito superior entre os filhos de estrangeiros, origem última da vantagem que estes levariam sobre os nacionais na competição econômica. O problema era ainda maior devido ao fato desta educação ser ministrada em escolas controladas pelos próprios imigrantes que, em geral, alfabetizavam as crianças também na língua de seus pais (LIMONGI, 1989, p. 116-117).

Também chama a atenção como, em um texto defendendo a Reforma de 1920, Sampaio Dória afirma:

A alfabetização do povo é, na paz, a questão nacional por excellencia. Só pela solução della, o Brasil poderá assimilar o estrangeiro que aqui se installa em busca da fortuna esquiva. Do contrario, é o nacional que desaparecerá absorvido pela intelligencia mais culta dos immigrants. Não ha fugir ao dilemma: ou o Brasil manterá o sceptro dos seus destinos, desenvolvendo a cultura dos seus filhos, ou será, dentro de algumas gerações, absorvido pelo estrangeiro, que para elle afflue (DORIA, 1918, p. 59).

Com isso, dois pontos tornam-se cada vez mais claros: primeiro, parece-nos possível dizer que, assim como a Liga de Defesa Nacional afirmava que o instrumento crucial para a defesa da nação brasileira seria a obrigatoriedade do alistamento militar, a Liga Nacionalista de São Paulo entendia que a alfabetização era o instrumento primordial para assegurar a soberania nacional ante a ameaça da imigração. Em segundo lugar, a reforma educacional do estado de São Paulo de 1920 convergia diretamente com os interesses políticos da Liga Nacionalista.

Cabe, novamente, pensar as ações do Estado para com as escolas étnicas. Kreutz (2000) aponta como, a partir da Primeira Guerra Mundial, o governo adotou um conjunto preventivo de medidas nacionalizantes, criando escolas públicas nas proximidades de escolas geridas por estrangeiros. A partir da década de 1920, o crescimento das correntes de pensamento nacionalistas culminaria na imposição de restrições cada vez mais estritas às escolas étnicas, sendo que, em 1938/39, um projeto de nacionalização compulsória do ensino levaria ao fechamento dessas instituições.

\* \* \*

Buscamos defender neste capítulo de que modo, durante a Primeira República, é possível ver uma série de políticas que apostam no imigrante, sobretudo de origem europeia, como o indivíduo que seria a base para a constituição de uma população ideal para a nação que se queria formar. Tais práticas foram fortemente fundamentadas em pensamentos racistas que se pautavam em ideias eugenistas e em uma noção de branqueamento que concebia o progresso como uma forma de limpeza racial. Apesar disso, tentamos defender que a entrada massiva de imigrantes não era uma solução por si só, uma vez que ia na contramão dos ideais nacionalistas também candentes à época.

Ao mesmo tempo que o branqueamento e uma noção de progresso altamente inspirada nas sociedades europeias apontavam para um suposto problema no modo como a sociedade brasileira se constituía, a imigração não poderia ser compreendida como uma solução por si só, uma vez que também não se tratava de fazer o país voltar à sua condição de colônia europeia, isto é, de torná-lo um mero refúgio para os dissidentes das nações que lhe serviam de inspiração.

Racismo e nacionalismo, portanto, não são implicitamente convergentes, embora tampouco sejam concorrentes. Ao mesmo tempo que o ideal nacionalista foi fortemente influenciado pelas ideias eugenistas essenciais para se considerar que havia um problema na constituição da sociedade brasileira, a complexidade do problema que se formava em torno da constituição da nação era demasiada para ser resolvida com a mera importação de estrangeiros.

A escola, assim, emerge como instituição-chave para mediar tal problema, despontando como o bastião capaz de tornar em nacionais os forasteiros. Os imigrantes seriam, desse modo, a base da população que se almejava, e a educação apareceria como o motor que

tornaria possível a formação da nação. Daí vemos emergir uma série de políticas educacionais que buscaram imaginar a escola não só como uma instituição central para a formação da nação, mas também como entidade capaz de responder à entrada massiva de estrangeiros no estado. Portanto, a imigração seria a resposta para o problema da nação, e a escola, por sua vez, o seria para o da imigração.



## **2. REFLEXÕES DE MICHEL FOUCAULT SOBRE POPULAÇÃO E HISTÓRIA: UMA INCURSÃO TEÓRICA**

Sob a custódia dos tupinambás, tanto no decorrer da viagem para a aldeia de seus captores, quanto em sua chegada, Hans Staden sofre injúrias por parte de seus raptos. Conta ele: “À noite ficaram deitados a minha volta e me ridicularizaram e chamaram na língua deles: ‘Chê reimbaba indé’, que significa: ‘Você é o meu animal aprisionado’” (STADEN, 1998, p. 36), ou, então, “No interior da caiçara as mulheres se jogaram sobre mim, golpearam-me com os punhos, arrancaram-me a barba e disseram na língua delas: ‘Xe anama poepika aé!’, ‘com este golpe vingo o homem que foi morto pelos teus amigos’” (STADEN, 1998, p. 37). O alemão procura manter seu ânimo e, na tentativa de se consolar, diante das humilhações sofridas, consolava-se com a alusão a Cristo: “Nessa hora pensei no sofrimento de nosso salvador Jesus Cristo, inocentemente suplicado pelos vis judeus” (STADEN, 1998, p. 37).

Uma vez na aldeia, Hans foi entregue como um presente a um dos tupinambás por quem, a princípio, seria morto e, então, devorado em um ritual antropofágico. Os primeiros dias que se passaram foram marcados pelo constante medo, pelo estrangeiro, da morte; entretanto, uma sucessão de rituais, disputas e acasos fizeram sua execução ser sucessivamente adiada. Dentre essas, destacou-se um debate sobre a nacionalidade de Staden; os indígenas assumiram que ele era português e, portanto, um inimigo. O homem branco, por sua vez, tentou se defender dizendo que era alemão e, portanto, amigo dos franceses que, à época, eram aliados dos tupinambás. Os nativos, entretanto, desconheciam a nacionalidade à qual o homem se referia mas assumiram que, se ele estivesse dizendo a verdade e não fosse português, então devia ser francês e nesse caso eles não deveriam matá-lo. Para sanar a dúvida, convocaram um francês que morava nas proximidades da aldeia. A chegada do conterrâneo europeu, a princípio, trouxe alívio ao alemão que assumiu que a verdade sobre sua nacionalidade seria revelada e, com isso, seria poupado. Entretanto, o outro homem tentou se comunicar com ele em francês, língua que Hans não dominava. “Como eu não podia responder ao que dizia, ele disse [aos nativos] na língua deles: ‘Matem-no, esse mau sujeito é um verdadeiro português, vosso e meu inimigo’” (STADEN, 1998, p. 40).

Outro ponto de atrito se deu na relação dos nativos com a religião do forasteiro, que em um primeiro momento ridicularizaram suas crenças. Como exemplo, em determinada ocasião, o alemão relatou: “Fizeram-me cantar para eles e cantei cânticos religiosos. Tive de

explicá-los na língua deles. Eu disse: ‘Cantei sobre o meu Deus’. Eles me responderam que o meu Deus era uma imundice, teõuira na língua deles” (STADEN, 1998, p. 41). Em outra ocasião, o chefe Nhaêpepô-oaçu – aquele a quem Staden foi presenteado e que seria o responsável pela consumação do ritual que levaria a sua morte –, assim como toda sua família, foi acometido por uma grave doença. O líder indígena recorreu ao estrangeiro, temendo que a enfermidade fosse um castigo divino enviado pelo deus do estrangeiro. Staden, então, prometeu que, caso fosse poupado, pediria a seu Deus misericórdia para com o nativo e sua família; esse, por sua vez, prometeu que não o mataria. Entretanto, grande parte dos familiares do chefe morreram, restando apenas o próprio e sua esposa que, enfim, se recuperaram. Tal evento fez com que a alegada diferença do alemão para com os portugueses fosse reconhecida pelos nativos, conforme relatou:

As mulheres idosas nas diversas cabanas que também me tinham causado muito sofrimento ao me arrancar os cabelos e pelos, desferir-me golpes e ameaçar comer-me, passaram a chamar-me de Chê-raira, o que quer dizer ‘meu filho’, e pediram: ‘Não nos deixe morrer. Nós agimos assim com você porque achávamos que você era português, e estamos rancorosos com eles. Já capturamos e comemos alguns portugueses, mas o Deus deles não ficou tão irado quanto o seu. Por isso reconhecemos que você não pode ser português’ (STADEN, 1998, p. 45).

Esses acontecimentos garantiram certa segurança a Staden, uma vez que os nativos, ao menos momentaneamente, lhe asseguraram que não lhe tomariam a vida. Não obstante, ainda o mantiveram prisioneiro, permanecendo vigilantes para que não fugisse.

Nos dias subsequentes aos acontecimentos narrados acima, o francês, que havia atestado para os nativos que Staden era português, voltou à aldeia e se surpreendeu com o fato de que o prisioneiro europeu ainda estivesse vivo. Em um novo diálogo entre os dois, na língua dos nativos, uma vez que era a única que partilhavam, Hans convenceu o francês de que era alemão; este, por sua vez pediu perdão e se justificou dizendo que acreditava de fato que o homem branco era português. Staden, assim, suplicou novamente para o europeu pedir aos nativos que o soltassem e o levassem para junto dos franceses para que esses pudessem levá-lo de volta para a Alemanha, uma vez que eram aliados dos germânicos. O francês solidarizou-se com seu conterrâneo europeu e fez o pedido aos indígenas; esses, entretanto, recusaram a súplica, dizendo que só soltariam seu prisioneiro em troca de uma significativa quantidade de

mercadorias. O acordo fracassou e os nativos suspeitaram, dizendo que os franceses são quase tão pouco confiáveis quanto os portugueses.

Em outro momento, Staden foi levado para um ritual antropofágico em que outro prisioneiro de guerra seria devorado, no caso um indígena pertencente aos maracajás, que eram aliados dos portugueses e inimigo dos tupinambás. A primeira conversa do alemão com o prisioneiro é truncada. Entretanto, depois de se afastar do nativo, demonstrou empatia por sua situação e voltou para um novo diálogo:

Eu li um pouco desse livro quando deixei o prisioneiro, e fiquei com pena dele. Por isso fui de novo encontrá-lo e falei outra vez com ele, pois os Maracajás estão entre os amigos dos portugueses: “Eu também sou prisioneiro, igual a você, e não vim porque quero comer um pedaço de você, e sim porque meus senhores me trouxeram”. Ao que ele respondeu que sabia muito bem que nós não comíamos carne humana. Continuei dizendo-lhe que devia consolar-se, pois eles comeriam apenas a sua carne, mas que seu espírito iria para um outro lugar, para onde também vão os nossos espíritos, e que lá havia alegria (STADEN, 1998, p. 47).

Ambos os encontros têm algo em comum: uma centelha de identificação entre sujeitos que, a princípio, se reconheciam como diferentes. Tanto no caso do francês, que reviu sua atitude em relação ao conterrâneo europeu, quanto no do alemão que se solidarizou com o prisioneiro indígena que viu uma aproximação diante de um outro em comum: os tupinambás, no caso.

No entanto, os processos, certamente não foram todos da ordem da identificação. Em determinado momento, Staden encontrou um prisioneiro pertencente ao povo carijó que, por sua vez, “também tinha inimizade com os portugueses. Ele tinha sido servo dos portugueses, mas fugira, e os selvagens não matam ninguém que se refugia entre eles, a menos que faça algo de impróprio. Ele é considerado servo e tem de servi-los” (STADEN, 1998, p. 49). O nativo desgostava do alemão e com frequência alegava aos tupinambás que eles deveriam matá-lo, pois, enquanto ele foi prisioneiro dos portugueses, havia visto Hans entre eles a atirar contra os tupinambás. Apesar de partilhar da condição servil do europeu, seu desgosto pelos homens brancos era maior. Em outra ocasião, um navio francês aproximou-se da aldeia com o intuito de negociar com os nativos; o alemão viu o momento como uma oportunidade de se livrar de seu cativo e, em um truculento episódio de fuga, conseguiu chegar à embarcação, buscando refúgio entre os francófonos. Entretanto, ao chegar lá, eles recusaram-lhe abrigo, temendo que,

caso levassem-no contra a vontade dos indígenas, acabariam comprometendo sua aliança com os nativos.

\* \* \*

Tendo em vista as discussões feitas até aqui sobre imigração no estado de São Paulo ao longo dos séculos XIX e XX, parece-nos pertinente apresentar uma ideia tratada por Michel Foucault ao longo de sua obra: o conceito de *população*. Em seus estudos, ele observou como, ao longo da segunda metade do século XVIII, emergia, no interior do arquivo, um objeto que era alvo de discussões, estudos e práticas de governo. Um novo campo de atuação que não olhava mais apenas para os indivíduos de forma isolada, mas, sim, para as coletividades que, a despeito de sua natureza disforme, precisariam ser pensadas, também, segundo suas homogeneidades. Sobre o modo como Foucault pensa a noção de população, Judith Revel (2011, p. 117) escreve:

junto às técnicas de individualização, ele [Foucault] teria de abordar um dispositivo paralelo – não contrário às disciplinas individualizantes, nem mesmo sucessivo a essas disciplinas, mas contemporâneo e complementar – que consiste em determinar “conjuntos homogêneos de seres humanos” e em lhes destinar uma economia específica dos poderes.

A população emergia, assim, como um novo objeto de estudo e intervenção, que compreendia não só as relações entre os próprios indivíduos que a compõem, como também o corpo social como um todo com o meio e território que ele habita. Edgardo Castro (2016, p. 336). Assim formulou:

Para Foucault, esse conceito de população que surge a partir do século XVIII comporta dois elementos: por um lado, relação número de habitantes/territórios; por outro, as relações de coexistência que se estabelecem entre os indivíduos que habitam um mesmo território (taxas de crescimento, de mortalidade) e suas condições de existência.

Feita essa breve apresentação, passaremos ao debate sobre a noção de população no pensamento de Foucault, entendendo que tal conceito, para além de sua importância em sua obra, pode servir como um agulhão analítico para este trabalho, possibilitando-nos sofisticar e aprofundar algumas das problematizações formuladas a respeito da temática discutida. Para

isso, iniciaremos expondo e justificando as opções metodológicas que guiaram este estudo para, então, apresentar a forma como entendemos que o conceito de população é trabalhado ao longo da obra do professor do Collège de France. Na sequência, faremos algumas considerações a respeito do modo como entendemos que as reflexões teóricas apresentadas podem contribuir para as discussões feitas até aqui.

Ademais, é preciso sublinhar que o trabalho até aqui comporta um diálogo iminente com o campo da história. Isso porque os debates descritos até este ponto estão, em grande parte, ligados a acontecimentos do passado. Entretanto, gostaríamos de propor uma investigação inspirada nas ideias de Michel Foucault, autor que – apesar de ter dialogado constantemente com fontes e eventos em geral tidos como históricos – se mostrou comprometido com a problematização do presente e teve sua trajetória marcada por embates e tensionamentos com a disciplina historiográfica. Assim, a fim de subsidiar este trabalho de um ponto de vista teórico-metodológico, faremos outra reflexão de cunho foucaultiano, pensando articulações e tensões com o campo da historiografia.

## **2.1. ARQUIVO TEÓRICO**

A produção de Michel Foucault é extensa e variada tanto no que diz respeito ao volume de publicações quanto em relação às plataformas em que foram publicadas, variando de livros a entrevistas concedidas a jornais, passando por mesas-redondas e debates públicos. Diante de tal diversidade, usualmente seus trabalhos são divididos em três frentes: os livros, os cursos e os *Ditos e escritos*. O primeiro conjunto refere-se aos livros escritos e publicados pelo pensador. O segundo, diz respeito aos 13 cursos ministrados por ele no Collège de France, cada um consistindo em uma série de apresentações públicas, em geral organizado em 12 a 16 aulas, nas quais Foucault expunha os resultados de suas pesquisas feitas no ano anterior. Depois da morte do professor, tais exposições foram publicadas em 13 volumes (um para cada curso) organizados com base nas transcrições das gravações feitas das aulas e nas anotações que Foucault usava para guiar suas apresentações. A última frente refere-se aos *Ditos e escritos*, que consiste em uma coletânea, originalmente publicada em quatro volumes, de todas as publicações dele que não se enquadram nas categorias anteriores, e onde estão, entre outros, artigos, entrevistas, conferências e debates.

Pode-se dizer que, dentre essas três frentes, os *Ditos e escritos* constituem a mais fragmentária e dispersa, uma vez que a maior parte dos textos é mais curta – se compararmos com o conteúdo integral de cada um dos livros ou dos cursos – e a articulação desconexa entre eles, já reunidos depois da morte de seu autor. Entretanto, também é possível dizer que, por meio deles, é possível fazer uma entrada mais capilar no modo como um conceito foi abordado na obra foucaultiana. Isso porque contemplam a produção do professor ao longo de toda a sua vida, sendo possível observar neles deslocamentos e reformulações em suas discussões. Tomemos como exemplo o próprio conceito de população: se, por um lado, é evidente que o curso *Segurança, território, população* é uma obra essencial para compreender como Foucault pensou tal noção, uma vez que tal ideia aparece ali como um dos eixos principais sobre os quais se conduz a argumentação do trabalho como um todo, por outro, também é preciso reconhecer que esse curso recobre um momento específico do pensamento do autor. Se o tomarmos como referência única para pensar o conceito, não será possível compreender tanto as discussões prévias que introduziram a ideia em seu pensamento quanto as reformulações posteriores que irão reposicionar a noção de população em relação a suas pesquisas futuras.

Tendo em vista o argumento apresentado acima, para guiar a investigação teórica que aqui se apresenta, tomamos como primeiro movimento o rastreamento do conceito de população no interior de *Ditos e escritos*. Para isso, adotamos a publicação original, em francês, do trabalho e fizemos uma busca pelo termo população assim como por suas variações, a fim de mapear os usos e sentidos que Foucault atribuiu ao conceito no decorrer de sua obra. Para apoiar a busca, cruzamos nossos resultados com o levantamento feito por Edgardo Castro (2016) no verbete *população* de seu *Vocabulário de Foucault*. Tal exercício significou para nós uma primeira incursão no tema com o objetivo de mapearmos o conceito para guiar este rastreamento, que, por sua vez, também precisou, evidentemente, se apoiar nos cursos e nos livros.

Ademais, é importante destacar, com tal busca não temos a pretensão de exaurir a discussão do conceito em sua produção, de modo que evitamos recorrer a gráficos e estatísticas sobre as ocorrências da palavra ou detalhar todos os textos em que a palavra aparece; ativemo-nos, aqui, aos usos e aos momentos que consideramos relevantes para compreender as formulações e os deslocamentos do autor em torno da noção. Assim, o uso dos *Ditos e escritos*, aqui, é apenas um roteiro, entre outras possibilidades.

## 2.2. POPULAÇÃO NA OBRA DE FOUCAULT

A primeira vez em que o termo população aparece como objeto de discussão no interior dos *Ditos e escritos* foi em 1957, em *A psicologia de 1850 a 1950* (FOUCAULT, 2014a);<sup>6</sup> como explicitado no título, o artigo propõe uma discussão de cunho histórico e epistemológico sobre a psicologia nos séculos XIX e XX. Em determinado ponto do texto, o francês discute o modo como emergiram, no interior dos debates sobre psicologia, discussões sobre a relação entre a conduta individual do sujeito e comportamentos de grupos, uma articulação entre o indivíduo e o coletivo, portanto. Foucault (2014a, p. 149) escreve:

A análise das opiniões e das atitudes busca determinar os fenômenos coletivos que servem de contexto às condutas afetivas do indivíduo, assim como às suas operações intelectuais de percepção, de julgamento e de memória. Essas pesquisas são quantitativas antes de serem estruturais e se apoiam sempre na elaboração de dados estatísticos: mede-se, assim, a extensão de uma opinião através de investigações feitas sobre um grupo representativo de uma população em seu conjunto, ou ainda a força de uma atitude em um grupo de indivíduos, através do apego comparado que ele manifesta com relação a tal ou tal opinião.

Pode-se dizer que o uso da noção de população se dá de forma incidental e não conceitual. Mas chama a atenção como a palavra já aparece atrelada às técnicas estatísticas em uma discussão que explora a dialógicidade entre indivíduo e coletivo. Como veremos adiante, esse será um importante eixo nas discussões de Foucault sobre o conceito.

Nos anos subsequentes, até o início da década de 1970, Foucault pouco falou sobre população, sendo a maior parte das referências incidentais à noção. Como exceção, pode-se apontar um artigo (FOUCAULT, 2013a) no qual ele identifica a população como uma escala de observação do objeto médico, que trata a doença baseada na estatística. Todavia, ele não desenvolve a ideia para além dessa breve formulação.

Na primeira metade da década de 1970, apesar de ainda não aparecer como um conceito analítico central nas produções de Foucault, é possível observar um aumento no uso

---

<sup>6</sup> Apesar de nossa busca original ter sido feita na edição francesa de *Ditos e escritos*, sempre que possível as citações nesta dissertação farão referência à edição brasileira da obra. Tal opção deu-se pensando que, a princípio, os leitores devem ter mais familiaridade com a versão nacional do que com a original e, também, para evitar a necessidade de refazer a tradução dos textos, o que levaria a discrepâncias com os oficiais.

da noção. Com essa proliferação, emergem novas dimensões que a expandem para além de uma escala de atuação na medicina ou na estatística. Foucault (2011a; 2013b) irá valer-se do termo para pensar a forma como, com o advento das teorias evolucionistas e geneticistas desenvolvidas por pesquisadores como Charles Darwin (1809-1882) e Gregor Mendel (1822-1884), o ser humano deixa de ser tratado na biologia como espécie, perdendo seu caráter único e determinado de indivíduo, e passando a ser entendido como o resultado de uma sucessão de eventos aleatórios que regeriam não só a raça humana, mas também todas as demais espécies. Assim, o que se apresenta não é um abandono das discussões sobre a escala de atuação da medicina e da estatística, mas, sim, uma sofisticação de tais dimensões por meio da conciliação entre ambas, o que fundamentará novas pesquisas e práticas sociais. Por exemplo, referindo-se a alguns estudos sobre o crescimento demográfico na Europa ao longo dos séculos XVIII e XIX, Foucault (2013c, p. 307) aponta:

Iniciou-se uma pesquisa sobre os modos de alimentação das populações europeias no século XIX: percebe-se que, em um dado momento, a quantidade de proteínas absorvidas pelas populações europeias começou a crescer bruscamente. Acontecimento prodigiosamente importante para a história do consumo, da saúde, da longevidade. O aumento brusco da quantidade de proteínas ingeridas por uma população é, de certo modo, muito mais significativo do que uma mudança de Constituição e do que a passagem de uma monarquia à república, por exemplo. É um acontecimento, mas um acontecimento que não pode ser atingido pelos métodos clássicos ou tradicionais. Ele é somente atingido pela análise de séries, tão contínuas quanto possível, de documentos frequentemente negligenciados. Vemos, portanto, na história serial, não absolutamente o acontecimento se dissolver em proveito de uma análise causal ou de uma análise contínua, mas os estratos de acontecimentos se multiplicarem.

A passagem acima evidencia não só como há uma incursão de saberes do campo da biologia e da saúde em debates que poderiam ser, até então, entendidos como exclusivos do campo político e social, mas também como tal mudança no teor das discussões convoca igualmente a entrada de novos métodos de investigação que exigem a compreensão de eventos particulares não mais de forma isolada, mas, sim, no interior de séries contínuas.

Ainda sobre a primeira metade da década de 1970, na virada do ano de 1971 para 1972, Foucault ministrou, no Collège de France, o curso intitulado *Teorias e instituições penais* (FOUCAULT, 2020); nos anos de 1972 e 1973, o curso *A sociedade punitiva* (FOUCAULT, 2015b); e, em 1975, publicou sua icônica obra *Vigiar e punir* (FOUCAULT, 2014c). Seus



estudos estavam muito ligados às instituições e aos aparelhos disciplinares e saberes que sustentavam tais práticas, notadamente no campo da saúde e do direito. Naquele momento, o professor dialogava fortemente com a teoria marxista – sobretudo com as ideias de Louis Althusser –, buscando propor alguns deslocamentos e inversões:

onde Althusser enfoca o Estado e seus aparelhos, Foucault isola a dimensão do poder; onde a análise marxista faz do direito e das instituições judiciárias “superestruturas”, Foucault vê instituições econômicas; onde Althusser vê na sedução da ideologia o que assegura a função do aparelho repressivo, Foucault encontra a noção de saber-poder. Assim a analítica do poder que Foucault se empenha em isolar apresenta-se em primeiro lugar como um “contramarxismo”, um modo de sair do marxismo, de certo discurso marxista, mas que se insere inicialmente em seu campo, em suas categorias. (EWALD; HARCOURT, 2020, p. 236).

Foucault procurava propor uma concepção de poder distanciada daquela aventada por alguns autores marxistas, recusando principalmente duas noções: a de que o poder seria algo que alguns têm e outros não; e a de que o poder poderia ser resumido às ideias de violência e de ideologia (HARCOURT, 2015). O pesquisador estava interessado em pensar o poder como algo capilar e descentralizado, que não poderia ser reduzido à dicotomia opressores/oprimidos. Tais ideias implicam importante distinção, em relação às teorias marxistas, no que respeita ao objeto de análise e à opção por desvincular a noção de poder da de Estado. Isto é, parar de pensar o poder como algo centralizado na instituição estatal que o exerce, em particular, de forma coercitiva e tomá-lo como algo espreado na sociedade de forma dinâmica, em que ações de poder sempre emergem como novos vetores de poder; jogos de força no lugar de relações de dominação e submissão, portanto. Isso, entretanto, não implica ignorar o Estado ou desconsiderar seus aparelhos e projetos, mas deixar de tratá-lo de forma monolítica, tirá-lo do centro da análise, recusar a ideia de que a sociedade seria um reflexo criado à sua imagem e semelhança.

Apesar de haver diversas críticas à – e propostas de inversões na – teoria marxista, naquele momento também é evidente o diálogo de Foucault com os conceitos e ideias de Marx, assim como sua influência por essas. François Ewald e Bernard Harcourt (2020) apontaram como esse poderia ser considerado um dos momentos em que Foucault mais dialoga com a teoria marxista. Pode-se dizer que esse diálogo – que oscilava entre a crítica e a influência – também teve efeitos sobre o modo como o autor tratou a noção de população. Nos primeiros

anos da década de 1970, se, por um lado, é possível ver evidentes esforços de Foucault do francês em se distanciar da noção de sociedade como uma massa de indivíduos submetidos ao Estado e às classes dominantes, por outro, em distintos momentos ele fará uso da noção de população como sinônimo de plebe, proletário ou classe baixa.

Na segunda metade da década de 1970, Foucault dedica parte de seus trabalhos a pensar o modo como o campo da saúde foi ocupando cada vez mais espaço nas discussões políticas e econômicas ao longo dos séculos XVIII e XIX. Em trabalhos como *A política da saúde no século XVIII* (FOUCAULT, 2011b) e *O nascimento da medicina social* (FOUCAULT, 2011c), Foucault (2011c, p. 404-405) sustenta “a hipótese de que, com o capitalismo, não se passou de uma medicina coletiva para uma medicina privada; produziu-se exatamente o contrário”, buscando compreender como emergiu uma série de aparelhos, instituições e saberes ligados a discussões sobre a saúde e a aspectos biológicos do meio social. Daí decorre “a aparição da saúde e do bem-estar físico da população em geral como um dos objetivos essenciais do poder político” (FOUCAULT, 2011b, p. 360). É, pois, no interior dessas discussões que a noção de população emergirá, de fato, nos trabalhos de Foucault como um conceito a ser investigado.

O grande crescimento demográfico do Ocidente europeu ao longo do século XVIII, a necessidade de coordená-lo e integrá-lo ao desenvolvimento do aparelho de produção, a urgência de controlá-lo por meio de mecanismos de poder mais adequados e mais concentrados fazem aparecer a “população”, com suas variáveis de número, repartição espacial ou cronológica, longevidade e saúde, não só como problema teórico, mas como objeto de vigilância, análise, intervenções, operações modificadoras, etc. (FOUCAULT, 2011b, p. 362).

Portanto, no interior dos mesmos debates, concomitantemente à emergência da noção de população como categoria analítica no trabalho de Foucault, é possível ver se formular outro conceito que lhe será cabal: a biopolítica.

Em 17 de março de 1976, Foucault ministrou a última aula do curso intitulado *Em defesa da sociedade* (FOUCAULT, 2010), interessado em apresentar novos mecanismos de poder que emergiram durante o século XIX na Europa. Foucault entende que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, parte expressiva das técnicas de poder – muito atreladas aos regimes monárquicos – eram pensadas tendo por base o controle do corpo individual, centradas em uma série de mecanismos de vigilância cujo fim é a disciplina e o aumento de produtividade dos

indivíduos. Tais técnicas foram denominadas por ele disciplinares e estariam arraigadas em uma concepção totalizante de controle, pela qual os dispositivos buscariam uma captura total dos sujeitos a ela submetidos. Entretanto, no decorrer do século XIX, seria possível observar o surgimento de novas práticas e saberes que atuariam não de maneira excludente em relação aos mecanismos disciplinares, mas complementar, sem desvalidar os saberes e as técnicas que se dirigiam aos corpos isolados, mas atuando sobre uma nova escala: não mais a do singular, mas a das multiplicidades. O humano não mais como um sujeito isolado, mas, sim, como espécie. Tais saberes e práticas comporão o que será denominado, por ele, biopolítica.

A biopolítica emergiria, em um primeiro momento, de todo um conjunto de saberes e práticas desenvolvidas no correr da segunda metade do século XVIII, as quais buscaram compreender e atuar sobre as noções de natalidade, mortalidade e longevidade no interior de uma população. Isto é, do ponto de vista prático, tais processos estavam diretamente atrelados à emergência de saberes, como a higiene pública e a medicina social – campos cujo problema não era mais saber como curar uma doença ou evitar a morte de um paciente isolado, mas, sim, a noção de que práticas administrativas poderiam, por exemplo, prevenir a propagação de doenças ou aumentar a saúde global dos cidadãos. São práticas médico-administrativas que não se voltam mais para os corpos isolados, mas para os conjuntos populacionais. Daí decorre uma importante noção: o objeto central de atuação da biopolítica é a população. “A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento” (FOUCAULT, 2010, p. 206).

Entendendo a população como campo primário de atuação da biopolítica, valem algumas considerações sobre as formas como se pensa tal atuação. Primeiro, os problemas da população são, quando considerados na instância dos indivíduos, da ordem da aleatoriedade. Só será possível compreender padrões e especular ações práticas quando se pensar os fenômenos tanto em sua extensão temporal quanto em sua multiplicidade. Não é a medicina do corpo que busca a cura individual, mas as políticas públicas que afetam as taxas de natalidade, de longevidade e de mortalidade. As populações não são apenas controladas, são, sobretudo, reguladas.

Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal

maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. (FOUCAULT, 2010, p. 207).

A regulação emerge daí justamente nos termos nos quais se pensará o governo da população, uma vez que essa não é uma mera soma de indivíduos, mas todo um novo objeto que exigirá novos saberes e práticas para ser compreendido e regulado. Fazendo o paralelo com as disciplinas que se voltavam ao corpo, Foucault (2010, p. 210) descreve “duas séries: a série corpo – organismo – disciplina instituições; e a série população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado”. Como já apontado, essas séries não são excludentes, mas, sim, complementares, uma vez que dizem respeito a escalas de análise distintas. E um mesmo campo de saber, como a medicina, por exemplo, poderá atuar sobre as duas instâncias. Para isso, será importante o conceito de norma, isto é, os fenômenos tomados não mais em termos binários, como correto e incorreto, mas, sim, em termos de normalização, do quanto um fenômeno se aproxima ou não do considerado normal, do quanto se afasta ou se aproxima do esperado. A força da noção de norma é que essa será um mecanismo regulador que pode ser aplicado tanto aos corpos quanto às populações. Ambos poderão assim ser estudados e avaliados, em termos de normalidade.

Depois de *Em defesa da sociedade*, o próximo curso ministrado por Michel Foucault (2008a) no Collège de France foi *Segurança, território, população*. A noção de população ganha destaque nas discussões das aulas, e o conceito é, de algum modo, elaborado, adquirindo novas dimensões em relação ao apresentado até então. Conforme consta no resumo do curso publicado nos anuários do Collège de France: “O curso teve por objeto a gênese de um saber político que ia colocar no centro das suas preocupações a noção de população e os mecanismos capazes de assegurar a sua regulação” (FOUCAULT, 2008a, p. 489).

Logo no início da primeira aula do curso *Segurança, território, população*, Foucault (2008a) o anuncia como um estudo sobre o biopoder. Apesar de o termo não ser mais mencionado em nenhuma outra aula, é possível entender que as discussões sobre este serão um mote que atravessará o curso como um todo, uma vez que muitas das ideias apresentadas na última aula de *Em defesa da sociedade* serão retomadas, aprofundadas ou reformuladas. Os mecanismos disciplinares serão contrapostos aos dispositivos de segurança. O primeiro tem como característica principal uma captura total dos objetos submetidos ao poder, visando ao

controle absoluto, ao passo que o segundo estaria centrado na regulação e na normalização de fenômenos, a princípio de natureza aleatória e impossíveis de serem completamente controlados. A emergência da noção de população no fim do século XVIII e início do XIX seria um marco central para compreender a inversão desses dois modos de governo.

Aqui vale uma explicação: ao apontar a emergência da população como uma categoria inédita no debate político dos séculos XVIII e XIX, Foucault não diz que não haviam discussões a respeito do conceito anteriores a esse marco, pelo contrário, destaca como, ao longo do século XVII, principalmente entre autores mercantilistas, já é possível ver a população como um dos elementos fundamentais para avaliar o poder soberano. Não se mensurava a força de um império apenas pela extensão de suas fronteiras ou o montante de suas riquezas; era preciso considerar também os súditos que respondiam à coroa, sendo eles avaliados tanto em número quanto em relação à sua obediência e devoção ao Império. Assim, antes do século XVIII, a população já era considerada um elemento emblemático para se pensar o sentido do poder do soberano. O ineditismo que interessa ao professor do Collège de France não está na mera aparição da noção de população no interior das discussões sobre poder, mas, sim, em uma inversão de sentido que lhe era atribuído.

Ora, acredito que, com os fisiocratas – de uma maneira geral, com os economistas do século XVIII –, a população vai parar de aparecer como uma coleção de súditos de direitos, como uma coleção de vontades submetidas que devem obedecer à vontade do soberano por intermédio de regulamentos, leis, decretos, etc. Ela vai ser considerada um conjunto de processos que é preciso administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural. (FOUCAULT, 2008a, p. 92).

Foucault apresentará a ideia de *natural* ou, então, a *naturalidade* da população justamente como o que configura seu ineditismo na maneira como essa foi pensada desde meados do século XVIII. Tal noção será explicada a partir de três dimensões.

A primeira diz respeito ao caráter mutável da população, pelo qual essa não é um objeto fixo e concreto que pode ser manipulado por intermédio de leis e decretos acatados ou recusados. Ela existe e precisa ser compreendida segundo todo um conjunto de variáveis que mudam sua forma e modo de se comportar; variáveis que vão desde fatores climáticos e geográficos até valores e costumes sociais, passando por condições econômico-políticas. Todos esses fatores afetam a população de modo intrínseco que atuar sobre essa deixa de ser algo que

pode ser feito por meio de ações diretas, exigindo, muitas vezes, que também se entenda e atue sobre essas variáveis. “não se trata de obter a obediência dos súditos em relação à vontade do soberano, mas de atuar sobre coisas aparentemente distantes da população, mas que se sabe, por cálculo, análise e reflexão, que podem efetivamente atuar sobre a população” (FOUCAULT, 2008a, p. 94).

A segunda dimensão diz respeito ao desejo. A população é formada por uma miríade de indivíduos, em princípio distintos entre si, cada um deles com vontades e interesses próprios; não obstante, quando vista em conjunto, é possível enxergar um motor comum que respeita às vontades globais do coletivo, um desejo da população. Este será um dos meios de atuação pelo qual será possível governar tal entidade, não mais pelo cerceamento do desejo dos sujeitos – tal como se imaginava que o soberano seria capaz de fazer –, mas pela produção de um interesse comum. Pois, se, por um lado, o desejo do indivíduo terá algo de espontâneo e particular, difícil de se agir contra, por outro, será possível, no âmbito do coletivo, direcioná-lo para lugares-comuns. “Produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo: é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la” (FOUCAULT, 2008a, p. 95).

A terceira face dessa naturalidade da população – já abordada neste texto – diz respeito à natureza tão aleatória quanto previsível dos fenômenos que atuam sobre ela. Pois, se, por um lado, é verdade que uma das marcas centrais da noção de população está no caráter incontrolável dos fenômenos que atuam sobre ela, expressa nas ideias de mortalidade, natalidade e expectativa de vida, por outro, tais fenômenos, quando estudados em série, tornam-se tanto previsíveis quanto, em alguma medida, tangíveis, no sentido de ser possível atuar sobre eles.

Assim, é essa concepção de população como um fenômeno natural que significará não sua aparição nos debates sobre o poder, mas um modo novo de se pensar a forma de se atuar sobre ela. Pois não cabe ao soberano atuar contra a natureza da população, cerceando-a e domando-a. “Tem-se uma população cuja natureza é tal que é no interior dessa natureza, a propósito dessa natureza que o soberano deve desenvolver procedimentos refletidos de governo” (FOUCAULT, 2008a, p. 98). Em suma, o governo não se exerce em contrapartida a aquilo que há de natural, mas a partir dele.

Ademais, tais discussões implicarão um importante marco no modo como Foucault, nesse momento, irá definir a noção de população: ela será, por um lado, a espécie humana, e, por outro, o público, sendo este último, o que diz respeito a hábitos, comportamentos, opiniões e ideias que circulam, àquilo sobre o que será possível interferir por meio da educação, de campanhas públicas e da propaganda. “A população é portanto tudo o que vai se estender do arraigamento biológico pela espécie à superfície de contato oferecida pelo público” (FOUCAULT, 2008a, p. 99).

Essa perspectiva leva para um importante giro no modo como Foucault pensou a noção de população em *Segurança, território, população*. Até aqui, neste texto, o conceito em questão foi apresentado em diálogo direto com um olhar biologizante para questões políticas, o humano como espécie. Tal discussão está arraigada nos conceitos foucaultianos de biopolítica e biopoder; não obstante, no curso em tela, o professor irá articular as discussões sobre população a um outro conceito que aparece não em oposição às discussões sobre biopolítica, mas de forma transversal a elas: a *governamentalidade*. “quando falei da população, havia uma palavra que voltava sem cessar – vocês vão me dizer que fiz de propósito, mas não totalmente talvez – é a palavra ‘governo’. Quanto mais eu falava da população, mais eu parava de dizer ‘soberano’” (FOUCAULT, 2008a, p. 99). O giro apontado em relação à forma de compreender a população na virada do século XVIII para o XIX não é apenas sobre o termo em si, mas também sobre a forma de se pensar os mecanismos de poder.

Tomando como base as discussões de alguns autores ligados às ciências políticas, notadamente Guillaume de La Perrière, e também outros, como Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes, Foucault procurou formular de que modo a noção de *governo* foi se constituindo como problema ao longo do século XVI; ideia essa que não poderia se restringir às discussões sobre teoria política ou às discussões jurídicas, pois seria mais ampla, abarcando as relações entre soberanos e súditos, pais e filhos e, também, dos sujeitos consigo mesmos. Elas também não estariam restritas aos modelos econômico-administrativos teóricos de gestão do espaço e dos recursos, uma vez que estariam mais ligadas ao campo das táticas do que às estratégias, expressando-se nas ações concretas de gestão. Todas essas questões foram se desenhando ao longo de numerosas questões e propostas formuladas ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, mas que até então apareciam truncadas, já que limitadas por vários motivos, dentre os quais se destaca a rigidez dos modelos políticos e econômicos centrados no poder monárquico.

Foucault defende, então, que tais discussões se deslocaram ao longo do século XVIII, tendo toda uma profusão e uma sofisticação ao se desassociar das teorias jurídicas da soberania. Pois teria sido, a partir desse giro nos debates sobre governo, possível esquadrihar o problema da população, embora a recíproca também seja verdadeira, uma vez que teria sido justamente o problema da população o que teria dado condição de possibilidade para aquilo que Foucault (2008a) denominou *o desbloqueio da arte de governar*. Tal desbloqueio teria se dado por algumas razões, descritas a seguir.

O governo vinha sendo pensado, no correr dos séculos XVI e XVII, como uma tentativa de conciliar duas dimensões distintas: a da soberania e a da família. Cada uma dessas limitava a noção por um motivo. A primeira, por ser demasiadamente rígida e ampla, pois a imaginava como uma força única, absoluta em efeito e totalizante em dimensão. A segunda, por seu caráter frágil e reducionista, já que compreendida como uma representação do modelo social, um pequeno Estado centrado na figura do pai. Muitos dos debates em torno do governo tentavam conciliar essas duas dimensões, procurando imaginar o poder do soberano sobre seus súditos tal qual o de um patriarca sobre a família. A população, tal como pensada no século XVIII, aparece como uma outra escala possível para se tratar a questão do governo, que não ignorasse a estrutura familiar, mas que não a tomasse como representação da sociedade. A família passa a ser entendida como um segmento da população, ainda bastante relevante, já que muitas campanhas, por exemplo, de saúde pública, teriam de passar por ela para surtirem efeito na população. Porém, deixa de servir como modelo basilar, passando a ser entendida como um meio possível de ação.

Assim, a população emerge como objeto direto de atuação do governo. Como objetivo último, no sentido em que as ações do governo serão direcionadas sempre à população, buscando modificá-la e, no limite, aprimorá-la, tornando-a mais saudável, mais produtiva, mais organizada. Inobstante, a atuação não é unilateral, tal como a pensada no modelo da soberania, em que o soberano exerce seu poder sobre os súditos segundo suas próprias vontades. A relação entre governo e população passa a ser dialógica, visto que as ações do primeiro também precisam responder às demandas do segundo.

É a população, portanto, muito mais do que o poder do soberano, que aparece como o fim do instrumento de governo: sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo. [Ela aparece] como consciente, diante do governo, do que ela quer, e também inconsciente do que



a fazem fazer. O interesse como consciência de cada um dos indivíduos que constitui a população e o interesse como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e aspirações individuais dos que a compõem, é isso que vai ser, em seu equívoco o alvo e o instrumento fundamental do governo das populações. (FOUCAULT, 2008a, p. 140).

A população não é apenas um dos objetivos do governo; é em virtude dela que serão pensados os sentidos da própria noção de governo. Saber governar implicava, naquele momento, necessariamente, conhecer a população, como esta se comporta, o que surte efeito sobre ela, como se configura, e assim por diante. O saber de governo é, pois, análogo ao conhecimento da população. Ambas as dimensões estariam, assim, intimamente imbricadas. É em torno dessa relação que, segundo Foucault (2008a), constitui-se a noção de economia política, que seria o saber que se endereça a refletir sobre essa relação entre população, território e riquezas. É aí, também, que se começará a pensar o governo como uma relação entre economia e população. Foucault, assim, irá defender que, no século XVIII, essas três dimensões – governo, população e economia política –, serão associadas, de modo estrito, em que uma sempre terá efeitos sobre as outras.

É com base em tais relações que Foucault irá definir o que designou como *governamentalidade*:

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política, como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2008a, p. 143).

A discussão sobre governamentalidade e, principalmente, sobre governo, será retomada e reformulada muitas vezes no decorrer da obra foucaultiana, a despeito do modo como é definida em *Segurança, território, população* ser importante para compreendermos um deslocamento em como Foucault vinha refletindo sobre a noção de população: esta não é apenas uma decorrência da incursão de saberes e práticas biologizantes sobre o meio social, do ser humano tratado como espécie biológica. É também a imanência de uma nova forma de se pensar a sociedade e sua gestão como um todo, uma inflexão na concepção de governo. A noção de população, assim, estaria no entrecruzamento entre a biopolítica e a governamentalidade.

Ademais, as formulações sobre governamentalidade e população aparecem como uma resposta direta à tentativa, já apresentada neste texto quando nos referimos a seus trabalhos no início da década de 1970, de Foucault de desvencilhar as formulações sobre poder e sociedade da figura do Estado. Como aponta Michel Senellart (2008, p. 519), “a problemática da ‘governamentalidade’ assinala, portanto, a entrada da questão do Estado no campo da análise dos micropoderes”. Não se trata, pois, de desconsiderar o Estado e seus aparelhos como um todo em prol de uma análise que olha sempre para o particular, mas de não ceder à função representativa de entender o social sempre como uma resposta às ações institucionais.

Um dos esforços analíticos de Foucault em *Segurança, território, população* está justamente em pensar o deslocamento do regime da soberania definido com base no território regido pelo soberano, para o Estado, pensado segundo a população por ele governada. Entretanto, não se trata de uma substituição, de defender que o Estado seria, então, meramente definido em razão de sua população. Esse é composto por ela, mas é também exógeno a ela, governando-a, mas também respondendo-lhe. Em suma, não se trata de recusar os aparelhos estatais, mas de recusar os grandes modelos e análises estratégicas em prol do olhar sobre as táticas, sobre os eventos tão circunstanciais quanto concretos.

O conceito de população, ao fim, oferece condições para o reposicionamento do problema do Estado no interior do pensamento foucaultiano, pois permite criar uma nova escala de análise que não pode ser reduzida a um conjunto de indivíduos e relações isoladas, tampouco generalizada como uma massa única tão disforme quanto manipulável. A população localiza-se justamente entre a aleatoriedade da contingência e a regularidade da norma.

Retomando o percurso proposto no início deste texto, voltamos a nos debruçar sobre o modo como o conceito de população aparece nos *Ditos e escritos*. Depois da publicação de *Segurança, território, população*, antes do fim da década de 1970, temos mais três textos que se ocupam da noção em pauta, apesar de dois deles serem reedições de publicações já tratadas aqui: o primeiro uma reedição de *A política da saúde no século XVIII* (FOUCAULT, 2011b); o segundo, uma transcrição da aula de 1º de fevereiro de 1978 do curso *Segurança, território, população*, publicada isoladamente sob o título *A “governamentalidade”* (FOUCAULT, 2015c). O terceiro texto trata do resumo do curso *Nascimento da biopolítica* (FOUCAULT, 2008b). Tal curso ministrado logo depois de *Segurança, território, população* dá continuidade de alguma forma às discussões sobre economia, governo e governamentalidade. No caso, o

professor debruça-se extensamente sobre as teorias do liberalismo, sobretudo em sua vertente alemã, embora ainda esteja diretamente ligado ao curso anterior e, portanto, ainda tenha a questão da relação entre biopolítica, governamentalidade e população como motivadora das reflexões. O conceito de população é tomado mais como uma premissa do que como um problema central no curso, de modo que este pouco acrescenta para o debate da noção em si.

Ao longo da década de 1980, a noção de população praticamente não foi mais evocada nas publicações de Foucault compiladas nos *Ditos e escritos*. Tal ausência poderia ser compreendida como um abandono do conceito; entretanto, julgamos que essa se dá por outro motivo. As problematizações do autor em torno da noção de governo levam-no – como é visível nos cinco últimos cursos ministrados por ele no Collège de France – a se dedicar sobre as origens de tal ideia no Cristianismo e na Antiguidade, afastando-se do estudo da Modernidade. A ideia de população, que tentamos apresentar aqui, não é um conceito abstrato e atemporal que descreveria um constructo social aplicável a qualquer tempo-espço, mas uma ideia concreta que aparece no interior do arquivo tratado por Foucault. O francês só se debruça sobre tal termo uma vez que ele é evocado nos documentos estudados. Isto é, a população é um problema do arquivo, aparece em uma forma conceitual já que foi problematizada no seu tempo pelos autores apresentados. Portanto, ela só faz sentido na qualidade de problema se pensada ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX no Ocidente. Por isso, no momento em que o material de pesquisa de Foucault deixa de contemplar tal período, não faz sentido tentar evocá-lo. A população é, portanto, para Foucault, uma problematização concreta própria do arquivo, e não um conceito abstrato.

Os poucos textos produzidos na década de 1980 que mencionam a noção de população, de algum modo, reiteram a ideia apresentada no parágrafo anterior. Por exemplo, na conferência proferida na Universidade de Stanford em 1979 e publicada em 1981 – “*Omnes et singulatim*”: *uma crítica da razão política* – Foucault (2015d), motivado pela noção de governo, busca entender as associações e as distinções entre o que denominou *poder pastoral* e formulações e debates, produzidos ao longo da Modernidade, que se debruçaram sobre a questão do Estado, estes muito próximos daqueles apresentados em *Segurança, território, população* e *Nascimento da biopolítica*. A noção de população aparecerá apenas no fim do texto, já que essa é uma categoria importante para Johann von Justi, um autor do século XVIII que se dedicou a pensar a economia política. *As malhas do poder* (FOUCAULT, 2012) foi uma

conferência proferida na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, em 1976, porém só publicada em 1981, por isso consta nos *Ditos e escritos* como um texto da década de 1980. Em tal edição, o debate sobre população tem protagonismo, embora se aproxime bastante do que apresentamos quando discutimos o conceito na obra do francês na segunda metade da década de 1970, de modo que não entraremos em detalhes.

A última publicação que encontramos nos *Ditos e escritos* que se refere ao conceito de população foi *A tecnologia política dos indivíduos* (FOUCAULT, 2006a), conferência proferida na Universidade de Vermont em 1982 e publicada em 1988; mais uma vez, aqui, a população só é evocada conforme emerge como uma problematização no arquivo mobilizado por Foucault, onde ele evoca, mais uma vez, a discussão de população feita por von Justi:

Um dos conceitos mais importantes do livro de von Justi é efetivamente o de população, e creio que se buscará em vão esta noção em qualquer outro tratado de polícia. Sei perfeitamente que von Justi não inventou nem a noção nem a palavra, mas vale a pena notar, a respeito do vocábulo população, que von Justi leva em conta o que os demógrafos, na mesma época, estavam descobrindo. Para ele, os elementos físicos ou econômicos do Estado, considerados em sua totalidade, constituem um meio do qual a população é tributária e que, reciprocamente, depende da população. (FOUCAULT, 2006a, p. 315-316).

Novamente, não entraremos nos detalhes da discussão de von Justi, pois entendemos que seria redundante com o já abordado neste texto. Todavia, destacamos a citação acima por entender que nela Foucault evidencia o que vínhamos defendendo: a noção de população só existe em sua forma conceitual na medida em que assim está presente no arquivo. Ela está, portanto, circunscrita a um tempo-espaço definido, não se tratando de um constructo social abstrato decorrente da teorização foucaultiana.

### **2.3. POPULAÇÃO E MIGRAÇÃO**

Para esta dissertação é pertinente considerar articulações entre população e fluxos migratórios. No rastreamento que apresentamos até aqui, não encontramos nenhuma passagem em que Foucault se dedicou a aprofundar as relações entre os dois fenômenos; apenas menções pontuais em que considera como os movimentos migratórios têm efeitos sobre a população,

especialmente no que diz respeito a seus índices demográficos. A título de exemplo, podemos citar um trecho de *Segurança, território, população* em que se lê:

A população estar assim na base tanto da riqueza como do poderio do Estado é algo que só pode ocorrer, claro, se ela é enquadrada por todo um aparato regulamentar que vai impedir a emigração, atrair os imigrantes, beneficiar a natalidade, um aparato regulamentar que também vai definir quais são as produções úteis e exportáveis, que vai estabelecer também os objetos a serem produzidos, os meios de produzi-los, os salários também, que vai proibir o ócio e a vagabundagem. (FOUCAULT, 2008a, p. 90).

Ou então, em *As malhas do poder*, quando Foucault (2012, p. 180) escreve: “Nesse momento, apareceu o problema de saber como podemos levar as pessoas a fazerem mais filhos, ou, pelo menos, como podemos regular o fluxo da população, como podemos regular igualmente taxas de crescimento de uma população, as migrações”. Ambas as passagens parecem-nos icônicas do modo como o professor articula as relações entre população e migração, considerando os efeitos da segunda sobre a primeira, mas não aprofundando tal relação, fazendo apenas menções incidentais como as que vimos acima.

Pode-se dizer que, se Foucault não elaborou a relação entre os dois fenômenos, provavelmente é porque a questão migratória não emergiu como uma questão candente no arquivo trabalhado por ele. Poderíamos, ainda, atribuir essa lacuna ao fato de que a maior parte do arquivo consultado por ele foi produzida em países como Alemanha, França e Inglaterra, de modo que, considerando o período em questão (séculos XVIII, XIX e XX), as discussões sobre população estavam bastante ligadas à formação dos Estados-nação, sendo as questões migratórias menos marcantes naquele espaço-tempo. No entanto, todas essas formulações não passariam de possíveis hipóteses, as quais não temos condições de demonstrar aqui, visto que exigiriam um novo conjunto de fontes e estudos para se sustentar, o que se distancia das questões centrais levantadas neste trabalho. Entretanto, tais hipóteses servem-nos para questionar se seria possível pensar a constituição da população no estado de São Paulo sem considerar o fenômeno migratório como eixo central.

No que tange à relação entre o estado de São Paulo e a imigração na Primeira República, o conceito de população parece-nos bastante oportuno para compreender algumas das políticas e dos debates em curso. Se retomarmos as práticas eugenistas e o ideal de branqueamento apresentados no primeiro capítulo desta dissertação, parece-nos evidente como

a ideia de biopolítica operou: médicos, higienistas e profissionais da saúde pública valeram-se de conceitos e ideias do campo da saúde para formular e propor respostas a problemas sociais; imaginou-se que a população seria aprimorável por meio de seu branqueamento, sendo tal aprimoramento concebido conforme uma norma que iria do negro ao branco, buscando compreender em que lugares de tal escala estariam os indivíduos da sociedade paulista. A imigração europeia emergia, assim, como uma solução possível para um problema biológico e social imaginado pelos eugenistas, e daria subsídio para a população que buscava se forjar.

Em contrapartida, quando pensamos o ideal de nacionalismo que tentou dar sentido à heterogeneidade da população paulista tendo por base a construção de um ideário comum que uniria todos aqueles cidadãos, a princípio estranhos entre si, sob o bastião de uma mesma nação, parece-nos claro como operaram os processos governamentalizadores, principalmente pensando como o nacionalismo operou pela via da escolarização. Nesse sentido, o diálogo entre as iniciativas escolares públicas e privadas que se estabeleceu em torno da imigração nos parece cabal. Há uma demanda dos estrangeiros pela oferta de ensino que, diante da incapacidade de oferecimento do estado paulista, se converte, em um primeiro momento, em incentivo e permissão para que os alóctones se encarregassem da gestão de sua própria educação; entretanto, toda estruturação do ensino público parece-nos ter sido formulada em um jogo de demandas e respostas em que o estado paulista procurou regular as escolas privadas e fortalecer a oferta de ensino público a fim de dar alguma coesão para a formação comum de seus cidadãos. A escolarização nunca foi de todo abandonada nos debates e nas políticas públicas. Ao contrário, ganhou cada vez mais força, posto que foi nela que residiu a aposta da formação de uma população comum para a sociedade que ali se formava.

A coexistência de mecanismos biopolíticos e governamentalizadores na formação do estado paulista durante a República Velha parece-nos ir ao encontro daquilo que Foucault descreveu ao pensar a população na formação dos Estados-nação dos países europeus ocidentais. Não obstante, aqui, ao mesmo tempo que há uma convergência entre esses mecanismos, parece-nos também existir uma tensão. Se, por um lado, o problema biopolítico da raça encontrará, aqui, sua resposta na aposta do branqueamento que levará à importação de uma população estrangeira pela via da imigração; por outro, o problema do nacionalismo precisará ser repensado, uma vez que a resposta para ele não poderá ser dada exclusivamente com base no fortalecimento de uma identidade nacional que buscasse sua origem na própria

história da nação. Se, nos países europeus do Ocidente, a formação da população se deu por meio da tentativa de unir os cidadãos sob uma mesma história coesa, uma narrativa linear que olhava para dentro do próprio país incorrendo, em muitos casos, até em movimentos beligerantes em relação ao estrangeiro que davam unidade ao nacional, por meio da imagem de um inimigo comum e exterior, aqui o estrangeiro precisava ser incorporado à narrativa de largada, pois ele seria a base da nação que se queria formar. A população brasileira, pelo olhar dos discursos eugenistas, era, a princípio, deficitária, sendo preciso importar imigrantes europeus para se endereçar ao problema racial que eles formularam. Entretanto, como defender uma ideia de nacional em um país que buscava a solução para seus problemas nos estrangeiros? Daí vemos, por exemplo, a apologia à noção de miscigenação. O convívio com a diferença emerge na narrativa nacional como uma das maiores potências da sociedade brasileira.

Por fim, se Foucault tentou traçar a população como um dos problemas centrais dos séculos XVIII e XIX em algumas sociedades da Europa, parece-nos que, quando olhamos para o Brasil dos séculos XIX e XX, a imigração emerge como uma nova ruptura em relação ao primeiro problema. Em suma, a imigração como a problematização do problema da população.

#### **2.4. FOUCAULT E A HISTÓRIA**

Michel Foucault não foi um historiador. É inegável, entretanto, que suas obras tenham grandes intersecções com arquivos e fontes pode-se dizer historiográficas. Sobre essas, uma vez proferiu: “Meus livros não são tratados de filosofia nem estudos históricos; no máximo fragmentos filosóficos em canteiros históricos” (FOUCAULT, 2006b, p. 336). Essa característica implicou uma relação tensionada do francês com a disciplina historiográfica, resultando em trocas de críticas e comentários com historiadores ao longo de quase toda sua vida.

Com isso em vista, o texto que segue tenta esboçar algumas reflexões e concepções metodológicas no interior da obra foucaultiana em diálogo com o campo da história, não se tratando, em hipótese nenhuma, de tentar elaborar uma síntese metodológica do trabalho de Foucault. Serão apresentados, aqui, apenas esboços de conexões possíveis entre o pensador e algumas ideias do campo da história.

Em *Arqueologia do saber*, Michel Foucault (2015a) entende que os debates que provocaram inflexões nos modos de se fazer e pensar a história como disciplina, apesar de

múltiplos, estariam todos ligados a uma *crítica do documento*. Desta ideia ele sintetizará algumas das diferenças entre as perspectivas tradicionais e as correntes, à época, mais recentes da história baseado no par *documento/monumento*. Aqui vale uma pequena digressão sobre esse segundo grupo de historiadores citado, pois Foucault irá referir-se ao movimento por vezes como “a história em nossos dias” (p. 8-9) e, em outras, como história nova. Considerando que o livro foi publicado em 1969 na França, pode-se dizer que o diálogo aí seria, provavelmente, com o movimento da história nova associado, principalmente, à segunda e à terceira geração da Escola dos Annales. Entretanto, neste primeiro momento do livro não são feitas menções diretas a nenhum autor específico, logo não é possível circunscrever o diálogo a nenhuma corrente ou estudioso específico, mas a uma variedade de discussões e debates que estavam ocorrendo em meados do século XX na historiografia.

Voltando ao par apresentado no início do parágrafo anterior, Foucault (2015) descreverá como a história, em sua forma tradicional, estava interessada em transformar monumentos em documentos, em encontrar e descrever rastros buscando, ao associá-los, desvelar os acontecimentos do passado; ou seja, as fontes na qualidade de evidências de uma realidade submersa no tempo. No entanto, as perspectivas historiográficas mais recentes, estariam interessadas no movimento oposto: transformar documentos em monumentos. Desenvolvendo tal premissa, no cerne desta mudança estaria a indagação da própria fonte, o interesse em entender como as fontes foram tornadas em documentação historiográfica. No intuito de ilustrar o argumento, Foucault escreverá:

Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento. (FOUCAULT, 2015a, p. 8-9).

Aqui vale outro comentário: mais de uma década depois da publicação da *Arqueologia do saber*, em um curso ministrado no Collège de France, em 1981 – que depois viria a ser publicado sob o título *Subjetividade e verdade* –, Foucault (2016, p. 210) irá fazer a mesma analogia considerando o par documento/monumento, mas, dessa vez, para diferenciar seu próprio procedimento do de “um historiador cujo objeto é a determinação do que é o comportamento real dos indivíduos”. A oposição antes ocupada pela *história nova* agora é



designada a ele próprio e o lugar da *história tradicional* é generalizado na figura de um historiador. Essa mudança pode ser mera casualidade de uma escolha diferente de palavras, mas também pode ser um sinal do distanciamento do pensador da disciplina historiográfica. Foucault, com o acirramento de alguns de seus debates metodológicos com historiadores, poderia estar se identificando cada vez menos com os procedimentos adotados pela história.

Voltando à analogia, tal como apresentada na *Arqueologia do saber* (FOUCAULT, 2015a), a mudança de perspectiva no interior da disciplina historiográfica irá implicar algumas consequências, dentre as quais o fortalecimento de uma noção de uma *história geral* no lugar de uma *história global*. Esse segundo projeto estaria ligado à empreitada de traçar uma historiografia única e coesa que signifique todos os acontecimentos de um mesmo período e estaria embasada em três suposições: todos os eventos e fenômenos dentro de um mesmo recorte espaço-temporal teriam algum traço em comum que os ligaria tanto entre si quanto a uma origem comum; que uma única forma de historicidade seria suficiente para explicar todos os fenômenos, sejam eles políticos, econômicos, sociais e culturais; e, por fim, que a história poderia ser dividida em etapas ou fases analiticamente autossuficientes. Seria com a crítica a essas ideias que se formaria o projeto de uma história geral, que se centraria na busca de séries temporais, analíticas e espaciais distintas, que não seriam independentes entre si, mas também não estariam ligadas a um centro comum. O ofício do historiador, segundo essas novas perspectivas, seria justamente o de encontrar as ligações entre esses recortes, estabelecer *séries de séries*. “Uma descrição global cinge todos os fenômenos em torno de um centro único – princípio, significação, espírito, visão do mundo, forma de conjunto; uma história geral desdobraria, ao contrário, o espaço de uma dispersão” (FOUCAULT, 2015a, p. 12).

No artigo *Nietzsche, a genealogia e a história*, Foucault (2019b) elabora a ideia de genealogia em Nietzsche. Apesar de a discussão estar centrada no pensamento nietzschiano – principalmente no que diz respeito a alguns de seus embates teórico-metodológicos com a filosofia e com a história –, é possível entender que as ideias ali apresentadas foram de demasiada importância para fundamentar o trabalho metodológico do próprio Foucault e essenciais para “a compreensão do chamado *giro genealógico* nas investigações do autor francês” (AQUINO; SANTOS, 2020, p. 394, grifos no original).

A genealogia será apresentada de acordo com três termos usados por Nietzsche que, em algumas traduções, são tratados como sinônimos; assim, o exercício analítico de Foucault

será o de diferenciá-los. São eles: origem (*Ursprung*); proveniência (*Herkunft*) e emergência (*Entstehung*). A genealogia, em um primeiro momento, partiria de uma recusa da busca pela origem. Isso por entender que a procura pela origem de algo implica buscar e, com isso, aceitar a existência da essência desse mesmo objeto, de algo único que atravessou o tempo e sempre esteve lá, de uma identidade singular, solene e, em alguma medida, atemporal. Aceitar a existência de uma origem, assim, seria admitir a existência de uma verdade única ligada ao objeto a ser investigado, seria negar as disputas e as discordâncias, seria, no limite, negar a historicidade. “O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate.” (FOUCAULT, 2019b, p. 59).

Desprovida de uma origem, a genealogia tomará forma na busca pela proveniência e pela emergência, dois objetos distintos, embora conectados. A emergência caracterizar-se-á pelo momento no qual determinado objeto ou conceito é concebido no interior de um saber, a primeira aparição de uma ideia nos enunciados de uma época. Ela marca o início de um jogo de forças em torno de uma verdade a ser, ali, forjada. “À solenidade de origem, é necessário opor, em bom método histórico, a pequenez meticulosa e inconfessável dessas fabricações, dessas invenções” (FOUCAULT, 2001, p. 16). A emergência demarca, assim, o surgimento de determinada questão como um problema nos discursos e nos embates de um tempo, entendendo-se aqui que este momento está mais atrelado à invenção do que à descoberta de algo. “Isso é de fato o próprio de *Entstehung* [emergência]: não é o surgimento necessário daquilo que durante muito tempo tinha sido preparado antecipadamente: é a cena em que as forças se arriscam e se afrontam, em que podem triunfar ou ser confiscadas” (FOUCAULT, 2019b, p. 79-80).

A proveniência está ligada àquilo que antecede à emergência e, em alguma medida, que também a fundamenta. Configuram a proveniência os acontecimentos e os discursos que antecedem o surgimento de um discurso como problema. “A proveniência permite também reencontrar, sob o aspecto único de um caráter ou de um conceito, a proliferação dos acontecimentos através dos quais (graças aos quais, contra os quais) eles se formaram” (FOUCAULT, 2019b, p. 62). A busca pela proveniência de determinado objeto consiste no exercício de compreendê-lo em sua própria dispersão, em buscar, na historicidade das coisas,

as disputas, os acidentes e a heterogeneidade que foram lhe dando forma e despontaram em sua emergência.

Foucault (2019b) apontará como Nietzsche, por vezes, refere-se à genealogia como *wirkliche Historie*, o termo poderia ser traduzido como *história real* ou *história efetiva*, Foucault (2019b) opta por traduzir o termo como *história efetiva*. Entretanto, é importante ressaltar, o adjetivo *wirkliche* pode ser entendido em oposição à ideal, idealizado ou intangível. Assim, *história efetiva* não deve ser compreendida em contraposição a uma *história não efetiva*, mas, sim, a uma *história idealizada* ou, como Foucault dirá, uma *história presa à metafísica*. Isso porque ele entende que uma historiografia que assume a continuidade de um mesmo objeto no tempo cria, com isso, um ponto de apoio fora do próprio tempo, uma essência metafísica que transcende a história. É nesse sentido que Foucault (2019b, p. 72) dirá que “a história será ‘efetiva’ à medida que reintroduzir o descontínuo em nosso ser”.

\* \* \*

A explanação desenvolvida até aqui se preocupou em demonstrar alguns dos princípios e preocupações que orientam a genealogia em Foucault; no entanto, tentar compreender sua investigação exige, também, pensar os objetos sobre os quais suas pesquisas se debruçaram. O esforço do francês é direcionado no sentido de traçar uma “história da verdade: analisar, não os comportamentos, nem as ideias, não as sociedades, nem suas ‘ideologias’, mas as *problematizações* através das quais o ser se dá como podendo e devendo ser pensado, e *as práticas* a partir das quais essas *problematizações* se formam” (FOUCAULT, 1998, p. 15, grifos no original). O que se tenta acessar não é uma realidade, esquecida no tempo, que chega ao presente por meio das fontes, mas, sim, as formas como determinados enunciados que foram ou são entendidos como verdadeiros foram sendo moldados e emergiram de disputas, rupturas, discordâncias e embates que aconteceram em torno de determinados problemas.

Mais de uma década depois da discussão, já apresentada neste texto, sobre o par documento/monumento, em seu curso *Subjetividade e verdade*, Foucault retornará à analogia agora de uma nova perspectiva.

Se o discurso for tomado como instrumento documental para redescobrir o real de que ele fala ou ao qual se refere, então o procedimento historiador [...]

é totalmente aceitável. Mas, caso se interrogue o discurso em sua existência, não em sua função de documento, e sim em sua existência de monumento (no fato de ele existir, no fato de ter sido efetivamente pronunciado), caso se indague sobre o real do discurso, então não é possível limitar-se a afirmar que são as coisas que foram ditas que podem explicar o fato de terem sido efetivamente ditas. Precisamos parar nesse real do discurso, precisamos nos debater com ele, afastando o postulado [segundo o qual] a função do discurso é representar o real (FOUCAULT, 2016, p. 210).

A distinção agora é entre o próprio Foucault e os historiadores. Tomar o documento na qualidade de consiste em questionar o porquê de sua própria existência, é compreender que o próprio ato de registro e de documentação de um evento já é um evento, em si, digno de análise e não um meio de alcançar uma realidade subjacente ao documento. É entender que o arquivo não é um meio de acesso ao sujeito ou ao poder, mas, sim, em sua essência, o próprio ponto de encontro entre os sujeitos e o poder. “O essencial é mostrar um dispositivo historicamente inscrito e os efeitos que ele produz nos sujeitos que dele se servem. Ou seja, o arquivo não é a ilustração de sua tese sobre o poder, mas o lugar onde se ancoram relações de poder” (ARTIÈRES, 2014, p. 141).

Tomando *A desordem das famílias* (FARGE; FOUCAULT, 2016) como exemplo, enganam-se aqueles que pensam que se trata de uma investigação sobre a vida privada das famílias francesas no século XVIII; ainda mais equivocados aqueles que buscam no trabalho uma análise da força coercitiva do soberano. O foco da empreitada dá-se justamente sobre o ponto de encontro material dessas duas instâncias: as *lettres de cachet*. Os documentos aqui, não como um meio de acesso a uma realidade tão abrangente, como abstrata, mas, sim, como a própria matéria investigativa. Materialidade essa que se expressa tanto no trato das fontes: transcrições, formação de agrupamentos e produção de tabelas; quanto em sua significação, as *lettres de cachet* não são meras missivas que poderão ou não ser executadas em uma ação posterior, elas são a própria relação entre soberano e população em plena performance. Ali é possível ver toda a dialogicidade e o imbricamento da relação, nos modos de endereçamento, no registro, nas súplicas e nas lamúrias.

Além disso, é importante dedicar atenção a outro aspecto em *A desordem das famílias*: o material investigado não é inédito. O que dá alento do trabalho de Farge e Foucault não é a exposição de documentos nunca vistos que contêm novas evidências, antes obscuras, sobre o passado. Pelo contrário, as *lettres de cachet* já foram objetos de outras pesquisas e já havia uma

sorte de outras análises atribuindo-lhes significados diversos. “À medida que alguém vira as páginas desse registro, lendo os nomes de todos esses homens e mulheres, notando todos esses apelidos tão comuns nessas páginas que nos contam, simultaneamente, tanto e tão pouco, uma paisagem começa a tomar forma” (FARGE; FOUCAULT, 2016, p. 21, tradução nossa). Os autores voltam-se para as cartas provenientes de sujeitos comuns revelando não a força interventiva e arbitrária do soberano, mas as querelas e as truculências do cotidiano familiar.

As cartas que interessam a Farge e a Foucault são aquelas escritas por sujeitos anônimos, perdidos no tempo, que nos deixam como único legado de sua existência uma carta pedindo ao rei que os amparasse. “vestígio bruto de vidas que não pediam absolutamente para ser contadas dessa maneira” (FARGE, 2017, p.13). Uma massa de documentos fragmentários, apenas instantes de vidas dispersas. “Aqui reside o paradoxo desse registro: ele congela a vida de pessoas repentinamente, ao mesmo tempo em que sentimento de crescente movimento, de circulação constante, escapa dele” (FARGE; FOUCAULT, 2016, p. 22). Pois se, por um lado, esses documentos, individualmente, são estáticos – não é possível traçar nenhum registro daquelas vidas para além dos relatos encontrados nas missivas; por outro, quando vistos em conjunto são dinamismo puro – a construção de séries a partir desses instantes dispersos, revela toda a efervescência de um tempo marcado por acontecimentos tão cotidianos quanto singulares.

O exemplo acima apresentado revelaria, ainda, um segundo aspecto da pesquisa do pensador francês: sua preocupação dual com recortes que se poderia dizer micro-históricos. Se, por um lado, uma pesquisa nesses moldes exige a busca por casos particulares, limítrofes e, em alguma medida, ínfimos, também afasta-se de qualquer esforço ou tentativa de acesso à mentalidade, à realidade ou às representações do sujeito investigado. A atenção volta-se ao encontro dessas vidas com os mecanismos de poder, dos efeitos que são ali produzidos, das inversões e das torsões nas práticas e nos saberes que ali operam. É justamente essa percepção que irá mobilizar o historiador Carlo Ginzburg (2006, p. 16) a criticar o trabalho do francês acusando-o de negligência para com os sujeitos expostos em suas pesquisas: “O que interessa sobretudo a Foucault são os gestos e os critérios da exclusão; os excluídos, um pouco menos”.

À ironia de Ginzburg, Foucault (2006b, p. 208) talvez respondesse:

Alguém me dirá: isto é bem próprio de você, sempre a mesma incapacidade de ultrapassar a linha, de passar para o outro lado, de escutar e fazer ouvir a

linguagem que vem de outro lugar ou de baixo; sempre a mesma escolha, do lado do poder, do que ele diz ou do que ele faz dizer. Essas vidas, por que não ir escutá-las lá onde, por elas próprias, elas falam? Mas, em primeiro lugar, do que elas foram em sua violência ou em sua desgraça singular, nos restaria qualquer coisa se elas não tivessem, em um dado momento, cruzado com o poder e provocado suas forças? Afinal, não é um dos traços fundamentais de nossa sociedade o fato de que nela o destino tome a força da relação com o poder, da luta com ou contra ele? O ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra sua energia, é bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas.

Se tais vidas do passado chegam, hoje, a nós é justamente por conta de seus enfrentamentos com o poder, por meio de relatórios, procurações, laudos, autópsias, perícias etc. “As falas breves e estridentes que vão e vêm entre o poder e as existências as mais essenciais, sem dúvida, são para estas o único monumento que jamais lhes foi concedido; é o que lhes dá, para atravessar o tempo, o pouco de ruído, o breve clarão que as traz até nós” (FOUCAULT, 2006b, p. 208). Seria, assim, possível desassociar essas vidas dos próprios mecanismos que as excluíram? Encontrar a voz delas para além dos registros dos mecanismos de poder? Dar-lhes, enfim, a chance de dizer o que foi calado? Talvez, mas, se for o caso, restaria mais uma indagação: seria essa uma justiça póstuma aos mortos do passado promovida pelo pesquisador? Ou seria, justamente o contrário: a violação final daqueles sujeitos do passado? Mais uma tentativa de esmiuçar os pensamentos do sujeito, mais uma pesquisa, mais um relatório, mais uma análise *post mortem*. “Entre o conhecimento e as coisas que o conhecimento tem a conhecer não pode haver nenhuma relação de continuidade natural. Só pode haver uma relação de violência, de dominação, de poder e de força, de violação” (FOUCAULT, 2001, p. 18).

Se a pesquisa foucaultiana for entendida como mera recusa a um projeto único e contínuo de história singular, então essa será vazia, uma vez que combate uma noção de historiografia que, ao que nos parece, foi abandonada na virada do século XIX para o XX. O ineditismo das pesquisas feitas por Michel Foucault só se tornará evidente quando entendermos seus modos no trato com o arquivo a ser pesquisado, como uma radical recusa à ideia de representação.

A análise do arquivo comporta, pois, uma região privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente de nossa atualidade, trata-se da orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e que o indica em sua

alteridade; é aquilo que, fora de nós, nos delimita. (FOUCAULT, 2015a, p. 160).

O projeto foucaultiano não está interessado na descrição de um passado que, agora, só seria acessível por meio das fontes, mas, sim, nas próprias fontes, nas problematizações ali postas que, por sua vez, só fazem sentido dada uma nova problematização do presente. Não é o passado que interessa a Foucault, é o arquivo.

### 3. MIGRAÇÃO NA PESQUISA EDUCACIONAL BRASILEIRA: UM ESTUDO COM BASE EM PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS EDUCACIONAIS

Para além dos acontecimentos narrados até aqui, a vivência de Staden entre os nativos foi marcada por muitos outros encontros com europeus e indígenas, ora da ordem da hostilidade, ora da ordem da empatia. Mas, ao contrário do encontro anterior com a embarcação francesa, um outro navio francês aportou próximo à aldeia em que o alemão estava. Ouvindo rumores sobre um homem branco que vivia como prisioneiro entre os nativos, o capitão de tal embarcação dispôs-se a tentar livrar seu companheiro europeu de seu cativo e, depois de uma sequência de diálogos e negociações, conseguiu comprar a liberdade de Hans, que após o período de nove meses e meio vivendo entre os nativos, conseguiu voltar a viver entre homens brancos. Sua liberdade não marcou o fim de suas aventuras uma vez que, ainda em terras brasileiras, como tripulante do navio francês, o alemão se viu travando uma batalha contra os portugueses na qual foi ferido gravemente, mas conseguiu sair com vida. No último dia do mês de outubro do ano de 1554, enfim, deixou o continente americano, próximo de onde atualmente se localiza a cidade de Niterói, e partiu em direção à França.

O relato sobre as viagens de Hans Staden foi escrito por ele mesmo e publicado no ano de 1557; sem título oficial, em sua capa encontram-se grafadas as palavras: *História verídica e descrição de uma terra de selvagens, nus, cruéis e comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo na terra de Hessen até os dois últimos anos, visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria, e que agora traz a público com essa impressão* (STADEN, 1998). O livro fez sucesso, com mais de 50 edições em línguas como alemão, flamengo, francês, holandês, inglês, latim e português (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Sua primeira versão em português publicada no Brasil é de 1857, no volume de número 55 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*; tradução essa feita conforme a edição francesa. Sua primeira edição traduzida diretamente do alemão foi publicada em 1900 sob o título *Hans Staden: suas viagens e cativo entre os selvagens do Brasil* (LÖFGREN, 1990). As edições brasileiras mais recentes variam em relação ao título, sendo publicado como *Duas viagens ao Brasil e arrojadas aventuras no século XVI entre os antropófagos do Novo Mundo* assim como *Viagem ao Brasil*. A publicação é dividida em duas partes: a primeira dedicada ao relato aqui sumariamente apresentado e a segunda onde o estrangeiro descreve, segundo suas observações,



os costumes e as práticas dos tupinambás, desde seus hábitos alimentares até seus modos de organização familiar e social, um relato, pode-se dizer, de caráter mais antropológico. Para além dos escritos, a obra contou com numerosas xilogravuras que ilustram as aventuras do europeu; entre as imagens mais marcantes, as que ilustravam explicitamente cenas de rituais antropofágicos.

A narrativa coloquial feita em primeira pessoa, acrescida do ineditismo de um relato tão próximo dos nativos do misterioso Novo Mundo e somada aos impactantes desenhos conferiram ao relato de Hans Staden sucesso à época de sua publicação (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Mas seu impacto e circulação não ficaram restritos ao século XVI, pois ainda hoje continua a ser reeditada, sendo considerada um relevante documento que narra as peripécias de um entre tantos outros viajantes europeus que se aventuraram no continente americano. Se antes a publicação despertava a curiosidade por conter relatos sobre terras e povos, então, desconhecidos, hoje causa efeito semelhante uma vez que narra algo sobre a vida de indivíduos em tempos cada vez mais distantes de nós. O encanto de terras longínquas dá lugar ao mistério de tempos remotos.

\* \* \*

Tendo em vista o aporte teórico-metodológico apresentado no capítulo anterior, procuramos aqui trabalhar com a noção foucaultiana de *arquivo*, o qual consistiria em um movimento de recomposição narrativa, “um instrumento potente da forja histórica, tanto no que se refere à composição de determinado passado, quanto no que diz respeito à invenção do próprio presente” (AQUINO; VAL, 2018, p. 46). Segundo essa perspectiva, o arquivo não poderia ser compreendido como mera somatória de documentos que, juntos, convergiriam para a descrição de determinada realidade. Ao contrário, o documento não existe para além do arquivo, ou seja, é justamente quando associada a um conjunto maior que a matéria discursiva ganha a condição de documento. Logo, é o arquivo que doa forma ao documento, e não o contrário. Trata-se aqui de um exercício de composição de um arquivo que, por sua vez, “caracteriza-se fundamentalmente por sua produtividade veridictiva, isto é, a delimitação não apenas das fronteiras entre o verdadeiro e o falso, mas também daquelas do pensável e do

impensável em certo espaço-tempo histórico” (AQUINO; VAL, 2018, p. 46). Estão em jogo, portanto, os limites do dizível hoje quando se pensa o encontro entre educação e migração.

Do ponto de vista operacional, buscamos, aqui, debruçarmo-nos sobre as formas como a imigração vem sendo tratada na pesquisa educacional brasileira, de modo que optamos por trabalhar com publicações acadêmicas do campo educacional que abarcam o tema da imigração. Tal trabalho, pode-se dizer em última instância, se assemelharia a uma revisão bibliográfica ou, então, a um estado da arte. No entanto, há considerações importantes a fazer sobre o trabalho aqui proposto e sua relação com um levantamento temático em uma pesquisa acadêmica.

Esteja presente nas publicações dela decorrentes, esteja no estudo que antecede a elaboração de um projeto de pesquisa, a importância do trabalho de revisão bibliográfica no campo acadêmico é expressa por Judith Alda Alves (1992, p. 55) nos seguintes termos: “é a familiaridade com o estado do conhecimento na área que torna o pesquisador capaz de problematizar um tema, indicando a contribuição que seu estudo pretende fazer à expansão desse conhecimento”. Entretanto, em um estudo deste tipo, estabelece-se um impasse: é o conhecimento da produção acadêmica sobre um tema que possibilita ao pesquisador traçar os contornos específicos de sua investigação no interior dele; todavia, selecionar um conjunto finito e maleável dentre a infinidade de obras acadêmicas que existem sobre determinada temática exige recorte prévio. Em outras palavras, é preciso ler para poder recortar, mas é preciso recortar para poder escolher o que considerar.

Uma possível forma de se lidar com esse paradoxo seria separar esse exercício de aproximação com a produção já existente sobre determinado campo investigativo em movimentos sequenciais. Primeiro, seria feita uma leitura com um recorte ainda bastante amplo, com o intuito de definir um percurso de problematizações no interior de um tema – o objetivo desse gesto seria a própria definição de um problema a ser investigado. Só assim seria possível, em seguida, delimitar um segundo conjunto de obras a compor uma entrada analítica direcionada e preocupada em compreender a forma como determinado problema foi investigado no interior de um campo de pesquisa acadêmica.

Foram esses dois movimentos que guiaram o trabalho descrito neste capítulo. Aqui buscaremos apresentar um trabalho investigativo sobre a forma como a migração foi tematizada no interior da pesquisa educacional brasileira, no intuito de mapear uma constelação de

pesquisas buscando convergências e dispersões, uma rede de problematizações que, com sorte, despontará em um problema específico que servirá como força motriz para esta investigação.

Entretanto, uma breve explanação mostra-se pertinente. O uso da expressão *com sorte*, no fim do parágrafo anterior, pode vir a causar estranhamento ao leitor, afinal, a evocação de um termo de cunho probabilístico vai na contramão da natureza assertiva e determinada que é, usualmente, esperada de uma descrição acadêmica sobre um conjunto de princípios e procedimentos metodológicos. Não obstante, esta evidencia o caráter incerto e, portanto, investigativo deste estudo, pois, se esta exige uma sequência de decisões práticas em relação tanto aos materiais quanto aos métodos, seus resultados são sempre incertos e constantemente convocam o pesquisador a fazer novas escolhas e a rever as já feitas. Uma sequência de apostas metodológicas, de cujo resultado surge a necessidade de novos endereçamentos. Cabe aqui uma descrição feita por Julio Groppa Aquino (2016, p. 184-185) sobre um jogo cartas:

Isso significa que a disposição para equacionar matematicamente a sucessão arbitrária das cartas, por meio de respostas estratégicas à contingência dos números e naipes, figurará como condição necessária, mas não suficiente, para suplantar as vicissitudes do jogo. Infensa aos cálculos probabilísticos, a aparição casuística das cartas é o que decretará tanto a evolução quanto o desfecho da partida.

Pensando em termos práticos, estamos referindo-nos – também, mas não só – aos movimentos de categorização das fontes, pois cada categoria significa um modo de organizar o arquivo, o que, por sua vez, convoca sempre uma nova entrada analítica. Entretanto, é o arquivo que determina se aquela entrada é possível ou não. A categoria dita a forma como se manuseia o arquivo; não obstante, é o arquivo que dita a validade da categoria. Daí um exercício constante de experimentações, em que o sentido de uma incursão só pode ser determinado depois que essa já ocorreu. Sem nenhum *a priori*.

As reflexões apresentadas até este ponto indicaram o primeiro recuo que precisou ser feito nesta investigação. Se, por um lado, queríamos trabalhar com migração e educação em São Paulo, percebemos que tal entrada era específica demais para uma primeira incursão temática. Seria preciso dar um passo atrás e compreender as relações entre migração e educação antes de entrar em sua intersecção com as questões específicas do território paulista.

Feitas as devidas observações a respeito dos aspectos gerais desta incursão empírica, descreveremos os procedimentos que guiaram este trabalho, assim como os motivos de suas

escolhas. Uma vez que a busca aqui se deu pelo modo como a migração vem sendo tematizada na pesquisa educacional, é evidente que nossas fontes deveriam provir de meios de publicação acadêmica, como livros, periódicos científicos, trabalhos apresentados em congressos, teses e dissertações. Julgamos que, para esta pesquisa, seria estratégico atermo-nos a um único suporte de publicação, por motivos apresentados a seguir. Diante da abrangência do recorte temático almejado, seria preciso trabalhar com grande volume de fontes, de modo que se restringir a um meio de publicação seria uma forma de garantir minimamente uma uniformidade entre os documentos, importante tanto para o processo de coleta quanto do de análise. Ademais, partindo da premissa de que em geral os pesquisadores não restringem seus trabalhos a um único meio – por exemplo, é comum que os resultados de uma tese sejam apresentados em um congresso e publicados em um ou mais artigos –, entendemos que o recorte limitado não implica necessariamente uma amostragem insuficiente, tampouco tendenciosa. Por fim, tentar dar conta de todos os suportes possíveis de publicação parece-nos tão desnecessário quanto inexecutável.

Assim, inspirados nas investigações levadas a cabo por Aquino (2019a; 2019b; 2019c; 2019d), optamos por nos debruçar sobre artigos publicados em periódicos científicos educacionais como fontes temáticas para esta investigação. “A eleição dos periódicos acadêmicos como continente investigativo ancora-se na premissa de sua relevância como suporte discursivo, já que arbitrado por pares, e, supõe-se, passível de ampla circulação entre os pesquisadores” (AQUINO, 2019d, p. 225).

Para coletar os artigos a serem trabalhados escolhemos 58 periódicos acadêmicos da área de educação, classificados no sistema *Qualis Periódicos* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) nas categorias A1, A2 e B1, segundo a classificação para o quadriênio compreendido entre 2013 e 2016.<sup>7</sup> Não nos valem da classificação mais recente – referente ao quadriênio compreendido entre 2017 e 2020 –, pois

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

esta só foi publicada em dezembro de 2022,<sup>8</sup> momento em que esta dissertação já estava em vias de conclusão.

Optamos por trabalhar com revistas que publicam artigos ligados à pesquisa educacional como um todo. Evitamos as revistas especializadas que se circunscrevem a questões específicas da educação, como aquelas sobre o ensino de determinada disciplina. Nesse sentido, foi feita apenas uma exceção: optamos por buscar artigos publicados em periódicos que se dedicam exclusivamente à história da educação. Tal opção justifica-se por acreditar que há uma proximidade evidente entre o tema escolhido para esta pesquisa e o campo historiográfico, de modo que seria um equívoco excluí-lo desta análise. Assim, os periódicos selecionados foram: *Acta Scientiarum*; *Atos de pesquisa em educação*; *Cadernos CEDES*; *Cadernos de Educação*; *Cadernos de Pesquisa* (FCC); *Cadernos de pesquisa* (UFMA); *Cadernos de Pesquisa-pensamento educacional*; *Comunicações*; *Currículo sem Fronteiras*; *E-curriculum*; *Eccos*; *Educação & Realidade*; *Educação & Sociedade*; *Educação e cultura contemporânea*; *Educação e Pesquisa*; *Educação em Foco* (UEMG); *Educação em Foco* (UFJF); *Educação em perspectiva*; *Educação em Revista*; *Educação* (PUCRS); *Educação* (UFMS); *Educação* (UNISINOS); *Educação Temática Digital*; *Educação-Teoria e Prática*; *Educação, ciência e cultura*; *Educar em Revista*; *Educativa*; *Em Aberto*; *Espaço Pedagógico*; *Horizontes*; *Imagens da Educação*; *Inter-ação*; *Linguagens, educação e sociedade*; *Linhas críticas*; *Perspectiva*; *Práxis educacional*; *Práxis Educativa*; *Pro-Posições*; *Quaestio*; *Reflexão e ação*; *Retratos da escola*; *Revista Brasileira de Educação*; *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*; *Revista Cocar*; *Revista da FAEEBA*; *Revista de Educação Pública*; *Revista de Educação* (PUCCAMP); *Revista Diálogo Educacional*; *Revista Educação em Questão*; *Revista Eletrônica de Educação*; *Revista Ibero-americana de estudos em educação*; *Revista Tempos e Espaços em Educação*; *Roteiro*; *Série-estudos e Teias*. Somam-se a essas, as de história da educação: *Cadernos de História da Educação*; *Revista Brasileira de História da Educação* e *Revista História da Educação*.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-divulga-lista-preliminar-do-qualis>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Os artigos foram recolhidos nos 58 periódicos listados acima, em todas as suas edições entre 2000 e 2020. Considerando a busca em títulos, resumos e palavras-chave de termos como: *migração, imigração, emigração, imigrante, estrangeiro/a/s* etc., coletamos 317 artigos, evitando apenas os que faziam menções incidentais à migração ou que se valiam dessa em sentido figurado, sem tomá-la como objeto de análise.

Foi feita, então, uma segunda incursão sobre as fontes objetivando identificar, para cada um dos artigos, dois aspectos: o lugar da migração na discussão central e o recorte geográfico trabalhado.

A respeito do posicionamento temático, tentamos separar as investigações que tinham a questão da migração ligada a seu problema central de pesquisa daquelas que, apesar de a discutirem, estavam interessadas em outra questão. Por exemplo: um determinado estudo (MONTEIRO, 2014) discutiu a importância do ensino inter/multicultural na escola contemporânea e, apesar de reconhecer a relevância dos fluxos migratórios para essa pauta, centrou seu debate em torno da formação de professores, sem entrar em nenhuma questão específica sobre a imigração. Assim, aqui, sua relação com a migração foi considerada indireta. Em contrapartida, um artigo (MATOS; PERMISÁN, 2016) que discutiu a relação entre educação intercultural e formação de professores em um contexto específico de ensino para imigrantes foi tido como um estudo diretamente ligado à migração. Sendo assim, optamos por trabalhar apenas com os artigos pertencentes ao segundo grupo exemplificado, removendo, portanto, 63 trabalhos e restringindo o conjunto de artigos a 254 pesquisas que deram centralidade à questão migratória. Tais artigos serviram como base empírica para esta dissertação e todas as publicações dentre eles que forem citadas aqui serão referenciadas, ao fim deste trabalho, como *Fontes*. Também apresentamos uma tabela, com todos os 254 artigos consultados, no *Anexo I* desta dissertação.

Sobre o recorte geográfico, nosso esforço deu-se no sentido de traçar os contornos geográficos do objeto de cada um dos artigos, isto é, delimitar o espaço tratado no interior das pesquisas. Seja em relação ao local de ingresso ou, então, ao de partida, buscamos circunscrever cada artigo a um território geográfico. Vale dizer: em se tratando aqui de um fenômeno por definição pautado no deslocamento, tentar traçar um contorno espacial para ele é teoricamente questionável, sobretudo partindo de perspectivas *transnacionais* (FUCHS; VERA, 2019). No entanto, tal movimento mostrou-se empiricamente válido, uma vez que conseguimos delimitar

tais contornos para mais do que 95% das 254 pesquisas trabalhadas. Também seria possível ter feito tal classificação conforme a etnia dos migrantes, entretanto, apesar de reconhecer sua relevância, a evitamos, tal como apontado na *Apresentação*, por estarmos interessados nos impactos e nas respostas regionais à migração na qualidade de fenômeno de massa, sem restringi-la a um recorte étnico específico.

Logo, do ponto de vista procedimental, operamos a classificação do recorte geográfico conforme três grandes categorias: *nacional*; *estrangeira* e *sem recorte geográfico*. No caso da primeira, quando possível, os artigos ainda foram classificados de acordo com a região do país e o estado que abarcaram. Já os trabalhos que estudaram recortes estrangeiros, foram divididos de acordo com o continente e, caso especificassem, com o país sobre o qual operaram. Sobre essa classificação, valem as seguintes considerações: nem todas as pesquisas restringiram-se a um único recorte;<sup>9</sup> em tais casos, as classificamos de acordo com todos os recortes que operaram; além disso, pensando os trabalhos de cunho historiográfico, foi preciso tomar certo cuidado, uma vez que as categorias geográficas escolhidas dizem respeito a fronteiras políticas contemporâneas, que podem não fazer sentido para outros períodos. Assim, optamos por localizar as pesquisas segundo o local no qual seriam identificadas hoje, sem que isso tenha implicado qualquer abstração demasiadamente grosseira.

Por fim, retomando a ideia apresentada no início desta dissertação, a categorização geográfica dos artigos representa nossa primeira aposta analítico-procedimental, pois foi essa que guiou nossa primeira entrada analítica em relação ao conjunto de periódicos a ser trabalhado. Entendendo que gostaríamos de estudar uma possível especificidade do estado de São Paulo em relação ao encontro entre educação e migração, a delimitação geográfica dos estudos pareceu uma solução oportuna, uma vez que não só nos permitiria delimitar o que era próprio do nosso interesse investigativo, como também criaria uma série de cortes no arquivo que possibilitariam uma primeira entrada analítica. Portanto, não se tratou de um recorte temático *a priori*, mas, sim, de um possível trajeto investigativo.

Desse modo, o percurso analítico foi pensado em um primeiro momento considerando três grandes recortes: os artigos que não trabalharam com nenhum recorte geográfico

---

<sup>9</sup> Caso comum entre as pesquisas que fizeram estudos comparados e afins.

específico; os que investigaram assuntos ligados a países estrangeiros; e os que se dedicaram sobre a migração e a educação no Brasil. Em relação aos artigos que lidaram com questões internacionais, fizemos uma análise que os dividiu conforme sua distribuição nos continentes terrestres. Quanto aos artigos preocupados com o território nacional, operamos a análise olhando para sua distribuição em cada uma das regiões, deixando por último a Região Sudeste. Uma vez nesta, tratamos de todos os estados para, enfim, encaminhar uma análise específica dos artigos que trataram do estado de São Paulo. Um percurso analítico que segue um trajeto afunilado, portanto: parte do cenário global até chegar ao território paulista.

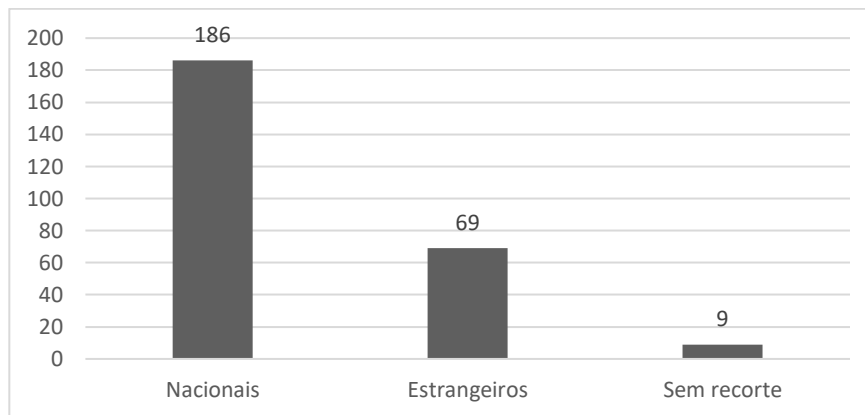
### **3.1. ARTIGOS QUE NÃO INVESTIGAM O ESTADO DE SÃO PAULO**

Iniciaremos a discussão discorrendo sobre os artigos que não trabalharam com nenhum recorte geográfico específico, para, em seguida, abordarmos os que se debruçaram sobre questões no exterior e, por fim, entrarmos na análise dos nacionais.

No que respeita à distribuição dos artigos, encontramos 186 artigos dedicados ao estudo de questões ligadas ao contexto nacional; 69 sobre países estrangeiros e mais 9 que não operam com nenhum recorte específico. Sobre esta última categoria, vale uma breve explicação: alguns dos artigos aí classificados de fato não dão nenhum indicativo geográfico e não podem ser atrelados a nenhuma classificação, outros, apesar de mencionarem o contexto brasileiro, o fazem de forma demasiadamente genérica e abstrata, de modo que foram categorizados como *sem recorte geográfico*, por entendemos que suas análises não estão de nenhum modo atreladas a um contexto territorial específico.



**Gráfico 1** – Distribuição dos artigos por recorte geográfico investigado



Fonte: Dados da pesquisa, elaboração própria.

Lembramos que, apesar de estes números decorrerem de um conjunto total de 254 artigos, alguns trabalharam com diálogos entre questões nacionais e estrangeiras, de modo que foram classificados nas duas categorias. Por isso, a soma das três categorias não equivale ao número total de artigos trabalhados. Esta característica é comum à classificação dos recortes geográficos, de modo que semelhante cuidado é exigido para a leitura de todos os gráficos doravante apresentados nesta dissertação.

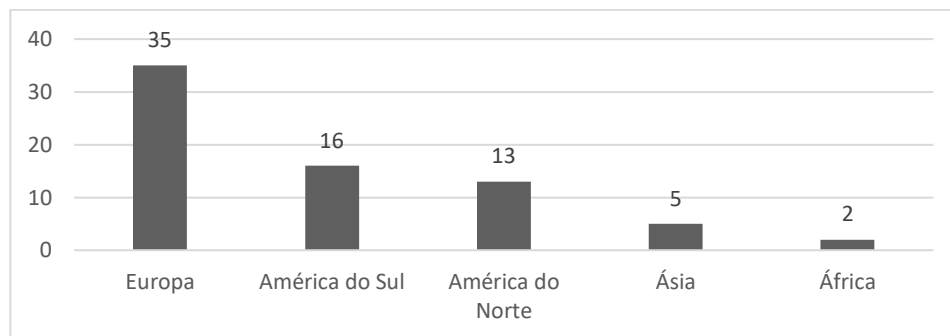
### **3.1.1. SEM RECORTE**

A opção de trabalhar sem um recorte geográfico delimitado parece nos dizer menos sobre uma eleição temática do que de um modo de trabalho. Isso porque quase todas as temáticas que vemos ser adotadas nas pesquisas que fizeram essa escolha, aparecem também em artigos que abordam recortes espaciais específicos. O elemento comum a esses é o caráter teórico e conceitual das discussões, ou, então, a opção de não se valer de nenhuma empiria específica. Entretanto, chama a atenção a concentração de artigos ligados ao ensino de imigrantes (DIEHL; MOLINA NETO, 2010), especialmente no que diz respeito às discussões atreladas ao multiculturalismo (BARBOSA, 2010; OLIVEIRA, 2008; FERREIRA DA SILVA, 2004).

### 3.1.2. ESTRANGEIROS

Sobre os trabalhos que discorreram sobre questões em países estrangeiros, a distribuição entre continentes é: 35 sobre a Europa; 16 sobre a América do Sul; 13 sobre a América do Norte; 5 sobre a Ásia e 2 sobre a África.

**Gráfico 2** – Distribuição dos artigos que investigam países estrangeiros por continente



Fonte: Dados da pesquisa, elaboração própria.

Como se pode observar, não há nenhuma pesquisa dedicada à Oceania e, salvo dois (RICO, 2012; BARTLETT; RODRÍGUEZ; OLIVEIRA, 2015) artigos que dialogam com diversos países pertencentes ao continente americano como um todo, não encontramos discussões específicas sobre a América Central. A África é retratada em dois trabalhos: *Agência como vulnerabilidade: explicando a ida das crianças para as ruas de Acra* (MIZEN; OFOSU-KUSI, 2014) e *Emigração de quadros, formação superior e desenvolvimento: o caso de Moçambique* (COSTA, 2009). No primeiro, os autores pensam o processo de agenciamento – por escolha própria e não necessariamente por falta de opção – que leva crianças a fugirem de sua família e de sua cidade natal (tanto em Gana como em países vizinhos) e migrarem para Acra, capital de Gana, onde acabam por viver em situação de rua. O segundo estudo é centrado em Moçambique, e discute os impactos sofridos pelo país com a fuga de cérebros – termo empregado para descrever o fenômeno de estudantes formados no ensino superior que, por uma série de motivos, desde a falta de opções em seu país de origem até a busca por melhores oportunidades, migram para países estrangeiros em busca de formação em cursos de pós-graduação – e a relação deste fenômeno com as agências e as políticas de desenvolvimento e a expansão do ensino superior no país.

Dos quatro artigos encontrados que se dedicam ao continente asiático, três focam a presença de imigrantes brasileiros no Japão, apontando as diferenças culturais e as questões ligadas à adaptação. Dois, debruçam-se sobre questões do ensino escolar: um (NOZAKI, 2015) partindo de uma discussão sobre políticas públicas de inserção e de obrigatoriedade escolar para imigrantes; e outro (DIAS, 2017) comparando escolas públicas japonesas com escolas brasileiras no Japão. O último (KAWAMURA, 1995), valendo-se de uma concepção ampla de educação, explora a forma como as diferenças culturais entre brasileiros e japoneses expressam-se no âmbito do trabalho, da escola e do cotidiano. O outro trabalho (TAL, 2006) centrado na Ásia, explora a possibilidade de uso de obras cinematográficas israelenses para se pensar educação e multiculturalismo em Israel. Adicionamos aqui uma quinta pesquisa (KASIMOĞLU, 2019) que apresenta os impactos negativos da migração na República Turca do Norte de Chipre; apesar de dedicar um trecho do argumento ao ensino superior e mencionar, na conclusão, a educação como um possível fator de mudança social, não enfoca nenhuma questão específica do âmbito educacional.

Em se tratando dos estudos centrados na Europa, predominam aqueles ligados ao ensino de imigrantes e à *educação intercultural* (SILVA; RODRÍGUEZ, 2011), este último atrelado, principalmente, às pesquisas que se debruçam sobre o ensino espanhol (MATOS; PERMISÁN, 2016; TEJERINA; GUTMAN, 2012; VILLODRE, 2019; COSTA, 2016) e o italiano (TEDESCO; MACIEL, 2008; PENTINI, 2018; SANTIAGO; SOUZA; FARIA, 2019). Aparece, também, um estudo ligado ao ensino da língua local – o italiano, no caso – para imigrantes (SILVA, 2019), e outro comparando o rendimento escolar de alunos imigrantes ao de autóctones (GIMÉNEZ, 2009). Ainda no âmbito escolar, é possível observar uma concentração de estudos sobre diversidade e inclusão de imigrantes tanto dos alunos na escola (MUNARO, 2014) quanto de suas famílias (CARMONA; LACÁRCEL, 2016), assim como no âmbito da formação de professores e políticas públicas educacionais (MONTEAGUDO; SERRATO, 2019). Aqui, também, chama a atenção o predomínio de pesquisas que se voltam à Espanha. Ademais, podemos ressaltar um conjunto de estudos que debatem emigração e ensino superior na Europa, interessados em temas como os impactos negativos da *fuga de cérebros* (CERDEIRA; MACHADO-TAYLOR; PATROCÍNIO; CABRITO, 2015) e políticas universitárias de internacionalização ligadas à cooperação internacional e à mobilidade estudantil (FARIA, 2009; RACY; SILVA, 2017).

Também considerando os estudos dedicados ao continente europeu, é possível destacar os que investigam temas ligados à historiografia,<sup>10</sup> interessados, majoritariamente, na Itália na onda emigratória ocorrida entre o século XIX e o XX (SANI, 2017; BIANCHINI, 2019). É possível, ainda, destacar um estudo que procura identificar como algumas ideias pedagógicas difundidas no Rio Grande do Sul influenciaram, por meio de um migrante, a formação do ensino primário em uma vila em Portugal (DINIZ, 2005). Em movimento análogo, pode-se apontar um estudo que, motivado pela história transnacional, busca compreender o papel de congregações femininas francesas na transferência do modelo escolar francês para outros países (ROGERS, 2014).

Entrando na América do Norte, é possível demarcar duas tendências no interior das pesquisas: os estudos de gênero e os que se aproximam da linguística. Sobre a primeira tendência, é possível identificar uma discussão a respeito da presença de estrangeiras/os em uma universidade mexicana segundo uma perspectiva de gênero (LÓPEZ; GARCÍA; PALLATO, 2011); outra sobre a construção da infância em processos migratórios em uma perspectiva interseccional – análise que considera a construção identitária de acordo com os entrecruzamentos entre gênero, classe e etnia – (GIEBELER, 2013); e uma última discussão sobre violência conjugal no interior de famílias imigrantes (GROSSI, 2001). Já nos estudos linguísticos, é constante a preocupação em relação aos desafios inerentes à educação e à escolarização de imigrantes estrangeiros que não compartilham a mesma língua de seus colegas autóctones, isto é, educação e bi/multilinguismo, dentre os quais dois preocupados em pensar a formulação de políticas públicas educacionais nos Estados Unidos voltadas à diversidade linguística na escola (NAIDITCH, 2007; COLLINS, 2015), e outro interessado em estudar uma iniciativa levada a cabo por famílias brasileiras que vivem nos Estados Unidos que, no intuito de preservar a língua materna de suas crianças, organizaram aulas de português desvinculadas das escolas locais (MOTA, 2004).

Sobre os estudos educacionais que investigam a América do Sul – desconsiderando o Brasil uma vez que, como já anunciado, esse será abordado separadamente no decorrer desta dissertação –, chama atenção como os estudos se distribuem entre a Argentina e o Chile,

---

<sup>10</sup> Historiografia usada aqui como sinônimo de história como disciplina do conhecimento.

havendo também, um único trabalho atinente à Colômbia. Salvo os trabalhos que se endereçam ao continente sul-americano como um todo, não encontramos nenhum que problematize diretamente a migração nos demais países. Tematicamente, foi possível localizar dois artigos preocupados com a interculturalidade, um partindo de uma discussão sobre ética na atenção primária à saúde<sup>11</sup> de imigrantes (CUEVAS, 2012); outro sobre currículo intercultural (FONTALVO; MEJÍA; NIEBLES, 2018). Foi possível, também, identificar um conjunto de investigações preocupadas em discutir o papel da escola e do sistema de ensino diante da construção do nacionalismo e da identidade nacional em um cenário de migração, seja atualmente (NOVARO, 2015), seja em uma discussão historiográfica (GUTIÉRREZ, 2018; TEOBALDO; GARCIA, 2000; MONTENEGRO; MÉNDEZ, 2017). Ademais, vale mencionar um estudo sobre o passado que compara a escolarização de imigrantes alemães na Argentina, no Brasil e no Chile nos séculos XIX e XX (KREUTZ, 2000b).

### **3.1.3. NACIONAIS**

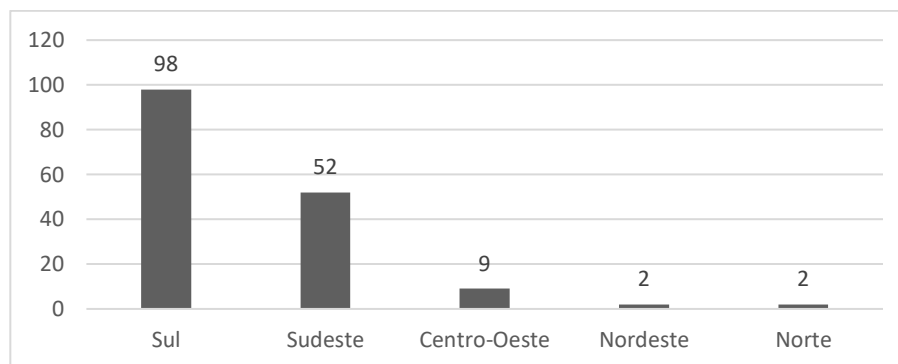
Apresentaremos, agora, as pesquisas, no campo educacional, que tematizaram a migração em relação ao território nacional. Para isso, foram subdivididas de acordo com a região do país abordada. Entretanto, em alguns casos, não foi possível precisar a região à qual o estudo se referia, seja pela falta de indicação, seja pela opção de abordar um objeto em escala nacional. Iniciaremos por estes e, então, seguiremos apresentando os estudos em cada uma das regiões.

A distribuição dos artigos dentre as regiões é: 98 sobre o Sul; 52 sobre o Sudeste; 9 sobre o Centro-Oeste; 2 sobre o Nordeste e 2 sobre o Norte.

---

<sup>11</sup> A definição usada no artigo é: “La atención primaria de salud (APS) es la asistencia sanitaria esencial basada en métodos y tecnologías prácticas, científicamente fundados y socialmente aceptables, puesta al alcance de todos los individuos y familias de la comunidad mediante su plena participación y a un costo que la comunidad y el país puedan soportar en todas y cada una de las etapas de su desarrollo, con un espíritu de autorresponsabilidad y autodeterminación” (ATENCIÓN, 2012, s.p.).

**Gráfico 3** – Distribuição dos artigos que investigam o Brasil por região



Fonte: Dados da pesquisa, elaboração própria.

As pesquisas que operam com um recorte nacional ou, então, não especificam a região com a qual estão trabalhando – analogamente àquelas que não trabalham com nenhum recorte geográfico específico, já apresentadas – se caracterizam menos por um conjunto de assuntos específicos do que pelo modo de trabalho. Isto é, não encontramos um tema específico que pressuponha o recorte geográfico Brasil; as convergências, no interior desse recorte, parecem-nos estar nas opções de modo de trabalho, seja pelo caráter teórico do estudo que não se vale de nenhum conjunto de fontes empíricas específicas, seja, como veremos, pelo caráter itinerante das próprias fontes que não podem ser circunscritas a nenhuma região específica.

Sendo assim, dentre os trabalhos que pensaram o Brasil em escala nacional, é possível identificar uma gama de pesquisas que investigam a história ou as influências de uma corrente imigratória específica, isto é, as questões atreladas à vinda e ao estabelecimento de determinado grupo de imigrantes. Como exemplos, poderíamos apontar um (BITTENCOURT, 2017) que tenta mapear a chegada, a instauração e a atuação de congregações católicas estrangeiras no Brasil ao longo do século XX; outro (DREHER, 2000) discorre sobre a história da educação protestante no Brasil; e um terceiro (WIESER; KRUGER, 2019) que investiga a influência da imigração alemã na educação física e no ensino e na prática de atividades corporais no Brasil. Os dois últimos dão ênfase para o sul do país, embora procurem pensar o tema em escala nacional e, por isso, foram aqui alocados. Entrando na questão do material empírico itinerante apontado no parágrafo anterior, surge nesse recorte geográfico um grupo de pesquisas que, interessadas em estudar iniciativas educacionais criadas por e voltadas para núcleos de imigrantes estrangeiros no Brasil – escolas étnicas, como veremos adiante –, investigam os

materiais didáticos, na maior parte das vezes livros e apostilas, usados nessas instituições. Sejam produzidos especificamente para o ensino de imigrantes, ou voltados ao ensino do país de origem dos imigrantes, esses livros eram, no geral, elaborados fora do Brasil por educadores estrangeiros e importados pelas escolas de imigrantes aqui localizadas. É evidente que a maior parte desses objetos escolares era destinada às regiões onde havia maior concentração de imigrantes da etnia em questão; não obstante sua produção visava imigrantes no Brasil sem fazer distinções entre as diferentes regiões brasileiras. Daí o caráter itinerante desse material empírico. Aqui aparecem pesquisas voltadas ao ensino de italianos (BARAUSSE, 2019; LUCHESE, 2017; CORREA, 2001) no Brasil e, também, de japoneses (OKAMOTO, 2018).

Ainda sobre os artigos que tematizam a imigração no Brasil como um todo, podemos destacar os estudos que investigam a relação entre dois ou mais países ou entender um aspecto específico de uma nação em sua dialogicidade com outras. Para além do artigo aqui já referido *Imigração alemã e processo escolar na Argentina, no Brasil e no Chile, de 1824 a 1939* (KREUTZ, 2000b), poderíamos citar outro (SANTIAGO; SOUZA; FARIA, 2019) que faz um paralelo entre o Brasil e a Itália em um debate sobre racismo, educação infantil e interculturalidade. Entra também nesse grupo uma pesquisa (MERÇON; RODRIGUES; SANTOS, 2012) que se dedica a pensar os movimentos migratórios entre Brasil e Portugal, atentando para o convívio com a diversidade no ensino superior por meio das noções de multiculturalidade e internacionalização do ensino.

Seja a perspectiva comparativa, a internacional, seja a transnacional, parece haver um núcleo de pesquisas que, em virtude de uma opção metodológica, se valem de uma ideia de Brasil ou, então, de nacional na busca pela compreensão de algumas dinâmicas do país em diálogo com outras nações. Com isso não estamos querendo dizer que essas perspectivas só podem ser aplicadas a um recorte nacional – isto é, crivado na noção de Estado-Nação –; há diversas pesquisas que se valem desses referenciais metodológicos, que trabalham tanto com recortes mais localizados quanto mais abrangentes (FUCHS; VERA, 2019).

Pensando agora como a pesquisa educacional tematizou a migração em diálogo com as diferentes regiões do Brasil, as regiões Norte e Nordeste foram as menos contempladas, com duas pesquisas cada uma. Em relação ao Norte, aparece um trabalho (CASTRO; OLIVEIRA; POSSAS, 2019) que procura entender a difusão e a influência da literatura de cordel nordestina na Amazônia paraense, especificamente no município de Paragominas, tentando compreender

como essa prática cultural trazida por imigrantes nordestinos foi incorporada e se expressa na cidade. A outra pesquisa (MARCONDES, 2017) defende a importância de políticas de incentivo e indução, promovidas pelos gestores locais, à imigração de profissionais especializados, oriundos das regiões Nordeste e Sul do país no processo de estruturação e de consolidação da educação especial em Roraima. Em relação ao Nordeste, aparece uma pesquisa (VILAS-BÔAS, 2001) que discute a influência das missões protestantes norte-americanas na educação sergipana e baiana no fim do século XIX e início do XX. O outro trabalho (MORAES; SILVA; LEITE, 2020) aborda a região nordestina e investiga o papel do estágio supervisionado na formação de alunos estrangeiros do curso de licenciatura em letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) no Ceará.

Sobre a região Centro-Oeste, é visível a concentração de artigos que investigam a ocupação do Mato Grosso, durante a ditadura militar (1964-1985), principalmente em relação à formação da cidade de Sinop. Este tema merece breve contextualização histórica: apesar de existirem iniciativas que visavam à ocupação do Centro-Oeste brasileiro anteriores ao século XX, foi durante o governo varguista que essa intenção ganhou forma com o projeto “Marcha para o Oeste”. Com a instauração do regime militar em 1964, a ocupação das fronteiras adquiriu força na agenda política do governo federal e foram elaboradas políticas públicas e programas de incentivo à migração destinada à região Centro-Oeste e, também, parcerias com empresas privadas que desempenharam papel fundamental na construção de residências e infraestrutura para o processo de colonização, notadamente a Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná (Sinop), responsável pela construção da cidade homônima (ROHDEN; SÁ, 2014; SÁ; PERIN; BECK, 2017). Aqui aparecem pesquisas que discutem as promessas e o discurso que motivaram pessoas de todo o país a deixarem sua cidade em direção ao Centro-Oeste e as decepções e as dificuldades encontradas na chegada (TOMÉ; ROHDEN, 2017). São investigadas, também, questões ligadas à infância e à escolarização de imigrantes (SÁ; PERIN; BECK, 2017; SÁ; ROHDEN, 2013; OLIVEIRA, 2010).

Dos 52 artigos dedicados à Região Sudeste, desconsiderando-se os que dialogam especificamente com o estado de São Paulo, restam 17 pesquisas. Ou seja, quase 70% deles, de algum modo, dialogam com o território paulista. Apresentaremos agora, sumariamente, alguns dos principais temas que aparecem nesses 17 artigos; os demais 35 serão apresentados no próximo tópico. Depois de São Paulo, o estado mais abordado nas pesquisas sobre o Sudeste é



o de Minas Gerais, sobre o qual se identifica uma concentração de trabalhos (SOUZA; SILVEIRA, 2020; SOUZA, 2012, SOUZA, 2011) sobre o processo de migração destinado à região do Triângulo Mineiro, os quais se debruçam sobre a entrada de imigrantes nordestinos na região, destinados às plantações de grãos e cana-de-açúcar entre as décadas de 1950 e 2000, atentando para os processos de estigmatização dos imigrantes, tanto nos meios escolares quanto nas cidades. Com discussões semelhantes, poderíamos apontar alguns estudos que investigam processos de êxodo rural (PORTES; SANTOS, 2012) e mobilização do trabalho (LEITE, 2020) em Minas Gerais.

Ainda tendo em conta os artigos que centram seus estudos na Região Sudeste, há pesquisas que se preocupam com a escolarização de imigrantes na virada do século XIX para o XX, tanto no que diz respeito a processos estatais de expansão do ensino, no caso, em Belo Horizonte (GOUVEA; NICÁCIO, 2017), quanto a escolas privadas fundadas por e voltadas ao atendimento de imigrantes italianos nos estados do Rio de Janeiro (PAGANI, 2014) e de Minas Gerais (RODRIGUES, 2014). É possível, também, apontar uma concentração de estudos que investigam questões atinentes à imigração alemã, com estudos que trabalham partindo de diálogos entre as regiões Sul e Sudeste, tanto históricos (QUITZAU, 2019; QUITZAU; SOARES, 2019) debatendo sociedades ginásticas teuto-brasileiras formadas nos anos do fim do século XIX; quanto um estudo contemporâneo (SPINASSÉ, 2009) que buscam estudar o ensino de alemão como língua estrangeira em escolas localizadas no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Pode-se também apontar exemplos de estudos sobre a imigração alemã atentas exclusivamente à Região Sudeste, como um (SANTOS, 2013) que investiga um colégio confessional alemão em Belo Horizonte, entre as décadas de 1910 e 1940, e outro (BAHIA, 2001) que busca pensar as taxas de evasão escolar, na atualidade, entre descendentes de alemães em uma comunidade rural de tradição pomerana.<sup>12</sup>

A Região Sul é, com ampla vantagem, a que mais aparece nos estudos sobre migração. O número de artigos que estudam questões ligadas a essa região superam a soma de todas as demais. Entretanto, uma vez que o foco deste trabalho não está nessa localidade, faremos apenas uma apresentação geral dos temas trabalhados, sem entrar nas especificidades de cada

---

<sup>12</sup> Termo empregado em referência à região da Pomerânia, localizada no norte da Alemanha.

uma das concentrações. Além disso, muitos dos temas abordados serão semelhantes àqueles trabalhados na Região Sudeste, em particular, como veremos, o estado de São Paulo. Valeremos, também, de uma distinção importante na análise dos estudos sobre São Paulo, entre dois grupos: as pesquisas que investigam questões contemporâneas e as de cunho historiográfico. Sobre o primeiro, é possível observar uma concentração sobre as questões da língua, com estudos, por exemplo, sobre: sua importância como elemento afirmativo para a identidade étnica (HOLM; CARDOZO, 2015), educação bilíngue em contextos de imigração (FRITZEN; EWALD, 2011) e alfabetização de crianças bilíngues (SIMIONATO; MESKOW, 2007). Ainda sobre os estudos contemporâneos, apesar de não serem tão expressivos, poderíamos citar alguns que tencionam entender as relações entre migração, trabalho e juventude (VENDRAMINI; HOYOS; QUEIROZ; PEREIRA, 2020; ZAGO, 2016) e, também, outro pequeno conjunto que investiga a presença de imigrantes africanos na região, seja no ensino superior (CUNHA; VOLPATO; ROCHA; PINTO, 2017), seja no trabalho (TEDESCO; GRZYBOVSKI, 2011).

Sobre as pesquisas de cunho historiográfico atreladas à Região Sul, no que respeita aos temas abordados, assemelham-se bastante ao que veremos no estado de São Paulo. Aparecem estudos que debatem o papel das escolas na formação da identidade nacional, seja pela via das escolas fundadas e geridas por imigrantes (LUCHESE; KREUTZ; XERRI, 2014; VIRTUOSO; RABELO, 2015) – também referidas como escolas étnicas –, seja pela via das iniciativas de estado que visavam, por meio da educação escolar, a criar e a fortalecer a identidade nacional local entre as populações imigrantes (NASCIMENTO, 2009). Aparecem também artigos que se dedicam a pensar as influências do protestantismo (SANTOS; CECCHETTI, 2018) na educação escolar. Outrossim, uma característica comum aos trabalhos que investigam migração na Região Sul do país é a atenção à imigração alemã, quer como objeto de estudo localizado no presente, quer no passado; no que se refere às etnias investigadas, predominam os estudos interessadas nos imigrantes alemães.

### 3.2. ARTIGOS QUE INVESTIGAM O ESTADO DE SÃO PAULO

Dos 52 artigos que investigam a Região Sudeste, 35 miram o estado de São Paulo.<sup>13</sup> A fim de pensar a forma como a pesquisa educacional trata a relação entre educação e imigração em diferentes temporalidades, operamos uma divisão nos artigos que segue a mesma lógica, isto é, separamos os que investigam o passado e os que olham para os dias atuais. Destaca-se que tal divisão está ligada ao modo de análise e ao trato das fontes e dos temas e não a um recorte temporal específico. Entendemos que pesquisas que investigam tempos progressos são as que se aproximam da historiografia, ao passo que as dedicadas ao presente investigam questões contemporâneas ao momento em que produzidas. Ou seja, tratamos a divisão passado e presente segundo o referencial do próprio artigo e não com arcos temporais preestabelecidos. Isso porque estamos trabalhando com pesquisas que datam do começo dos anos 2000, de modo que, pode-se argumentar que uma investigação sobre um fenômeno que, naquele momento, era atual, hoje pode ser considerado um acontecimento do passado. Entretanto, interessa-nos mais o modo de endereçamento dos pesquisadores aos acontecimentos do que períodos determinados de antemão. O presente e o passado tratados como perspectivas, portanto.

Feitas as devidas considerações, há um artigo que julgamos não poder ser classificado exclusivamente no interior de uma temporalidade, pois opera entre estas duas instâncias, buscando articular narrativas históricas com questões contemporâneas. Trata-se de *A educação no contexto diacrônico de antigos núcleos coloniais* (BASTOS; SOUZA, 2012) e seu argumento está centrado em pensar as relações entre o ensino público e o contexto político-econômico da região onde atualmente se encontra o município de Gavião Peixoto ao longo dos séculos XX – quando era um núcleo colonial para receber imigrantes, principalmente europeus, que vinham trabalhar em fazendas cafeeiras – e XXI – quando se estabeleceu um polo aeronáutico na região. Os autores defendem como, no início do século, em virtude das dinâmicas coronelistas que imperavam na região e da baixa qualificação necessária para os trabalhos na lavoura cafeeira, a educação pública foi negligenciada de modo que até o ano de 1935 (quase trinta anos depois da fundação do núcleo colonial) não era possível cursar o ensino primário completo no local. Já no início do século XXI, a implementação do polo aeronáutico

---

<sup>13</sup> Três deles em diálogo com outros estados brasileiros e os 32 restantes circunscritos ao território paulista.

é vista como uma oportunidade de estímulo às políticas educacionais locais, tanto pelo estímulo econômico quanto pela exigência de mão de obra qualificada que a indústria exige. Não obstante, no âmbito educacional, poucas mudanças ocorreram. Os autores veem essa estagnação como um resquício das dinâmicas coronelistas e de precarização do trabalho da região. Uma reprodução cíclica do passado agora no presente.

Em seguida, apresentaremos os trabalhos que investigam tempos progressos, seguidos dos que se dedicam à atualidade. No fim do capítulo, buscaremos tecer articulações entre as duas temporalidades.

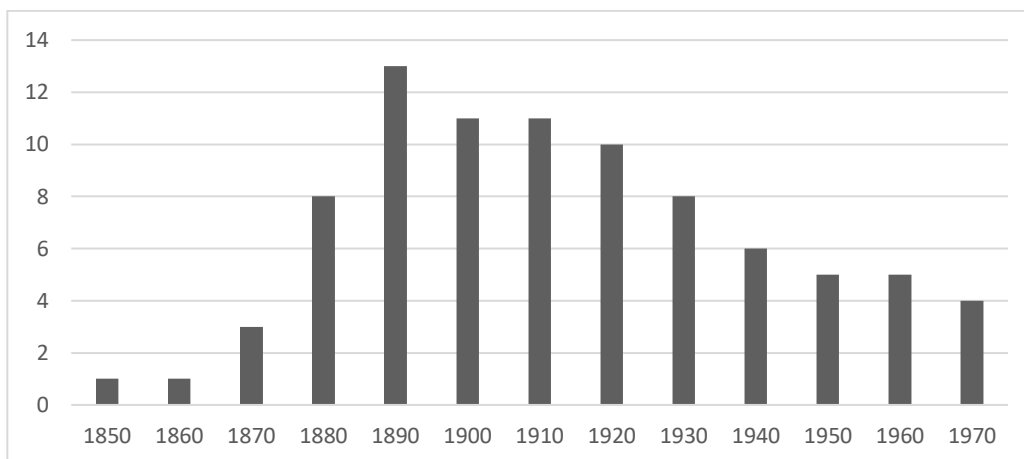
### **3.2.1. ESTUDOS SOBRE O PASSADO**

Neste tópico foram levantados 22 estudos historiográfico sobre imigração e educação no estado de São Paulo. Como um primeiro modo de incursão sobre esse conjunto de pesquisas, nos debruçamos sobre os arcos temporais recobertos por cada uma delas, mapeando os períodos históricos tratados na tentativa de compreender se há períodos privilegiados. Assim, contabilizamos o número de pesquisas que investigam cada década da história de São Paulo, o que se apresenta no gráfico a seguir sobre o qual valem algumas considerações. Investigações dedicadas a arcos temporais que não poderiam ser circunscritos a uma década (o que se verificou na maior parte das vezes) foram contabilizadas em todas as que investigaram, de modo que um mesmo artigo poderia ser considerado em mais de uma década.<sup>14</sup> Buscamos delimitar os decênios estudados àqueles tematicamente centrais para o estudo, evitando incluir no recorte temporal das pesquisas preâmbulos históricos, contextualizações e questões referentes a outras localidades. Nos casos em que as pesquisas não delimitaram um recorte temporal com anos específicos de início e fim, foi necessário fazer algumas aproximações; não obstante, julgamos que todas continham indicações temporais suficientes para se fazer uma estimativa adequada. Além disso, destacamos que não houve nenhum caso em que não foi possível precisar o arco temporal pesquisado. Ademais, não foi encontrado nenhum artigo que investigasse um período anterior ao ano de 1850.

---

<sup>14</sup> Daí deriva que a soma de todas as décadas será superior ao número total de pesquisas investigadas.

**Gráfico 4** – Quantidade de artigos que investigaram cada década da história de São Paulo



Fonte: Dados da pesquisa, elaboração própria.

Observando a relação de artigos por década estudada, é evidente a concentração de pesquisas dedicadas aos decênios de 1890, 1900 e 1910, arco que recobre a maior parte da Primeira República (1889-1930). Nesse sentido, se olharmos para todos os recortes temporais recobertos pelas 22 pesquisas no interior desse conjunto, apenas três não têm nenhuma intersecção com a Primeira República. Pode-se justificar o destaque dado ao período em razão do recorte que fizemos, isto é: se estamos tratando de pesquisas historiográficas que debatem educação e migração no estado de São Paulo, a predileção pelo primeiro período republicano dar-se-ia tanto pela importância dele para a história de São Paulo (LOVE, 1982) quanto pela sua intersecção com décadas nas quais a entrada de imigrantes no Estado foi notadamente volumosa (CARNEIRO, 1950). Somar-se-ia a esses motivos, a importância do período para a história da educação brasileira (NAGLE, 1974). Não obstante, como afirmamos no início desta dissertação, aqui não estamos buscando criar ou reiterar consensos históricos, mas mapear o que circula no âmbito da pesquisa educacional. Assim, deixemos às/aos historiadoras/es o debate sobre a importância ou não do período para a história da educação paulista. O que nos cabe dizer é: a Primeira República é candente no interior das pesquisas histórico-educacionais sobre migração no estado de São Paulo.

Também é possível encaminhar uma análise semelhante em relação aos grupos étnicos trabalhados em cada uma dessas pesquisas, ou seja, identificar dentro dessas quais foram os grupos étnicos privilegiados pelas análises. Em ordem decrescente são: italianos presentes em oito pesquisas; japoneses em quatro; estadunidenses em duas; afrodescendentes, alemães,

árabes, espanhóis, judeus e portugueses aparecem em um artigo cada um.<sup>15</sup> Ademais, aparecem três trabalhos que discutem questões ligadas à migração sem se ater a um grupo étnico específico. A respeito do trabalho que investiga a imigração de afrodescendentes (YADE, 2014), chama a atenção como a autora opera partindo de certa ambiguidade do termo, e trabalha em conjunto tanto os movimentos internacionais de sequestro das populações africanas no processo de tráfico de seres humanos submetidos à escravidão, quanto os deslocamentos no interior do território nacional por conta das diásporas de populações negras após a abolição da escravatura. Evita-se, pois, uma distinção usualmente feita nos estudos migratórios entre migração interna (no interior de um mesmo país) e externa (entre dois países distintos), em favor do fortalecimento de uma identidade negra.

Propor um estudo sobre população negra a partir do espaço territorial pressupõe a necessidade da desconstrução de estigmas, preconceitos, racismos e estereótipos, entre outros desqualificantes sociais. No caso do Brasil, a identidade mestiça se constrói em detrimento à identidade negra. (YADE, 2014, p. 188).

Tal questão aponta para um segundo ponto importante: a ausência de trabalhos que investigam os movimentos de migração interna na história da educação paulista, uma vez que, dentre todos os trabalhos levantados, não encontramos nenhum dedicado especificamente a essa questão. Como exceção, podemos apontar o estudo de Ediógenes Aragão (2003) que, apesar de não dar atenção exclusiva à migração interna, pensa a formação da classe operária paulista com base em uma pesquisa sobre circulação de teorias racistas, como o darwinismo social e a eugenia, no contexto da transição do trabalho escravo para o livre, atentando aos processos de discriminação e descarte dos trabalhadores nacionais livres e libertos que levaram à importação de mão de obra estrangeira. O autor contrapõe-se às teorias que justificam a importação de mão de obra estrangeira sob a alegação de que a abolição da escravidão teria gerado um déficit na força de trabalho disponível no estado de São Paulo, defendendo que o motivo real estaria em um projeto de embranquecimento.

---

<sup>15</sup> Um dos artigos (CARREIRA, 2014) aí levantados trabalhou com a imigração proveniente da península Ibérica, de modo que a classificamos no conjunto de pesquisas sobre portugueses, assim como espanhóis. Todos os demais artigos foram classificados em uma única categoria.

A política imigrantista subvencionada é, a partir de 1880, responsável pela marginalização do trabalhador nacional livre, no mercado de trabalho, na cafeicultura, assim como na industrialização têxtil em São Paulo, por definir um “ideal tipo” de trabalhador – vinculado ao etnocentrismo e ao evolucionismo europeus –, articulando ideologia liberal com prática escravista no processo de construção do Estado Nação. (ARAGÃO, 2003, p. 151).

No que concerne aos temas abordados, há significativa concentração de estudos que pautam suas discussões em torno de iniciativas escolares fundadas, em sua maioria, no fim do século XIX e início do XX, criadas e fomentadas por imigrantes e voltadas majoritariamente para atendê-los. Trata-se das *escolas étnicas* (KREUTZ, 2000a), já apresentadas no primeiro capítulo desta dissertação. Em tais estudos predomina o interesse por escolas italianas. Há apenas dois artigos que olham para escolas fundadas por outros grupos étnicos e um terceiro que, apesar de não estar especificamente preocupado com uma instituição escolar, olha para organizações comunitárias que, entre outras atividades, tinham escolas sob sua égide. Em um artigo (CANTUARIA, 2016) a autora investiga, no intervalo compreendido entre 1878 e 1978, escolas fundadas e destinadas por e para imigrantes, pertencentes às camadas econômicas mais elevadas e se tornaram colégios bilíngues com currículos internacionais destinados à burguesia paulista. São estudadas escolas alemãs como a *Deutsche Schule* (que se tornou o *Colégio Visconde de Porto Seguro*) e o *Colégio Humboldt*, e, também, o italiano *Instituto Medio Italo-Brasileiro Dante Alighieri*. Além disso, a autora aponta como “O espaço escolar de São Paulo, entretanto, é composto também por instituições cuja existência se articula com um tipo de relação entre grupos estrangeiros e nacionais diferente da estabelecida com a imigração tradicional” (CANTUARIA, 2016, p. 51), e discute algumas instituições escolares internacionais não associadas às principais etnias de imigrantes que vieram a São Paulo: o francês *Liceu Franco-Brasileiro* (futuramente nomeado *Liceu Pasteur*); a norte-americana *São Paulo Graded School* e os britânicos *Gimnasio Anglo-Brazilian School* (que encerrou suas atividades na década de 1920) e *Saint Paul’s School*. A atenção da autora volta-se a pensar a formação da elite nacional em diálogo com a própria fundação dessas escolas, isso porque, apesar de tais instituições serem, a princípio, destinadas aos estrangeiros, havia muitos brasileiros entre os alunos matriculados. Isso porque havia um desejo das classes altas paulistas de formar seus filhos com base em um ideal europeu e norte-americano. De modo análogo, podemos mencionar um estudo (AUGUSTI, 2000) sobre a trajetória política do médico alemão

Germano Melchert, que demonstra como alguns imigrantes abastados rapidamente integraram a e se tornaram influentes no interior da elite paulista.

Em relação aos artigos que discorrem sobre escolas étnicas italianas, iniciamos apresentando dois artigos que investigam aspectos gerais, sem entrar em uma discussão sobre alguma escola ou aspecto escolar específico: *A escola étnica na cidade de São Paulo e os primeiros tons de uma identidade italiana (1887-1912)* escrito por Claudia Panizzolo (2020) e *O convívio concomitante e frugal das escolas elementares públicas e privadas paulistanas* de Eliane Mimesse Prado (2015b), ambos referidos quando apresentadas as escolas étnicas. No primeiro, busca-se entender como se deram as tentativas de gestão e cooperação e, também, disputas em torno das primeiras escolas italianas fundadas na cidade de São Paulo. O arco temporal escolhido inicia-se em 1887, quando se tem o registro da primeira escola italiana na cidade – segundo o *Fanfulla*, importante jornal da comunidade italiana no Brasil –, e se encerra em 1912, ano da publicação do *Regolamento per le scuole italiane all'estero*,<sup>16</sup> um documento emitido pelo governo italiano que ditava normas curriculares e organizacionais para as escolas italianas que funcionavam no exterior. Ainda, busca-se argumentar como:

As escolas italianas da cidade de São Paulo podem ser pensadas [...] como constituidoras de patriotismo, e para isto delas foi exigido a responsabilidade em “italianizar” os que para cá vieram de uma Itália recém-unificada, e os aqui nascidos, que pelo princípio *jus sanguinis* tinham, segundo o governo italiano, a transmissão da nacionalidade assegurada pela descendência. (PANIZZOLO, 2020, p. 26).

No segundo artigo (PRADO, 2015b), a autora busca, nas páginas do *Fanfulla* e dos relatórios e dados produzidos pelos inspetores escolares publicados nos *Annuarios do Ensino do estado de São Paulo*,<sup>17</sup> compreender as tensões havidas entre as escolas particulares geridas por imigrantes, no caso, italianos, e as escolas públicas, entendendo que ambas disputavam projetos de criação de identidades:

---

<sup>16</sup> “Regulamento para as escolas italianas no exterior” (tradução de Claudia Panizzolo).

<sup>17</sup> Documentos produzidos pela Directoria Geral da Instrução Publica entre os anos de 1907 e 1937, que congregavam os relatórios produzidos pelas Delegacias Regionais de Ensino do Estado de São Paulo (ANUÁRIOS, 2021).



Nesse momento, vivia-se um embate, porque as escolas públicas paulistanas, principalmente os *grupos escolares* e as escolas subsidiadas italianas buscavam o mesmo fim, ambas pretendiam a alfabetização de seus alunos, em suas respectivas línguas nacionais, para assim formarem os cidadãos. (PRADO, 2015b, p. 195, grifos no original).

Prado também elucida a forma como se organizava o ensino escolar paulista na virada do século XIX para o XX, apresentando os três tipos de instituições escolares existentes na época: as *escolas isoladas*, as *escolas reunidas* e os *grupos escolares*.

As escolas públicas voltadas para os anos iniciais na cidade paulistana nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX eram compostas por *escolas isoladas* de três tipos: femininas, masculinas e mistas, que continham uma única sala de aula, agregavam alunos de idades e níveis de aprendizagens diferentes; *escolas reunidas*, que uniam algumas escolas isoladas em um mesmo espaço físico e *grupos escolares*, que contavam com um professor específico para cada sala, essas eram organizadas segundo a idade e o nível de aprendizagem dos alunos. (PRADO, 2015b, p. 186-187, grifos no original).

É importante ressaltar que os grupos escolares eram sempre públicos. Já as escolas isoladas e reunidas poderiam ser tanto públicas quanto privadas.

Sobre os demais artigos que investigam escolas étnicas italianas, aparecem mais dois escritos por Panizzolo (2019a, 2019b) que abordam o uso de uma coleção de livros como material didático nas escolas italianas, localizadas no estado de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX. Trata-se da série *Piccolo mondo, letture per le scuole elementare*,<sup>18</sup> produzida na Itália pelos ministérios das Relações Exteriores e da Instrução Pública e destinada ao ensino primário em escolas italianas fora da península itálica (PANIZZOLO, 2019b). Outrossim, há dois artigos escritos por Elaine Cátia Falcade Maschio e Eliane Mimesse Prado: *O início da escolarização primária no final do século XIX em dois núcleos coloniais italianos* (MIMESSE; MASCHIO, 2009)<sup>19</sup> e *Entraves no ensino da língua portuguesa nas escolas italianas privadas curitibanas e paulistanas (1883-1907)* (MASCHIO; PRADO, 2017); em ambos as autoras apresentam estudos comparados sobre o ensino de português em escolas

---

<sup>18</sup> *Pequeno mundo, leitura para a escola primária*.

<sup>19</sup> A primeira autora na citação anterior é referenciada como Mimesse, pois assinou o referido artigo como Eliane Mimesse; não obstante ela assinará outros artigos, citados neste texto, como Eliane Mimesse Prado, de modo que será aqui referenciada também como Prado.

italianas presentes nas cidades de São Paulo e Curitiba. No primeiro investigam especificamente as escolas dos núcleos coloniais de Alfredo Chaves e de São Caetano, localizados no Paraná e em São Paulo, respectivamente. O enfoque está mais nas demandas dos imigrantes para que os governos estaduais implementassem escolas públicas que atendessem às suas crianças. Apesar de os estados atenderem aos pedidos, as instituições implementadas eram bastante precárias tanto em suas condições físicas quanto de professores que, muitas vezes, nem sequer falavam italiano – único idioma de muitos dos imigrantes que frequentavam essas escolas. No entanto, as autoras ainda ressaltam como tais instituições foram importantes na integração dos estrangeiros nas sociedades locais:

A escola pública foi um elemento fundamental na integração dos imigrantes nas sociedades paranaense e paulista. Os poucos ensinamentos providos das precárias escolas de primeiras letras possibilitaram a aprendizagem da língua portuguesa, facilitando – na prática – o trâmite nas questões comerciais e na inserção de imigrantes como representantes comunitários no âmbito político e social. (MIMESSE; MASCHIO, 2009, p. 117).

No segundo artigo referido acima, as autoras enfocam as escolas privadas instauradas pelos próprios estrangeiros e apontam como as curitibanas contavam com apoio monetário tanto do governo italiano quanto do paranaense, ao passo que as paulistas recebiam somente do exterior. Entretanto, as escolas em São Paulo recebiam todos os alunos que buscassem se matricular nelas sem cobrar mensalidade, independentemente de serem ou não italianos. Em relação ao ensino da língua portuguesa, mesmo com a existência de leis que proibiam o uso exclusivo de línguas estrangeiras nas escolas e instituía a obrigatoriedade do ensino da língua nacional, em Curitiba pouco se fez para garantir o cumprimento da lei. “Na cidade de São Paulo as normatizações foram executadas, na medida em que o número de inspetores escolares que trabalhavam na capital paulista foi sendo ampliado” (MASCHIO; PRADO, 2017, p. 98).

Sobre o ensino da língua e da cultura nacional em instituições de ensino estrangeiras em São Paulo, vale mencionar um estudo (BAHIA, 2009) que investiga, contando com a memória de militantes, duas instituições ligadas a movimentos de esquerda no interior da comunidade judaica: a Associação Scholem Aleichem (ASA) e o Instituto Cultural Israelita Brasileiro (ICIB), a primeira localizada no Rio de Janeiro e a segunda, em São Paulo. Sob a égide dessas instituições encontravam-se diversas iniciativas culturais, comunitárias e educativas, entre as quais instituições escolares que fomentavam a propagação da cultura

judaica e de valores socialistas. Sobre um dos colégios ligados ao ICIB – o colégio Scholem de São Paulo – a autora descreve como havia a preocupação em incorporar ao ensino aspectos da cultura e da história do Brasil.

No currículo escolar, a ênfase era dada à história do povo judeu, à literatura ídich e ao domínio do idioma. A celebração das festas judaicas ressaltava o caráter combativo e os valores de liberdade associados a uma leitura histórica da tradição que em nenhum momento se “descolava da realidade brasileira”. (BAHIA, 2009, p. 131).

As instituições de ensino estrangeiras foram tratadas, nos textos apresentados até aqui, sempre de forma concorrente ao ensino nacional. Seja em uma relação mais de disputa direta, seja de forma mais aberta a uma relação dialógica com a cultura local, as escolas étnicas firmaram-se como substitutivas do ensino público local. Entretanto, há outro conjunto de estudos que investiga iniciativas educacionais estrangeiras que atuavam de forma complementar à escolarização nacional. Adriana Aparecida Alves da Silva e Wilson Sandano (2013a) dedicam-se a pensar rituais e festas culturais promovidos pela *Escola de Língua Japonesa* na região em que, atualmente, se localiza o município de Pilar do Sul.

Diferentemente de outras escolas japonesas que funcionaram no estado de São Paulo que foram pesquisadas por Demartini e Kreutz, a Escola de Língua Japonesa e Internato de Pilar do Sul não era uma escola primária ou secundária. Seus alunos, mesmos os internos, a frequentavam em horário que não conflitasse com o do funcionamento do Grupo Escolar “Padre Anchieta” ou do Ginásio Estadual de Pilar do Sul. (SILVA; SANDANO, 2013a, p. 228).

A escola em questão foi fundada em 1950 e funcionou por alguns anos na ilegalidade, sendo importante destacar como durante a Segunda Guerra Mundial, no Brasil, foram impostas proibições aos imigrantes originários das nações do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) que os impediam, entre outras restrições, de falar sua língua materna em público e fazer reuniões, sendo, ainda, sua locomoção limitada e suas instituições escolares fechadas. A remoção de tais sanções se deu apenas em 1956 (SILVA; SANDANO, 2013a).

Para além dos artigos sobre instituições fundadas e geridas pelos próprios estrangeiros, também é possível encontrar estudos que investigam escolas públicas que, apesar de serem geridas pelo estado paulista, tinham forte presença de estrangeiros, sendo assim também marcadas por culturas alóctones. É o caso de duas publicações dos autores, aqui já citados,

(SILVA; SANDANO, 2013b; PEREIRA; SANDANO, 2015)<sup>20</sup> em que se procura investigar a influência de japoneses no campo escolar de Pilar do Sul – um conjunto de instituições escolares formado pelo Grupo Escolar “Padre Anchieta”; algumas escolas isoladas rurais; o Ginásio Estadual de Pilar do Sul e a Escola de Língua Japonesa e Internato. Ao fim de *O campo e a cultura escolares de Pilar do Sul e a imigração japonesa (1934-1976)* conclui-se que não é possível “[...] afirmar que o ingresso dos japoneses e seus descendentes modificaram a cultura escolar, mas que houve alterações em alguns aspectos, como a reorganização do tempo e espaço escolar e principalmente em suas práticas” (SILVA; SANDANO, 2013b, p. 205). Já em *Caracterização da clientela do Grupo Escolar “Padre Anchieta”: um olhar sobre as práticas escolares (1934-1976)* (PEREIRA; SANDANO, 2015), as políticas de nacionalização do ensino do governo Getúlio Vargas foram intensificadas por conta da significativa presença de imigrantes, do fortalecimento do nacionalismo como resposta à presença de alóctones, conclui-se.

Sobre a dicotômica relação entre ensino nacional e estrangeiro, Zeila de Brito Fabri Demartini (2000) escreve sobre as tensões vividas por imigrantes japoneses, no estado de São Paulo, ao longo da primeira metade do século XX em seus diálogos com a educação escolar, tanto quando se inseriam no ensino público paulista, como na criação de uma rede paralela de escolas japonesas. Ao fim, aponta como os imigrantes nipônicos conviveram, voluntariamente ou não, com dois tipos de educação: a nacional e a japonesa. A primeira era oferecida tanto em escolas paulistas quanto nas japonesas a fim de possibilitar a comunicação e a inserção no mercado de trabalho local; a segunda acontecia só nas escolas japonesas e visava a manter o vínculo das crianças com a cultura oriental.

Ambos os trabalhos apresentados no parágrafo anterior apontam-nos formas diferentes para a presença de imigrantes não só em escolas étnicas, mas também nas instituições pertencentes à rede pública de ensino. Nesse sentido, vale citar dois trabalhos escritos por César Romero Amaral Vieira (2008; 2002). O autor defende como o protestantismo norte-americano foi influente na formação do pensamento republicano brasileiro, trazendo ideias e princípios

---

<sup>20</sup> Apesar de as citações estarem com nomes diferentes indicados para a primeira autora, trata-se da mesma pessoa, a qual assinou os dois primeiros trabalhos como Adriana Aparecida Alves da Silva e, no último, adicionou o sobrenome Pereira.

que se mostraram importantes alicerces para a formação do ensino público paulista no período da Primeira república:

É inegável a contribuição dos colégios protestantes à educação pública paulista na renovação dos métodos pedagógicos: na introdução da coeducação, contra a tradição católica de separação rigorosa de sexos; na dignidade na educação do sexo feminino, contra o preconceito à sua formação; na inovação curricular, com ênfase ao aspecto científico, contra um currículo essencialmente clássico, no qual as ciências físicas e naturais eram apresentadas quase sem o uso de laboratórios e experimentação; no princípio de liberdade de religião nas escolas e contra a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas e no espírito de compreensão (VIEIRA, 2002, p. 272).

Ainda sobre a escolarização de imigrantes, em *O infausto cotidiano dos pequenos ítalo-brasileiros em um antigo núcleo colonial no princípio do século XX*, Eliane Mimesse Prado (2013) descreve a infância de imigrantes italianos na cidade de São Caetano do Sul nas primeiras décadas do século XX. A pesquisadora narra como muitas delas – pertencentes às classes trabalhadoras, no caso – deixaram de frequentar a escola por terem de se engajar em um ofício. A frequência intermitente dos pequenos às instituições escolares preocupava alguns docentes da rede pública. Aqui, emerge uma infância imigrante que se dava às margens da educação escolar.

Há outro bloco temático – que julgamos importante ser mencionado – de artigos que discutem a educação da classe trabalhadora e questões ligadas aos movimentos operários. Para além do trabalho, já aqui apresentado, de Aragão (2003), podemos citar mais dois: *A educação libertária na bagagem dos imigrantes: uma trajetória no Brasil* de José Damiro de Moraes (2000) e *Entre hinos, bandeiras e heróis: imigração europeia, classe operária e a constituição da nacionalidade nos grupos escolares da cidade de Santos* de André Luiz Rodrigues Carreira (2014). O primeiro busca mapear, entre as décadas de 1890 e de 1930, práticas educativas desenvolvidas por coletivos anarquistas, em sua maioria de origem italiana, segundo periódicos publicados por movimentos autônomos libertários. Entre tais práticas constam a criação e a gestão de: escolas, centros de cultura e ateneus. O pesquisador busca compreender alterações e deslocamentos no interior dessas ações educativas e as divide em três fases:

a primeira, entre os anos de 1895 a 1909; a segunda, entre 1909 a 1919, como funcionamento das escolas, já com a diretriz do pensamento de Francisco Ferrer e alguns centros de estudos; e finalmente, a terceira, entre 1927 a 1937,

em que apenas os centros de estudos e ateneus, tornaram-se as únicas referências que trabalharam com a educação. (MORAES, 2000, p. 36).

Moraes entende que a primeira fase “estava mais ligada a um espontaneísmo libertário, buscando alfabetizar, cada vez mais, um grande número de trabalhadores, com a preocupação de fortalecer o movimento operário, que começava a nascer no Brasil” (2000, p. 37). O destaque dado à alfabetização parece importante na medida em que esse também será relevante para o argumento apresentado no segundo artigo levantado, que discute educação, imigração e classe trabalhadora. Todavia, ali, como veremos, a preocupação com a alfabetização aparece não mais pelas vias dos movimentos operários, mas, sim, como uma preocupação do Estado.

O artigo escrito por Carreira (2014) investiga o papel do sistema público de ensino do estado paulista na incorporação e na assimilação de estrangeiros vinculados a movimentos operários na cidade de Santos, ao longo das décadas de 1910 e de 1920. O autor intenta mostrar como houve um projeto cujo propósito era, por meio da educação, integrar e unir uma sociedade marcada pelo seu caráter heterogêneo e diverso. O combate ao analfabetismo é visto como um importante alicerce para esse projeto, assim como a agência de organizações e de eventos, a exemplo da Liga Nacionalista e da reforma do ensino paulista de 1920.

Nas décadas de 1910 e 1920, a escola volta ao centro dos debates sobre os rumos da nação. O analfabetismo e a “ameaça” estrangeira se tornam os alvos dos discursos e das políticas públicas educacionais do período. [...] A Reforma de 1920, promovida por Sampaio Dória, alçou o analfabetismo a problema nacional por excelência e empecilho ao desenvolvimento do país. A importância atribuída à alfabetização, embora fundamental para a sua compreensão, não esgota os esforços contidos na Reforma de 1920. As noções de civismo teriam papel primordial para a formação do caráter nacional, instituindo nas crianças as concepções de amor à Pátria, de respeito à ordem estabelecida e de cumprimento de deveres. (CARREIRA, 2014, p. 107).

Encerrando o bloco de estudos de cunho histórico, há um trabalho de Demartini (2004) no qual, com lastro em sua experiência com diversas pesquisas sobre a educação de imigrantes no estado de São Paulo no fim do século XIX e começo do XX, busca apontar pistas e indicações que possam contribuir com pesquisas, principalmente as que trabalham com uma perspectiva histórico-comparada, sobre imigração e educação. Muitas de suas indicações dão-se no sentido de compreender as tensões no encontro entre autóctones e alóctones tanto no

campo linguístico (visando as relações entre o ensino da língua do país de origem e o do português) quanto no âmbito da convivência no interior das instituições de ensino.

Nos estudos apresentados até aqui podemos observar uma série de projetos concorrentes – tanto nacionalistas quanto estrangeiros – e como as escolas foram tomadas na qualidade de instituição central para efetivação dessas propostas. Assim, desponta de que modo muitos dos planos que se imaginaram para a formação de uma população paulista passaram pela escolarização. Se, por um lado, a vontade das elites de se europeizar leva-a a matricular seus filhos em escolas de imigrantes voltadas às classes mais abastadas, por outro, a profusão de escolas étnicas e a falta de ensino de língua portuguesa aparecia como uma angústia nos relatórios dos inspetores escolares da época. Independentemente do projeto específico, a escola emergia como um espaço de disputa uma vez que, fosse pela defesa de um projeto particular, fosse pela cooptação daqueles vistos como diferentes, era nela que se depositavam as esperanças da formação de uma população comum.

No próximo tópico, veremos o que se escreveu sobre a educação de imigrantes mais de um século depois.

### **3.2.2. ESTUDOS SOBRE O PRESENTE**

Dentre as 12 pesquisas que dialogam com questões do presente envolvendo migração e educação no estado de São Paulo, chama a atenção como os temas mais abordados são os ligados à imigração vinda dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop) e, também, da Bolívia. Em relação ao primeiro grupo, destaca-se a atenção ao ensino superior.

As universidades no Brasil, particularmente aquelas situadas no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, como a Universidade Federal do Rio Janeiro (UFRJ), a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade de São Paulo (USP), receberam neste último quartel do século XX um número significativo de estudantes estrangeiros oriundos de diversos países latino-americanos e africanos, mediante convênios assinados com diversos organismos internacionais e universidades desses países. Mas o maior fluxo de estudantes universitários veio do continente africano, através do Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), vinculado aos Ministérios das Relações Exteriores (MRE) e da Educação (MEC). (FONSECA, 2009, p. 24-25).

Os artigos que investigam a presença de imigrantes africanos no ensino superior buscam compreender questões como: razões da vinda, condições de permanência e perspectivas de retorno (SUBUHANA, 2009; FONSECA, 2009). Entretanto, as pesquisas não se restringem ao estado de São Paulo. Em uma delas, a discussão se dá entre universidades paulistas e paranaenses – no caso, principalmente a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) – (FONSECA, 2009); em outra, o debate compara a Universidade de São Paulo (USP) com a Universidade de Brasília (UnB) no que respeita à integração e à sociabilidade de estudantes vindos dos Países (SILVA; MORAIS, 2012). Ademais, há um artigo (ROSSA; MENEZES, 2020) que pensa a trajetória de mulheres refugiadas angolanas, que vivem em São Paulo, entre Angola, República Democrática do Congo e Brasil. A pesquisa busca compreender o diálogo dessas imigrantes com as línguas locais, tanto em seu país natal quanto no Brasil. Importante pontuar que, apesar de a língua oficial da Angola ser o português, há outros idiomas no país – como o umbundu, o kimbundu e o kikongo – falados por diversas etnias e povos locais, de modo que é um equívoco assumir que todas/os as/os angolanas/os dominam o português.

Sobre os estudos que lidam com a imigração boliviana, chama a atenção como, se no grupo anterior o foco se dirigiu ao ensino superior, agora esse é a Educação Básica, em especial a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Uma justificativa possível para esse enfoque seria o fato de que, entre os alunos estrangeiros matriculados nas redes públicas de ensino tanto do Estado quanto da cidade de São Paulo, a nacionalidade mais presente é a boliviana, representando 34% dos imigrantes matriculados na rede estadual e 48% na municipal, segundo dados de 2019 e 2020, respectivamente (SÃO PAULO, 2019; SÃO PAULO, 2020).<sup>21</sup>

Entre as pesquisas voltadas à imigração boliviana destaca-se a preocupação com questões atreladas ao ensino escolar e às relações interpessoais no interior das instituições educativas. Algumas tentam entender como se dá a relação de estudantes bolivianos com seus colegas brasileiros e com seus docentes em contextos escolares específicos tanto da Educação Infantil (FREITAS; SILVA, 2015) quanto dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

---

<sup>21</sup> Das/os 19.786 alunas/os estrangeiras/os matriculadas/os na rede estadual de ensino do estado de São Paulo, 6.646 delas/es são bolivianas/os. Já na rede municipal, dentre as/os 7.328 alunas/os estrangeiras/os matriculadas/os, são 3.533 bolivianas/os (SÃO PAULO, 2019; SÃO PAULO, 2020).



(GONDIN; PINEZI; MENEZES, 2020) e Finais (DIAS; SOUZA NETO, 2019). Também é possível observar discussões que se aproximam do campo dos direitos humanos, mais especificamente do debate sobre imigração e direito à educação (MAGALHAES; SCHILLING, 2012; DIAS; SOUZA NETO, 2019). Aqui o debate recua, não mais para discutir a integração do imigrante no interior da sala de aula, mas suas condições de acesso às instituições educativas.

Ainda em relação às pesquisas sobre a imigração boliviana, destacamos uma que, assim como as primeiras apresentadas no parágrafo anterior, também investiga as interações sociais entre alunas/os bolivianas/os e a comunidade escolar nas quais estão inserida/os, dando atenção às “dificuldades advindas das diferenças culturais e, especificamente, das barreiras de linguagem” (GONDIN; PINEZI, 2020, p. 3). A pesquisa pretende compreender de que forma a língua aparece simultaneamente como um lastro para a organização da identidade e um marcador de alteridade entre crianças bolivianas e brasileiras em uma escola pública no ciclo de alfabetização. Além disso, os docentes apontam que a principal barreira no ensino e na integração dos estudantes estrangeiros está associada às diferenças linguísticas que podem gerar dificuldades na compreensão das aulas e na comunicação tanto com as/os professoras/es, quanto com os demais colegas.

Mesmo quando já possuem fluência na língua portuguesa, o sotaque e as formas de pronúncia das palavras podem gerar situações de incômodo para os estudantes estrangeiros, o que seria uma hipótese para justificar a timidez e a insegurança percebidas durante o trabalho etnográfico. (GONDIN; PINEZI, 2020, p. 15-16).

O enfoque dado às questões da língua é recorrente nos estudos sobre educação e migração. Além dos já referenciados, podemos apontar mais dois artigos que investigam o ensino de língua portuguesa para imigrantes sem se restringir a nenhum grupo étnico específico. Em um deles, partindo da noção de que “aprender a ler e a escrever implica necessariamente em mudança de identidade” (SILVA, 2003, p. 173-174) a autora descreve seu objeto de estudo como “a identidade que se constitui na relação língua, cultura e identidade” (SILVA, 2003, p. 174). Assim, o artigo desenvolve uma discussão acerca da alfabetização na formação da identidade para seguir com um conjunto de reflexões e indicações para docentes que trabalham com alfabetização de adultos em um contexto de pluralidade cultural. No outro artigo (SILVA; MINVIELLE, 2019), parte-se de uma discussão legislativa sobre a educação como direito dos

sujeitos imigrantes,<sup>22</sup> argumentando-se que a garantia do acesso *per se* não assegura o direito, uma vez que muitos estrangeiros não conseguem permanecer e dar continuidade a seus estudos por conta de, entre outras, dificuldades na compreensão da língua portuguesa e negligência da instituição para com essas dificuldades. Assim a pesquisa se propõe a:

investigar se há fundamentos da Pedagogia Social<sup>23</sup> nas iniciativas de oferta de cursos de língua portuguesa no início da trajetória escolar de migrantes e refugiados, bem como a importância/relevância desses fundamentos no seu processo de socialização, integração e garantia de direitos nas sociedades de acolhimento. (SILVA; MINVIELLE, 2019, p. 111).

Nos artigos aqui referidos que refletem sobre o ensino de língua portuguesa para imigrantes – sobretudo em sua vertente alfabetizadora –, este aparece associado a dois movimentos: um atrelado à identidade; outro, ao direito à educação. Em relação ao primeiro, a língua materna do imigrante surge como uma garantia e um marcador identitário que deve ser respeitado e, em alguma medida, zelado no interior das instituições educativas; entretanto, o acesso à língua local é entendido como um meio para que o estrangeiro, não só comunique sua identidade, como também acesse a dos autóctones. A língua, portanto, como delimitador e mediador da alteridade. No segundo, o ensino da língua local é tido como pré-requisito para garantir o direito à educação, sob o preceito de que, sem ele, não é possível assegurar condições mínimas de comunicação necessária para o acesso ao ensino prestado nas instituições formais de ensino e, também, para o convívio no interior da comunidade escolar.

Encerrando a apresentação dos estudos que se debruçam sobre temas ligados aos dias atuais, resta uma pesquisa que julgamos se aproximar do debate sobre direitos humanos, agora em diálogo com a educação infantil. O artigo (*In*)visibilidade das crianças imigrantes na cidade de São Paulo: questões para pensar a cidadania da pequena infância (NASCIMENTO; MORAIS, 2020) parte do argumento de que no Brasil há pouca produção acadêmica dedicada a pensar a infância em contextos migratórios e versa sobre a presença de crianças imigrantes na rede pública de educação infantil do município de São Paulo. A pesquisa opta por fazer um

---

<sup>22</sup> Pelo artigo 4º da Lei de Migração, em todo o território nacional é garantido ao migrante “X – direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória” (BRASIL, 2017, n.p.).

<sup>23</sup> “Considerando que a Pedagogia Social é o campo de conhecimento no qual estão inseridas a educação popular, a educação social e a educação comunitária” (SILVA; MINVIELLE, 2019, p. 110).

debate de caráter abrangente atentando à presença de crianças imigrantes na rede municipal como um todo, sem se dedicar exclusivamente a nenhum grupo étnico ou instituição escolar específica, versando sobre cidadania, direitos das crianças e visibilidade infantil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um diálogo claro entre esta dissertação e os estudos do campo da história: tanto na nossa opção temática de nos debruçarmos, ao longo do primeiro capítulo, sobre o contexto social, político e econômico da relação entre imigração e educação no estado de São Paulo no decorrer da Primeira República, quanto no trato empírico de artigos ligados à disciplina historiográfica. Houve, portanto, um claro diálogo com uma ideia de passado. Porém, em nenhum momento nos propusemos a produzir um estudo de cunho historiográfico.

Com base nas fontes aqui utilizadas, não é possível fazer ilações de cunho historiográfico, uma vez que, exceto algumas remissões pontuais a documentos históricos, nosso *corpus* empírico foi produzido nas últimas três décadas. Sejam pesquisas historiográficas ou não, todos os artigos trabalhados aqui são, ao fim, contemporâneos entre si, produzidos sob a mesma égide veridictiva. Ademais, o passado é sempre uma narrativa construída a partir do presente – à sua imagem e semelhança (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019). Assim sendo, o que aqui é denominado histórico consiste em uma narrativa que nos interessa menos como uma via de acesso a tempos longínquos e mais como um regime discursivo que revela imagens sobre o contemporâneo. Culmina aqui a inspiração foucaultiana que guia os movimentos analíticos deste trabalho, já que nosso interesse é no presente: “Trata-se, portanto, de desnaturalizar o presente, abrindo-o para transformações necessárias e possíveis das condições que imperam na atualidade” (RAGO, 2020, p. 322).

Retomando os dois substratos temporais trabalhados no tópico anterior, nos estudos que investigam os acontecimentos passados a escolarização emerge quase como uma resposta à entrada de imigrantes estrangeiros no país. A expansão do sistema público de ensino e a valorização da alfabetização surgiam simultaneamente como uma resposta ao número de instituições estrangeiras privadas de ensino que eram fundadas e, também, como um vetor de defesa do nacionalismo. A escola apresentava-se como um bastião capaz de construir e proteger a identidade nacional que se buscava formar no estado paulista. Seria ela a instituição responsável não só por proteger a nação da influência estrangeira, mas também por incorporar os imigrantes à população local.

Já nos estudos que investigaram a atualidade, a integração do estrangeiro na sociedade pela via escolar também desponta como uma urgência, mas agora pela via do direito universal.

A escolarização e o ensino da língua nacional despontam como um dever do Estado para com os alóctones, configurando um dos principais vetores capazes de incluí-los de forma efetiva na sociedade e de permitir-lhes exercer sua cidadania. Em adição, seria importante que tal processo de inclusão atentasse às diferenças e às particularidades de cada sujeito, ensinando a cultura local, mas, também, respeitando a do estrangeiro. Uma inserção, portanto, capaz de preservar as diferenças constituintes de qualquer população, sem abrir mão da coesão necessária para sustentar a unidade do conjunto.

Em ambas as temporalidades parece-nos haver uma urgência no trato da inclusão de imigrantes no sistema escolar público. Entretanto, há uma diferença entre o modo como isso se sustentou. No início do século XX, a inserção do imigrante na escola pública paulista aparece quase como um resultado da força coercitiva do Estado, que buscava torná-lo nacional sob o pretexto de que, caso não fosse incorporado à sociedade paulista, poderia transformá-la em uma colônia estrangeira. Nos dias de hoje, a inclusão do imigrante na escola é defendida, simultaneamente, pela via do direito, como um dever do Estado, e da diversidade, no sentido de uma escola que ensine e comporte a diferença e, com isso, não só beneficie o alóctone, mas também o autóctone, no sentido de aprimorar a própria condição do ensino pela via do multiculturalismo. Se antes ela é tida como uma ação violenta, hoje seria concebida como uma forma de acolhimento.

Convém aqui mencionar uma afirmação de Daniele Pechuti Kowalewski (2014) que, interessada em pensar a mestiçagem nas relações entre educação, alteridade e Brasil, elegeu dois agulhões analíticos que correm paralelamente, ainda que entrelaçados no decorrer de sua análise. São eles: o Brasil como lugar de *experiência* – no sentido de um conjunto de enunciados veridictivos da qual decorre um conjunto de práticas – que será, por ela, designado *experiência-Brasil*, bem como o enunciado *educar para a diversidade* como um mote essencial para a sustentação discursiva do primeiro eixo. Para isso, a autora tomou como fonte empírica as revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) publicadas entre 1839 e 1945. Em um momento de seu trabalho, escreve:

Na *experiência-Brasil*, o *educar para a diversidade* relaciona distintas temporalidades e circunstâncias. Se, entre 1839 e 1945, os sócios do IHGB o utilizaram para assimilar o *outro* e elevar o *status* do gigante Brasil à civilização, ele agora é abordado como luta política que dará voz aos *outros*

(principalmente negros e indígenas) na escola. (KOWALEWSKI, 2014, p. 371-372, grifos da autora).

Se, em um momento, o estrangeiro precisava ser incorporado em benefício da constituição do, no caso, estado paulista, em outro, a diferença precisará ser não só respeitada, mas também incentivada em prol da própria sociedade, agora caracterizada por seu caráter multicultural. Aqui convém citar mais uma consideração de Kowalewski (2014, p. 393, grifos da autora):

Associada a sugestões edênicas, a *experiência-Brasil* figura, nos arquivos aqui consultados, como voltada tanto para o futuro como para o passado. Sua face de *Janus* que olha para trás resgata o primitivismo tupi-caraíba-selvagem como arquétipo do homem natural, capaz de condicionar o humano rumo a melhores formas de convivência e contato com a natureza. Seu olhar futurista nomeia o país em uma civilização que está por vir, misturada, culturalista, sincrética e, principalmente, sem conflitos ou choque de civilizações. Compondo essas faces, os conceitos de civilização e cultura mesclam-se, via catequese e instrução pública, aos saberes regionais e dos povos diversos que constituem essa gigantesca *experiência*, apta a relacionar o global com o local, também na contemporaneidade.

Chama-nos a atenção essa dupla mirada promovida pela autora que, simultaneamente, busca a origem no passado e projeta um horizonte para o futuro. Como já afirmamos antes, seja no fim do século XIX ou no início do século XXI, as reflexões sobre imigração e educação no estado paulista são entendidas aqui como projeções: por um lado, um passado que nos assombra e no qual se poderia encontrar a raiz das desigualdades e dos males contemporâneos; por outro, a possibilidade de um futuro diferente que, de algum modo, reparasse os erros anteriores e projetasse uma sociedade mais igualitária, justa e democrática. Entretanto, para nós, tais discursos revelam-nos mais sobre o presente do que qualquer outra temporalidade. No centro de ambas as projeções encontramos a educação, sobretudo em sua forma escolar. Essa seria, simultaneamente, um agente de normalização da alteridade no passado e um bastião da democracia e da diferença no futuro.

Se o mote da higienização e do racismo presentes no ideal de branqueamento assombrava os projetos escolares do passado, as noções de educar para a diferença e o multiculturalismo norteiam os ideais atuais, modelando um ideal esperançoso e reconfortante para o futuro. Entretanto, entendemos aqui que a escola não produz equidade, mas sim norma (FOUCAULT, 2010). Uma vez que, em ambas as temporalidades, ela aparece como a

instituição principal responsável pela absorção de estrangeiros no interior da sociedade, parece-nos que as mudanças que se imagina radicam-se mais nos ideais de sociedade do que na função social da escola e nas práticas que nela são levadas a cabo.

Além do que, retomando as discussões apresentadas no segundo capítulo desta dissertação sobre a noção foucaultiana de governamentalidade, parece-nos claro o fato de a presença de estrangeiros no estado de São Paulo ter se dado de modo agonístico em relação à própria constituição identitária da população local. Isso porque se foi a entrada de alóctones o que forneceu condições de possibilidade para o crescimento exponencial da população paulista, foi ela também que escancarou os limites da própria noção de população e a fragilidade da identidade nacional local. Retomando as ideias de Foucault, a população não é apenas o objeto que se governa, mas também o próprio objetivo pelo qual se governa. Em *Segurança, território, população*, o francês descreveu como emergiu na Modernidade

um Estado de governo que já não é essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas por uma massa: a massa da população, com seu volume, sua densidade, com, é claro, o território o qual ela se estende, mas que de certo modo não é mais um componente seu. (FOUCAULT, 2008, p. 145).

É nesse sentido que nos parece que os estudos aqui apresentados revelam o quanto a imigração pode ser pensada como uma problematização da própria noção de população, segundo a concepção de Foucault. Assim, resulta insuficiente reduzir a inclusão de imigrantes na sociedade a uma mera questão de observância de direitos; ela é uma necessidade política, uma vez que a própria atuação do Estado só poderá ser definida em razão dos grupos populacionais por ele governados. Em suma, sem população não há Estado, e vice-versa.

Assim, pensar a imigração como uma força de tensionamento em relação à formação das populações não pode se dar considerando supostas dicotomias entre nacionais e estrangeiros ou, então, entre central e periférico. A força dos processos de governamentalização reside, justamente, na indistinção entre categorias dicotômicas que separariam aqueles que estariam dentro e aqueles que estariam fora da sociedade. É pela noção de norma que a governamentalidade pode ser pensada como um processo em constante transformação de respostas circunstanciais e constantes que buscam se estender a todo corpo social.

Retomando o percurso que fizemos até aqui, procuramos demonstrar como a imigração apresentou-se como algo dual no estado de São Paulo ao longo da República Velha.

Se, por um lado, o fator migratório foi pensado como a base para a formação de uma sociedade que, segundo as crenças da época, seria um modelo para o restante do país – uma vanguarda econômica, cultural e, no limite, racial –, por outro, ele logo foi entendido como uma possível ameaça, pois, se a imigração não fosse propriamente regulada e administrada, poderia significar um risco para o projeto de nação que se almejava, ao transformar o estado em um conglomerado de colônias de imigrantes desconexas entre si. A imigração estrangeira poderia ser, assim, aquela que levaria o estado de São Paulo à glória ou à ruína.

Em tal sentido, a educação foi vista como tecnologia-chave para mediar o encontro entre a sociedade e os imigrantes. Nela residia o potencial de tornar estrangeiros em paulistas. E despontava um consenso, independentemente do modelo de sociedade almejado: o caminho para isso seria via educação. Daí emergiu uma variedade de projetos educacionais concorrentes entre si, cada um com seus ideais e práticas. É nesse contexto que se faz possível compreender a formação e a estruturação do sistema público de ensino paulista, o qual seria, também, uma resposta direta à imigração estrangeira.

Toda essa narrativa histórica, entretanto, como vimos, é construída hoje, revelando mais sobre as expectativas contemporâneas do que sobre a realidade passada, pois hoje é a educação que ocupa esse lugar de dualidade na sociedade paulista. Os projetos educacionais anteriores são vistos como expressões de um nacionalismo atroz e de um higienismo racista; empreitadas nas quais residiria a origem de muitas das desigualdades e dos problemas sociais do presente. Simultaneamente, é por meio da educação que hoje se imagina possível remediar as mesmas mazelas que ela causou, pois é nela que repousa a esperança de um futuro igualitário em que a diferença deixaria de ser vista como problema, passando a ocupar o lugar de potência.

No dia 25 de janeiro de 2023, a Prefeitura da cidade de São Paulo promoveu um evento para comemorar os 469 anos da cidade, com o tema *São Paulo, o mundo se encontra aqui*.<sup>24</sup> Como se pode deduzir, as noções de alteridade e de miscigenação parecem ocupar um lugar duplo na sociedade paulista: elas nos privam de uma noção única de origem e apresentam-se como fonte de grande potencialidade. A maior marca da sociedade paulista estaria, assim, justamente em não haver uma característica única, em seu caráter por excelência fragmentário.

---

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/index.php?p=32819>. Acesso em: 4 fev. 2023.



## PÓS-ESCRITO

Para além das dezenas de edições que a obra de Hans Staden rendeu, seus efeitos também podem ser vistos nas interpretações e nos trabalhos que inspirou. Começando por adaptações, que vão do livro infantil *Aventuras de Hans Staden*, escrito por Monteiro Lobato e publicado em 1927, ao filme *Hans Staden*, dirigido por Luiz Alberto Pereira e lançado em 1999, ela também influenciou, de forma indireta, escritores como os poetas indianistas Gonçalves Dias e José de Alencar, em cujas obras haveria (BASTOS, s.d.) referências diretas ao livro de Staden. De modo análogo, apesar de não haver nenhuma menção a Staden no *Manifesto antropófago* de Oswald de Andrade, Raul Bopp (2012) narra um jantar que teve com Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade no qual eles debateram o tema da antropofagia, com evidentes referências a Hans Staden. Dias depois do alegado episódio, Tarsila do Amaral pintaria o quadro *Abaporu* (que em tupi significa “homem que come gente”), reproduzido na capa do manifesto modernista.

Entre as múltiplas obras produzidas sob influência do livro de Staden, destacamos uma, pode-se dizer, menos conhecida. Em 1929, George Macy fundou em Nova York a editora *The Limited Editions Club*; o intuito era produzir luxuosas edições de livros clássicos que deveriam ser ilustradas por artistas de seu país de origem. Em 1940, interessado em produzir uma nova edição da obra de Hans Staden, Macy recorreu ao editor José Olympio, pedindo-lhe que indicasse um artista brasileiro para ilustrar a obra. Olympio indicou Cândido Portinari. O editor novaiorquino, então, visitou uma exposição do artista em Nova York e, encantado com o trabalho de Portinari, escreveu-lhe solicitando que ilustrasse a obra de Staden (FABRIS, 1991; MAJURE, 2012). Aceito o convite, Portinari elaborou 26 desenhos enviados ao editor. Estes, entretanto, desagradaram Macy (1941b, s. p. tradução nossa), que rejeitou as gravuras e, em carta a Portinari, justificou:

Parece-me, portanto, natural que eu esperasse de você uma série de desenhos como aqueles que eu tinha visto e admirado. Agora os desenhos que você me envia não são nada parecidos com eles. Eles não são tão simples, eles não são tão realistas. Tenho certeza de que meus clientes não gostariam deles, não os achariam inteligíveis.

Não obstante, Macy não desistiu de ter Portinari como ilustrador da obra e pediu novos desenhos ao artista que, por sua vez, se recusou a fazê-los. O editor ainda escreveu mais

algumas cartas (MACY, 1941a; 1942), na tentativa de justificar sua recusa das primeiras gravuras e persuadir o pintor brasileiro a não desistir da obra. A insistência não surtiu efeito; o artista desistiu das gravuras e o editor, do livro. A pretendida reedição do livro de Hans Staden, assim, jamais foi publicada.

As ilustrações de Portinari permaneceram longe do público até 1998, quando foram recuperadas e, enfim, publicadas no livro *Portinari devora Hans Staden*, organizado por Mary Lou Paris e Ricardo Ohtake (1998), com financiamento do *Deutsche Bank*, sob amparo da Lei Rouanet e nova tradução – feita da versão original alemã – da obra de Staden; com as ilustrações inéditas de Portinari, bem como dois artigos: um de Ricardo A. Novais, sobre os sentidos do relato do viajante para a historiografia do período colonial brasileiro, e outro de Olívio Tavares de Araújo, sobre o significado da obra de Portinari na história da arte nacional.

\* \* \*

O endereçamento à obra de Hans Staden neste trabalho justifica-se não só pela aposta na ideia de que seu relato demonstra algo de icônico sobre a relação entre autóctones e alóctones em terras brasileiras, mas, também, pela hipótese de que ele explicita uma ideia cara a esta dissertação: o modo como as narrativas que dão os contornos àquilo que hoje entendemos como Brasil estão arraigadas na noção de estrangeiridade. No intuito de defender tal ideia, nos parágrafos seguintes destacaremos alguns pontos que julgamos icônicos na obra de Staden quanto à relação entre nativos e estrangeiros. Antes disso, entretanto, é importante fazer uma consideração: apesar da insistência do próprio Hans Staden em reiterar a veracidade de seu relato ao longo de toda sua obra – a começar pela primeira página, onde as primeiras palavras grafadas são “história verídica” –, atualmente é possível alegar que partes de seu relato são hiperbólicas, se não fantasiosas (SILVA, 2012). Entretanto, tal questão não afeta o argumento proposto aqui, uma vez que nosso interesse reside no valor simbólico da obra, isto é, seus efeitos no que respeita à sua circulação e não sua legitimidade como documento historiográfico.

O primeiro aspecto que nos chama a atenção no relato de Hans Staden é como sua história é mais da ordem do infortúnio do que da glória. Pode-se imaginar que as aventuras de um viajante no século XVI seriam narrativas sobre conquistas e coragem, mas a história contada é de desventuras e angústias. A começar pelas discrepâncias entre os planos e os

acontecimentos factuais: quase todas as jornadas terminam em lugares muito distintos daqueles almejados. Logo no início, sua viagem à América aparece como decorrência de sua impossibilidade de ir à Índia. A segunda expedição parte em direção ao rio da Prata, mas termina em São Vicente. De forma análoga, é possível indagar sobre o sentido do próprio ato da viagem na vida do protagonista. Ao perder o navio para a Índia, ele pede ao estalajadeiro que lhe consiga lugar em qualquer embarcação, independentemente do destino. Hans Staden não viaja por opção, mas pela falta dela.

Outro aspecto relevante concerne aos combates e às alianças entre os povos e as nações com as quais Hans Staden conviveu ao longo de suas viagens. Com exceção do estalajadeiro com quem teve contato logo no início da narrativa, o viajante não encontra nenhum outro compatriota alemão; todas as suas demais aventuras são vividas entre estrangeiros. Nesse sentido, seus aliados e oponentes são sempre definidos de acordo com a circunstância e com o grupo com o qual convive no momento. Em suas aventuras no continente americano, vive entre espanhóis, franceses, portugueses e tupinambás, mas também luta contra portugueses, franceses e tupinambás. Nesse aspecto, sua segunda viagem é icônica: se, por um lado, é por conta de sua aliança com os lusitanos na guerra contra os francófonos que é capturado como um inimigo dos tupinambás, por outro, são os próprios franceses que irão resgatá-lo de seu cárcere e, a bordo de uma embarcação deles, seus últimos dias no continente americano foram marcados por um confronto com os portugueses. Daí desponta: Hans Staden alia-se a todos, pois, em última instância, não se identifica com ninguém. Ele é sempre um estrangeiro em todos os grupos com os quais habita.

Analogamente, a forma como ele é percebido pelos outros também revela sua posição de alteridade. Para os tupinambás que o capturam, os europeus dividem-se em portugueses e franceses, não aceitando que ele possa pertencer a outro grupo. E, apesar de sua aliança com os francófonos, em determinado momento, reiteram como todos os europeus são pouco confiáveis. O próprio francês convocado pelos nativos para avaliar a nacionalidade de Staden atesta que ele é português com base na certeza de que eles não partilham o mesmo idioma. A recíproca também é verdadeira, uma vez que, por exemplo, Hans usa o termo *selvagens* tanto para se referir a todos os grupos de nativos americanos quanto aos escravos trazidos do continente africano. Há pouco espaço para nuances quando se trata da alteridade: ao fim são todos – seja declarada, seja potencialmente – inimigos.

Paradoxalmente, cabe apontar como Hans Staden provavelmente estava entre um dos europeus de seu tempo que melhor conhecia a cultura tupinambá. Parte do sucesso de seu livro deve-se à forma como ele divulgou para o público europeu costumes, rituais e práticas dos, então, misteriosos nativos americanos. Staden vive entre seus captores, aprendendo e se adaptando às suas práticas e ao seu idioma. Pode-se dizer que, em determinado momento, ele tem mais em comum com os tupinambás do que com os europeus, visto que, por exemplo, seu diálogo com os franceses se dá na língua dos nativos, uma vez que é o único idioma comum entre os dois grupos. Não obstante, a despeito do conhecimento e do convívio, é bastante evidente ao longo de todo o relato que a relação de Hans com seus captores é, em sua integralidade, pautada no temor. Desde o primeiro até seu último dia entre eles, Staden é aterrorizado pela ameaça de ser devorado. É verdade que ele conhece e se adapta à cultura de seus captores, mas o faz por sobrevivência. Em nenhum momento transparece qualquer sentimento da ordem da identificação ou do pertencimento. Os rituais daqueles são, para ele, repulsivos. O convívio de Hans Staden com os tupinambás é marcado pelo constante horror e asco.

O relato de Hans Staden foi aqui apresentado, pois, acreditamos, que nele culminam alguns tópicos importantes para pensar a questão do estrangeiro no Brasil. Sua narrativa é marcada por coalizões e embates entre vários grupos de etnias e nacionalidades distintas. Trata-se de uma história sobre o encontro com a diferença, em que o convívio não é pautado por cooperação, compreensão e respeito, mas por ameaça, desconfiança e repulsa, em que as alianças são sempre da ordem da sobrevivência, nunca da vontade. Nesse sentido, se é verdade que o convívio com a alteridade é o sustentáculo da narrativa de Hans, também é evidente que não há nada de conciliatório nela; as diferenças jamais são esquecidas ou relevadas, são apenas circunstancialmente ignoradas em nome de benefícios comuns, mas sempre a um passo de um novo conflito.

Pensando agora o trabalho ilustrativo de Portinari sobre a obra de Hans Staden, refletir sobre o sentido do convite que Macy Ihe fez exige a compreensão da importância e da fama de tal artista em seus dias. Portinari foi ainda em vida um dos nomes mais proeminentes do Modernismo brasileiro. Importantes artistas de seu tempo, como Oswald de Andrade, questionaram a relevância seu trabalho, acusando-o de ser demasiadamente conservador, tanto no âmbito estético (no que diz respeito aos méritos artísticos de suas obras) quanto no político

(em relação a seus modos de retratar o Brasil), para representar o vanguardismo das discussões que estavam ocorrendo no campo artístico nacional. Ainda há aqueles – notadamente os editores da revista literária *Dom Casmurro* – que questionavam como um suposto excesso de atenção à obra de Portinari ofuscava outros artistas que seriam tão, senão mais, importantes quanto ele para retratar a arte nacional, como Tarsila do Amaral, Lasar Segall e Di Cavalcanti (FABRIS, 1990).

Independentemente da discussão sobre a validade de tais críticas ou dos méritos artísticos do trabalho de Portinari, é indiscutível a relevância do artista, no que diz respeito à circulação de seu nome como um dos maiores representantes – tanto no âmbito nacional quanto no internacional – das artes plásticas brasileiras da primeira metade do século XX. Annateresa Fabris (1990) escreveu sobre o *mito Portinari* como uma forma de se referir à fama e à aura que se produziu em torno do artista, defendendo, que parcela significativa das críticas feitas a ele está diretamente ligada à demasia de sua popularidade e à sua deificação.

Obras como *Mestiço* (1934), *O lavrador de café* (1934) e *Café* (1935) concederam fama ao artista – tendo sido a última premiada em uma exposição em Pittsburgh (FABRIS, 1990). Para além da originalidade estética de tais quadros, neles ainda haveria uma temática evidentemente nacional, uma intenção de retratar o povo brasileiro. No caso dos referidos trabalhos, a mestiçagem emerge como uma das características constituintes da população. A figura do sujeito pardo com traços indígenas, africanos e europeus trabalhando na lavoura de café seria icônica no imaginário do que seria um típico sujeito brasileiro. Mas a miscigenação não foi o único tema do artista; alguns de seus trabalhos mais icônicos, como *Retirantes* (1944) e *Criança morta* (1944), apresentariam outras importantes marcas na formação do imaginário do que seriam as camadas populares nacionais; no caso, a miséria e a imigração forçada de famílias fugindo da seca.

A projeção de Portinari tanto no Brasil quanto no exterior levou Gustavo Capanema – à época, titular do Ministério da Educação e da Saúde, no primeiro governo de Getúlio Vargas –, em 1936, a encomendar-lhe alguns afrescos para o Ministério da Educação, o primeiro de uma sequência de outros pedidos feitos por esse Ministério ao artista ao longo dos anos seguintes. Concedeu-se, assim, a Portinari a fama de *pintor oficial* do governo Vargas. Sobre tal relação, Annateresa Fabris (1990, p. 31) escreveu:

É a fama de “pintor moderno” que leva Portinari à posição de “pintor oficial”. O artista é convidado por Gustavo Capanema graças ao prestígio internacional de *Café*, e esse fato não é irrelevante numa época como a década de 30, em que o Brasil estava empenhado em um processo de modernização. Arte moderna para um país moderno. Arte reconhecida internacionalmente para um país em busca de reconhecimento internacional (FABRIS, 1990, p. 31).

Sobre o encontro entre Portinari e Staden, esclarece-se que o primeiro não é só um pintor brasileiro famoso, mas autor de importantes pinceladas no retrato que se pintava do Brasil, sendo um dos responsáveis pela difusão de certa imagem que se propagava do país, e que ainda tem bastante força: de uma terra fundada sobre a mestiçagem, de uma nação formada do encontro entre culturas distintas, em que a própria noção de nacional tem o estrangeiro em sua gênese. Staden, por sua vez, relata as origens do país que conhecemos hoje como Brasil, sendo que sua história carrega algo de fundador, na medida em que relata de modo direto o encontro entre nativos e estrangeiros nas primeiras décadas da colonização. Nesse sentido, pode-se dizer que não é de surpreender que Portinari tenha aceito o convite de Macy para fazer as novas ilustrações para o relato do viajante alemão: uma história brasileira para um artista preocupado em retratar o que seria o brasileiro.

Daí despontam algumas das teses caras a este trabalho. O relato de Staden parece-nos icônico para pensar o Brasil partindo do encontro com a diferença. Isso porque ele, a nosso ver, afasta qualquer ilusão de um acordo pacífico de mestiçagem, de um encontro solene entre povos diferentes. A história de Staden é, antes de tudo, sobre sobrevivência e antropofagia; o encontro com a diferença nunca aparece como uma escolha, mas como a falta desta. A viagem, o destino, os companheiros, as alianças e as batalhas, todas essas dimensões aparecem na narrativa do alemão como as que foram possíveis diante das adversidades que enfrentava no momento.

De modo análogo, se o relato do Staden tem alguma força para pensar o nacional, é justamente na medida em que ele escancara a artificialidade e o caráter quebradiço de tal noção. O viajante não se identifica com ninguém, e todas as suas alianças são formadas com base em uma questão de sobrevivência, sendo a maioria delas em virtude de um inimigo comum. Nenhuma delas se dá *a priori*, como resultado de um imaginário partilhado que antecede o encontro. Todos são, para ele, estrangeiros.

## FONTES

- ARAGÃO, Ediógenes. Raça, nação, classe e a educação para o trabalho: a marginalização do trabalhador nacional livre na primeira industrialização em São Paulo (1880-1920). **Pro-Posições**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 147-175, maio/ago. 2003.
- AUGUSTI, Valquiria Maria. Germano F.E. Melchert, médico e político: trajetória pública de um imigrante alemão no Brasil da Primeira República. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 20, n. 51, p. 78-88, maio/ago. 2000.
- BAHIA, Joana. O “espírito do comentário” – a ideia de educação e de cultura como demarcadores étnicos. **Educação**, Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 129-146, jan./abr. 2009.
- BAHIA, Joana. A “lei da vida”: confirmação, evasão escolar e reinvenção da identidade entre os pomeranos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 69-82, jan./jun. 2001.
- BARAUSSE, Alberto. “Una impronta di italianità”: os livros didáticos para as escolas étnicas italianas no Brasil entre o liberalismo e o fascismo. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 18, n. 2, p. 329-350, maio/ago. 2019.
- BARBOSA, Manuel. Educação e desafios da multiculturalização: uma pedagogia da sociedade civil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 993-1023, set./dez. 2010.
- BARTLETT, Lesley; RODRÍGUEZ, Diana; OLIVEIRA, Gabrielle. Migração e educação: perspectivas socioculturais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1153-1171, dez., 2015.
- BASTOS, Alexandre Marucci; SOUZA, Claudio Benedito Gomide de. A educação no contexto diacrônico de antigos núcleos coloniais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 7, n. 3, p. 2-14, jul./set. 2012.
- BIANCHINI, Paolo. Pátria, raça e civilização. As instruções para uma emigração de sucesso nos manuais de Geografia italianos entre o final do Século XIX e o início do XX. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 18, n. 2, p. 309-328, maio/ago. 2019.
- BITTENCOURT, Agueda Bernardete. A era das congregações – pensamento social, educação e catolicismo. **Pro-Posições**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 29-59, set./dez. 2017.
- CANTUARIA, Adriana Lech. Das escolas de imigrantes aos colégios internacionais: a constituição do espaço das escolas internacionais em São Paulo 1878-1978. **Pro-Posições**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 39-60, 2016.
- CARMONA, Marina Garcia; LACÁRCEL, Alfonso Conde. Estudio de caso sobre la integración socio-educativa de familias inmigrantes en Granada (España). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 3, p. 1073-1090, jul./sep. 2016.
- CARREIRA, André Luiz Rodrigues. Entre hinos, bandeiras e heróis: imigração europeia, classe operária e a constituição da nacionalidade nos grupos escolares da cidade de Santos. **Horizontes**, Itatiba, v. 32, n. 2, p. 101-108, jul./dez. 2014.
- CASTRO, José Guilherme de Oliveira; OLIVEIRA, Elaine Ferreira de; POSSAS, Hiran de Moura. Folhas volantes: o cordel encantado como saber cultural e prática educativa no Nordeste na Amazônia Paraense. **Revista Cocar**, Belém, Edição Especial, n. 5, p. 235-255, jan./abr. 2019.
- CERDEIRA, Luisa; MACHADO-TAYLOR, Maria de Lourdes; PATROCÍNIO, Tomás; CABRITO, Belmiro. “Exportar” mão-de-obra qualificada a custo zero: quanto perde Portugal com a “fuga de cérebros”? **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 53, n. 39, p. 45-75, set./dez. 2015.

COLLINS, James. Práticas de letramento, antropologia linguística e desigualdade social: casos etnográficos e compromissos teóricos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1191-1211, dez., 2015.

CORREA, Rosa Lydia Teixeira. Urbanidade e disciplinarização e o imigrante italiano nas relações sociais: o Método Facile. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 17, p. 177-196, jan./jun. 2001.

COSTA, Ana Bénard da. Emigração de quadros, formação superior e desenvolvimento: o caso de Moçambique. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 127-145, jan./abr. 2009.

COSTA, Graça dos Santos. Educação e imigração: oficinas interculturais como dispositivos para apoiar a participação das famílias imigrantes. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 12, n. 22, p. 39-61, maio/ago. 2016.

CUEVAS, Cecilia Aguayo. Hacia una ética intercultural para la atención de salud primaria con migrantes: desafíos para profesionales del mundo social. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 43, p. 172-190, set./dez. 2012.

CUNHA, Maria Isabel da; VOLPATO, Gildo; ROCHA, Maria Aparecida Marques; PINTO, Marinalva Moog. Estudantes africanos em universidades brasileiras: os desafios da internacionalização “às avessas”. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 469-480, set./dez. 2017.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: Elementos para a história da educação brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 72, p. 43-72, jul./set. 2000.

DIAS, Elaine Teresinha Dal Mas; SOUZA NETO, João Clemente. Diversidade cultural no espaço escolar: implicações no ensino, na aprendizagem e nos processos de subjetivação. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 48, p. 51-70, jan./mar. 2019.

DIAS, Nilta. Crianças e jovens brasileiros no Japão: educação, cultura e inquietudes. **Quaestio**, Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 607-629, dez. 2017.

DIEHL, Vera Regina Oliveira; MOLINA NETO, Vicente. Fluxo Migratório e a Ação Pedagógica dos Professores de Educação Física. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 253-278, maio/ago. 2010.

DINIZ, Aires Antonio. Damião Francisco Alves de Moura – o Rio Grande do Sul e a guarda. **História da Educação**, Pelotas, v. 9, n. 18, p. 47-57, jul./dez. 2005.

DREHER, Martin N. Notas para uma história da educação protestante no Brasil. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 4, n. 6, jan./jun. 2000.

FARIA, Margarida Lima de. Cooperação no âmbito do ensino superior: ser estudante angolano em universidades portuguesas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 45-63, jan./abr. 2009.

FERREIRA DA SILVA, Gilberto. Sociedade Multicultural: educação, identidade(s) e cultura(s). **Educação**, Porto Alegre, ano XXVII, v. 27, n. 2, p. 283-302, mai./ago. 2004.

FONSECA, Dagoberto José. A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolanos no Brasil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 23-44, jan./abr. 2009.

FONTALVO, Iván Manuel Sánchez; MEJÍA, Yhorirzinio Alberto Moreno; NIEBLES, José Antonio Mendoza. Currículo Intercultural para proponer una escuela como territorio de paz. La-Salle – **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 23, n. 3, p. 09-23, nov. 2018.



FREITAS, Marcos Cezar de; SILVA, Ana Paula. Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: adaptação, vulnerabilidades e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 157, p. 680-702, jul./set. 2015.

FRIETZEN, Maristela Pereira; EWALD, Luana. “Bílingue? Só se eu tivesse um curso ou escrevesse diariamente”: considerações sobre bilinguismo e educação em um contexto de línguas de imigração. **Atos de pesquisa em educação**, Blumenau, v. 6, n. 1, p. 146-163, jan./abr. 2011.

GIEBELER, Cornelia Ribes. Construções sobre a infância em processos migratórios transnacionais: Gêneros e espaços para políticas de identidade? **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 31, p. 235-254, maio/ago. 2013.

GIMÉNEZ, Mercedes Blanchard. El alumnado inmigrante ¿tiene un rendimiento inferior al alumnado autóctono? **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 6, p. 129-152, jan./jun. 2009.

GONDIN, Janaina Silva; PINEZI, Ana Keila Mosca. Língua, identidade e alteridade: um estudo sobre as relações entre alunos brasileiros e bolivianos em uma escola paulistana. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 38, n. 4, p. 01-17, out./dez. 2020.

GONDIN, Janaina Silva; PINEZI, Ana Keila Mosca; MENEZES, Marilda Aparecida de. Alteridade e interculturalidade na escola: um estudo etnográfico sobre estudantes bolivianos em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 101, n. 259, p. 607-626, set./dez. 2020.

GOUVEA, Maria Cristina Soares; NICÁCIO, Karina. Escolarização e territorialidade na cidade republicana: Belo Horizonte (1897-1912). **História da Educação**, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 377-396, jan./abr., 2017.

GROSSI, Patricia Krieger. Mulheres imigrantes que sofreram violência conjugal: reflexões sobre a rede de relações. **Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 143-165, nov. 2001.

GUTIÉRREZ, Xosé Manuel Malheiro. Inmigración, escuela y construcción nacional: algunas notas sobre la República Argentina. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 17, n. 3, p. 855-882, set.-dez. 2018.

HOLM, Carla Caroline; CARDOZO, Poliana Fabíula. O uso da língua como fator para a (re)afirmação da identidade étnica: experiências em Colônia Witmarsum. **Horizontes**, Itatiba, v. 33, n. 2, p. 89-98, jul./dez. 2015.

KASIMOĞLU, Sinem. Social problems in global migration: the case of TRNC. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 34, p. 597-607, 2019.

KAWAMURA, Lili. K. O processo educativo dos brasileiros no Japão. **Pro-Posições**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 64-84, 1995.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 159-176, set./dez. 2000a.

KREUTZ, Lúcio. Imigração alemã e processo escolar na Argentina, no Brasil e no Chile, de 1824 a 1939. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 4, n. 6, p. 23-36, jan./jun. 2000b.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. Mobilização do trabalho e escolarização no processo de modernização em comunidades rurais no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil). **Perspectiva**, Florianópolis, v. 38, n. 4, p. 01-23, out./dez. 2020.

LÓPEZ, Aristeo Santos; GARCÍA, María del Carmen Farfán; PALLATO, Abril Sandoval. La cuota de académicos extranjeros en La universidad: una mirada de género. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 18, n. 1, p. 136-150, jan./jun. 2011.

LUCHESE, Terciane Ângela. Da Itália ao Brasil: indícios da produção, circulação e consumo de livros de leitura (1875-1945). **História da Educação**, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 123-142, jan./abr. 2017.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio; XERRI, Eliana Gasparini. Escolas étnico-comunitárias italianas no Rio Grande do Sul: entre o rural e o urbano (1875-1914). **Acta Scientiarum, Education**, Maringá, v. 36, n. 2, p. 211-221, jul./dez. 2014.

MAGALHAES, Giovanna Modé; SCHILLING, Flávia. Imigrantes da Bolívia na escola em São Paulo: fronteiras do direito à educação. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 43-63, jan./abr. 2012.

MARCONDES, Maria Edith Romano Siems. Educação especial em Roraima: impacto dos processos migratórios na constituição da área. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 51, p. 123-143, jan./mar. 2017.

MASCHIO, Elaine Cátia Falcade; PRADO, Eliane Mimesse. Entraves no ensino da língua portuguesa nas escolas italianas privadas curitibanas e paulistanas (1883-1907). **História da Educação**, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 85-100, jan./abr. 2017.

MATOS, Doris Cristina Vicente da Silva; PERMISÁN, Cristina Goenechea. Educação intercultural e formação de professores em contexto espanhol para alunos imigrantes. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 4, p. 1093-1108, out./dez. 2016.

MERÇON, Aline Bazzarella; RODRIGUES, Manuel Ferreira; SANTOS, Nobre dos. Migrações entre Brasil e Portugal – educação, diversidade e integração. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 153-168, maio/ago. 2012.

MIMESSE, Eliane; MASCHIO, Elaine Cátia Falcade. O início da escolarização primária no final do século XIX em dois nú PANIZZOLO cleos coloniais italianos. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 27, p. 109-118, jul./dez. 2009.

MIZEN, Phil; OFOSU-KUSI, Yaw. Agência como vulnerabilidade: explicando a ida das crianças para as ruas de Acra. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 20, n. 41, p. 81-101, jan./abr. 2014.

MONTEAGUDO, José González; SERRATO, Miriam Zamora. Los profesores y los desafíos de las diversidades y de las migraciones en España: formación y políticas educativas. **Revista de Educação Pública**, v. 28, n. 68, p. 275-296, maio/ago. 2019.

MONTEIRO, Miguel Corrêa. O ensino numa escola plural. **Revista da FAEEDA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 23, n. 42, p. 153-162, jul./dez. 2014.

MONTENEGRO, Ana María; MÉNDEZ, Jorgelina. Estado, política migratoria y escuela pública: mediaciones desde los libros de lectura (Argentina, Buenos Aires, 1853-1955). **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 51, p. 17-39, jan./mar. 2017.

MORAES, Ana Cristina; SILVA, João Pereira da; LEITE, Maria Cleide da Silva Ribeiro. O estágio curricular supervisionado: interface escola/universidade mediada por alunos estrangeiros. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 43, p. 175-195, dez. 2020.

MORAES, José Damiro de. A educação libertária na bagagem dos imigrantes: uma trajetória no Brasil. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 8, p. 28-39, jun. 2000.

MOTA, Kátia Santos. Aulas de português fora da escola: famílias imigrantes brasileiras, esforços de preservação da língua materna. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 24, n. 63, p. 149-163, maio/ago. 2004.

MUNARO, Jacqueline Graff. La adaptación de los alumnos inmigrantes: factores importantes para la educación. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 32, n. 1, 237-255, jan./abr. 2014.

NAIDITCH, Fernando. Educação bilíngue e multiculturalismo: O exemplo americano. **Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p. 133-147, jan./abr. 2007.

NASCIMENTO, Dorval do. Nacionalização do ensino catarinense na Primeira República (1911-1920). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 123-143, set./dez. 2009.

NASCIMENTO, Maria Leticia; MORAIS, Carolina Grandino Pereira de. (In) visibilidade das crianças imigrantes na cidade de São Paulo: questões para pensar a cidadania da pequena infância. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 27, n. 2, p. 437-458, maio/ago. 2020.

NOVARO, Gabriela. Familias, asociaciones y escuelas: tensiones en las identificaciones nacionales de niños migrantes. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 21, n. 44, p. 77-93, jan./abr. 2015.

NOZAKI, Izumi. Escolarização de crianças brasileiras migrantes no Japão: política de inserção escolar e currículo. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 24, n. 56, 379-403, maio/ago. 2015.

OKAMOTO, Monica Setuyo. A educação ultranacionalista japonesa no pensamento dos nipo-brasileiros. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 55, p. 225-243, maio/ago., 2018.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. Ginásio estadual de Tangará da Serra: tempo e espaço na ocupação recente de Mato Grosso (1968-1976). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 9, n. 2, p. 377-396, jul./dez. 2010.

OLIVEIRA, Leunice Martins de. Multiculturalismo e educação intercultural. **La-Salle – Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 13, n. 1, p. 49-72, jan./jun. 2008.

PAGANI, Carlo. Ensino elementar no Brasil e na Itália: o caso dos imigrantes italianos na escola de Cascatinha (Petrópolis, estado do Rio de Janeiro) **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 36, n. 2, p. 243-253, jul./dez., 2014.

PANIZZOLO, Claudia. A escola étnica na cidade de São Paulo e os primeiros tons de uma identidade italiana (1887-1912). **História da Educação**, Santa Maria, v. 24, e91636, jan./dez. 2020.

PANIZZOLO, Claudia. Livros de leitura e a construção da identidade nacional de crianças italianas e descendentes (São Paulo no início do século XX). **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 41, e45486, 2019a.

PANIZZOLO, Claudia. Scuole italiane all'estero: livros de leitura para as escolas italianas no Brasil (São Paulo/SP-1911-1931). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 18, n. 2, p. 351-367, mai./ago. 2019b.

PENTINI, Anna Aluffi. Una rilettura interculturale del concetto di spazio potenziale di Donald Winnicott. Analisi di un'esperienza educativa italiana. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 68, p. 289-303, mar./abr. 2018.

PEREIRA, Adriana Aparecida Alves da Silva; SANDANO, Wilson. Caracterização da clientela do Grupo Escolar “Padre Anchieta”: um olhar sobre as práticas escolares (1934-1976). **Série-Estudos**, Campo Grande, n. 40, p. 323-348, jul./dez. 2015.

PORTES, Antônio; SANTOS, Apolliane Xavier Moreira dos. Aspectos da educação e do êxodo rural em Minas Gerais (1950-1970). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 407-417, jul./dez. 2012.

PRADO, Eliane Mimesse. O infausto cotidiano dos pequenos ítalo-brasileiros em um antigo núcleo colonial no princípio do século XX. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 12, n. 2, p. 483-502, jul./dez. 2013.

PRADO, Eliane Mimesse. Embates acerca do ensino nas escolas elementares paulistanas nos anos iniciais do século XX. **Revista Angelus Novus**, São Paulo, Ano VI, n. 10, p. 87-104, 2015a.

PRADO, Eliane Mimesse. O convívio concomitante e frugal das escolas elementares públicas e privadas paulistanas. **Educar em revista**, Curitiba, n. 58, p. 183-198, out./dez. 2015b.

QUITZAU, Evelise Amgarten. Entre a ginástica e o esporte: educação do corpo e manutenção da identidade nas sociedades ginásticas teuto-brasileiras. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, e217174, 2019.

QUITZAU, Evelise Amgarten; SOARES, Carmen Lúcia. O ideário de vida ao ar livre nas sociedades ginásticas teuto-brasileiras (1880-1938). **Pro-Posições**, Campinas, v. 30, e20170019, 2019.

RACY, Joaquim Carlos; SILVA, Everton de Almeida. Indústria e universidade: a cooperação internacional e institucional e o protagonismo da mobilidade estudantil nos sistemas de inovação da Alemanha. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 569-584, abr./jun. 2017.

RICO, Antón Costa. Emigrantes, escuelas y regeneración social: los emigrantes gallegos a América y el impulso a la educación (1879-1936). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 13-45, jan./abr. 2012.

RODRIGUES, Maysa Gomes. Escolas italianas em Minas Gerais: organização, currículo e relações sociais. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 36, n. 2, p. 255-265, jul./dez., 2014.

ROGERS, Rebecca. Congregações femininas e difusão de um modelo escolar: uma história transnacional. **Pro-Posições**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 55-74, jan./abr. 2014.

ROHDEN, Josiane Brolo; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. Do Sul para o Centro-Oeste: a saga de migrantes sulistas para o norte de Mato Grosso – histórias de muitas vidas e de uma escola “inventada” (1973-1979). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 13, n. 1, p. 335-356, jan./jun. 2014.

ROSSA, Lya Amanda; MENEZES Marilda Aparecida de. Entre Kinshasa, Luanda e São Paulo: migração e educação nas trajetórias de solicitantes de refúgio angolanas no Brasil. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 38, n. 4, p. 01-22, out./dez. 2020.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de; PERIN, Clailton Lira; BECK, Katia Maria Kunntz. Escolarização da infância em cidades de colonização recente de Mato Grosso. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 51, p. 61-79, jan./mar. 2017.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de; ROHDEN, Josiane Brolo. A criança e a escola da floresta: história da escolarização da infância na cidade de Sinop – Mato Grosso (1973-1979). **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 47, n. 33, p. 135-154, set./dez. 2013.

SANI, Roberto. Entre as exigências pastorais e a preservação da identidade nacional: a Santa Sé e a emigração italiana para o exterior entre o oitocentos e novecentos. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 143-185, jan./abr. 2017.

SANTIAGO, Flávio; SOUZA, Márcia Lúcia Anacleto de; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Pedagogia da infância no Brasil e na Itália: a criança em contextos interculturais marcados historicamente pelo racismo. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 51, e13481, out./dez. 2019.

SANTOS, Ademir Valdir dos; CECCHETTI, Elcio. A presença de Lutero no Brasil: o poder da fé, a imigração alemã e a educação. **Comunicações**, Piracicaba, v. 25, n. 2, p. 283-305, maio/ago. 2018.

SANTOS, Hercules Pimenta dos. Minorias étnicas e educação: o colégio Arnaldo Jansen de Belo Horizonte - MG (1912-1947). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 03, p.63-88, set. 2013.

SILVA, Adriana Aparecida Alves da; SANDANO, Wilson. Aspectos das práticas escolares da escola de Língua Japonesa e Internato de Pilar do Sul: rituais e festas. **Série-Estudos**, Campo Grande, n. 36, p. 221-236, jul./dez. 2013a.

SILVA, Adriana Aparecida Alves da; SANDANO, Wilson. O campo e a cultura escolares de Pilar do Sul e a imigração japonesa (1934-1976). **Quaestio**, Sorocaba, v. 15, n. 2, p. 191-206, dez. 2013b.

SILVA, Clara. Ensinar e aprender a língua de acordo com o contexto migratório. O caso da Itália. **Educação**, Santa Maria, v. 44, n. 1, p. 1-17, jan./dez. 2019.

SILVA, Gilberto Ferreira da; RODRÍGUEZ, Flor Ángeles Cabrera. Educação intercultural em movimento: revisitando um conceito a partir do trabalho de investigação em grupo. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 121-139, jan./abr. 2011.

SILVA, Kelly; MORAIS, Sara Santos. Tendências e tensões de sociabilidade de estudantes dos Palop em duas universidades brasileiras. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 163-182, jan./abr. 2012.

SILVA, Nilce da. Pluralidade cultural, migração e o ensino da língua portuguesa no Ensino Fundamental. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 12, n. 19, p. 173-180, jan./jun., 2003.

SILVA, Rita de Cássia da Cruz; MINVIELLE, Régis. A presença dos fundamentos da pedagogia social no ensino de língua portuguesa para migrantes e refugiados em São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, n. 2, p. 107-127, abr./jun., 2019.

SIMIONATO, Marta Maria; MESKOW, Helena. A presença da cultura e do dialeto ucraniano na aquisição de leitura por crianças bilíngues. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 14, n. 1, Passo Fundo, p. 117-131, jan./jun. 2007.

SOUZA, Sauloéber Társio de Souza; SILVEIRA, Daiane de Lima Soares. Vidas escolares entrecruzadas por itinerários migratórios: cultura e identidade de nordestinos no Triângulo Mineiro. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 38, n. 4p. 01-24, out./dez. 2020.

SOUZA, Sauloéber Társio de. Educação escolar e processos migratórios no pontal mineiro (décadas - 1950 a 1990). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 641-666, jul./dez. 2012.

SOUZA, Sauloéber Társio de Souza. Diversidade Étnico-Cultural e Educação no Pontal de Minas Gerais. **Horizontes**, Itatiba, v. 29, n. 2, p. 93-107, jul./dez. 2011.

SPINASSÉ, Karen Pupp. Duas faces do ensino do alemão como língua estrangeira no Brasil. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 81, p. 61-79, ago. 2009.

SUBUHANA, Carlos. A experiência sociocultural de universitários da África Lusófona no Brasil: entremeando histórias. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 103-126, jan./abr. 2009.

TAL, Tzvi. Práxis Educativa. Multiculturalismo y cine – una propuesta pedagógica en torno a imágenes de imigrantes en cine israelí actual. Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 45-57, jan./jun. 2006.

TEDESCO, João Carlos; GRZYBOVSKI, Denize. Senegaleses no norte do Rio Grande do Sul: integração cultural, trabalho e dinâmica migratória internacional. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 18, n. 2, Passo Fundo, p. 336-355, jul./dez. 2011.

TEDESCO, João Carlos; MACIEL, Elizabeth Nunes. Imigração e educação: desafios interculturais. Aspectos sensíveis da emigração de trabalhadores brasileiros para a Itália. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 15, n. 2, p. 155-167, jul./dez. 2008.

TEJERINA, Jorge Castro; GUTMAN, Irina Rasskin. A (re)estabilização identitária do professor no contexto do ensino de história na Espanha. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 32, n. 88, p. 285-301, set./dez. 2012.

TEOBALDO, Mirta; GARCIA, Amelia Beatriz. La educación entre la inmigración y el nacionalismo (1884-1930). **História da Educação**, Pelotas, v. 4, n. 7, p. 75-90, jan./jun. 2000.

TOMÉ, Cristinne Leus; ROHDEN, Josiane Brolo. O discurso do progresso e a educação na história de Sinop – Mato Grosso: “Como é bom alargar fronteiras de nossa pátria!”. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 21, n. 52, p. 312-334, maio/ago. 2017.

VENDRAMINI, Célia Regina; HOYOS, Claudia Janet Cataño; QUEIROZ, Janaina Gulart Oliveira de; PEREIRA, Larissa Livramento. Migração, trabalho e escolarização de jovens em diferentes percursos escolares. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 38, n. 4, p. 01-23, out./dez. 2020.

VIEIRA, César Romero Amaral. Americanismo x iberismo: a influência do modelo educacional norte-americano no final do século XIX. **Horizontes**, Itatiba, v. 26, n. 1, p. 21-30, jan./jun. 2008.

VIEIRA, César Romero Amaral. Contribuições protestantes à reforma da educação pública paulista. **Comunicações**, Piracicaba, v. 9, n. 1, p. 256-274, jun. 2002.

VILAS-BÔAS, Ester Fraga. A influência da pedagogia norte-americana na educação em Sergipe e na Bahia: reflexões iniciais. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 1, n. 2, p. 9-38, jul./dez. 2001.

VILLODRE, María del Mar Bernabé. ¿Componer y educar interculturalmente es posible? Experiencias desde el sistema educativo español. **Educación e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e187243, 2019.

VIRTUOSO, Tatiane dos Santos; RABELO, Giani. Escolas étnicas italianas: Urussanga como principal centro ítalo-brasileiro catarinense no início do século XX. **Acta Scientiarum, Education**, Maringá, v. 37, n. 1, p. 65-77, jan./mar. 2015.

WIESER, Lothar; KRUGER, Michael. Educação física, ginástica, jogos e esporte no Brasil: o impacto alemão. **Educación em Revista**, Belo Horizonte, v.35, e218011, jan./dez. 2019.

YADE, Juliana de Souza Mavoungou. Territórios negros: migrações e reterritorialização do espaço urbano periférico. **Comunicações**, Piracicaba, v. 21, n. 1, p. 167-190, jan./jun. 2014.

ZAGO, Nadir. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 61-78, jan./mar. 2016.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado (ensaios de teoria da história). Curitiba: Editora Appris, 2019.
- ALESP (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo). **Lei nº 28 de 29/03/1884**. 1884. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/138408>. Acesso em: 11 jul. 2019.
- ALVES, Judith Alda. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 81, p. 53-60, maio 1992.
- ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 215-288. (História da vida privada no Brasil, vol. 3).
- ANUÁRIOS do Ensino. **Arquivo público do estado de São Paulo**, 2021. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/anuarios\\_ensino](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino). Acesso em: 5 maio 2021.
- AQUINO, Julio Groppa. A difusão do pensamento de Michel Foucault na educação brasileira: um itinerário bibliográfico (1990-2016). In: AQUINO, Julio Groppa. **Educação pelo arquivo**: ensinar, pesquisar, escrever com Foucault. São Paulo: Intermeios, 2019a. p. 199-222.
- AQUINO, Julio Groppa. Dos usos de *Vigiar e punir* na pesquisa educacional brasileira (1990-2013). In: AQUINO, Julio Groppa. **Educação pelo arquivo**: ensinar, pesquisar, escrever com Foucault. São Paulo: Intermeios, 2019b. p. 271-281.
- AQUINO, Julio Groppa. Educação e biopolítica: um panorama da produção acadêmica brasileira no campo educacional (2001-2016). In: AQUINO, Julio Groppa. **Educação pelo arquivo**: ensinar, pesquisar, escrever com Foucault. São Paulo: Intermeios, 2019c. p. 199-222.
- AQUINO, Julio Groppa. Foucault e a pesquisa educacional brasileira: depois de duas décadas e meia (1990-2015). In: AQUINO, Julio Groppa. **Educação pelo arquivo**: ensinar, pesquisar, escrever com Foucault. São Paulo: Intermeios, 2019d. p. 223-252.
- AQUINO, Julio Groppa; VAL, Gisela Maria do. Uma ideia de arquivo: contributos para a pesquisa educacional. **Pedagogía y Saberes**, Bogotá, Colômbia, n. 49, p. 41-53, 2018.
- AQUINO, Julio Groppa. Não mais, mas ainda: experiência, arquivo, infância. **Childhood & philosophy**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 179-200, jan./abr. 2016.
- AQUINO, Julio Groppa; SANTOS, Flávio Tito Cundari da Rocha. Foucault e a História da educação brasileira: dos usos possíveis do procedimento genealógico. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 392-408, maio/ago. 2020.
- ARTIÈRES, Philippe. A exatidão do arquivo. In: ARTIÈRES, P. et al. **Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 137-141.
- ATENCIÓN Primaria de Salud en Chile. **Casiopea**, 2012. Disponível em: [https://wiki.ead.pucv.cl/index.php/Atenci%C3%B3n\\_Primary\\_de\\_Salud\\_en\\_Chile](https://wiki.ead.pucv.cl/index.php/Atenci%C3%B3n_Primary_de_Salud_en_Chile). Acesso em: 15 fev. 2021.
- AZANHA, José Mario Pires. Democratização do ensino: vicissitudes da ideia no ensino paulista. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 30, p. 13-20, set. 1979.
- BASTOS, Alcmemo. **Hans Staden e o modernismo brasileiro**: a antropofagia em questão. Sem data. Disponível em: <http://www.alcmemo.com/html/textos/texto02.PDF>. Acesso em: 23 abr. 2022.

BOPP, Raul. **Movimentos modernistas no Brasil: 1922-1928**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2012.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BOTO, Carlota. Nacionalidade, escola e voto: a liga nacionalista de São Paulo. **Perspectivas**, São Paulo, v. 17-18, p. 145-163, 1994/1995.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm). Acesso em: 10 abr. 2021.

CARNEIRO, J. Fernando. **Imigração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro, Universidade do Brasil - Faculdade Nacional de Filosofia, Cadeira de Geografia do Brasil, publicação avulsa n. 2, 1950.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Sampaio Dória**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

CASTRO, Edgardo. Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CONCHA, Joe. Fox's Hemmer slams Ocasio-Cortez: 'Does she not owe every Jew on this planet an apology?'. **The Hill**, Washington, jun. 2019. Disponível em: <https://thehill.com/homenews/media/449082-foxs-hemmer-slams-ocasio-cortez-does-she-not-owe-every-jew-on-this-planet-an/>. Acesso em: 5 nov. 2022.

COSTA, Ana Maria Catelli Infantosi da. **A escola na República Velha: expansão do ensino primário em São Paulo**. São Paulo: EDEC, 1983.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915**. São Paulo: Arquivo Público do estado de São Paulo, 2013.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992.

DEMARTINI, Zelia de Brito Fabri. Imigração e educação: discutindo algumas pistas de pesquisa. **Pro-Posições**, Campinas, v. 15, n. 3, p. 215-228, set./dez. 2004.

DEPAEPE, Marc; SMEYERS, Paul. Educacionalização como um processo de modernização em curso. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 34, n. 3, p. 753-768, set./dez. 2016.

DICKERSON, Caitlin. "There Is a Stench": Soiled Clothes and No Baths for Migrant Children at a Texas Center. **The New York Times**, New York, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/06/21/us/migrant-children-border-soap.html> Acesso em: 20 dez. 2020.

DÓRIA, Antonio de Sampaio. Contra o analfabetismo - Carta aberta ao Dr. Oscar Thompson. In: **Anuário do ensino do estado de São Paulo**. São Paulo: Augusto Siqueira & Cia, 1918. p. 58-65. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/anuarios\\_ensino](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/anuarios_ensino). Acesso em: 15 fev. 2020.

EWALD, François; HARCOURT, Bernard. Situação do curso. In: FOUCAULT, Michel. **Teorias e instituições penais: curso no Collège de France (1971-1972)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020. p. 221-257.

FABRIS, Annateresa. **Portinari, pintor social**. São Paulo: Perspectiva; Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 1990.



FABRIS, Anna Teresa. **Portinari ilustrador de Staden**: O “sentido do lugar”. Projeto Portinari, 1991. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/#/acervo/documento/8021>. Acesso em: 29 abr. 2022.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2017.

FARGE, Arlette; FOUCAULT, Michel. **Disorderly families**: Infamous Letters from the Bastille Archives. Mineápolis, Londres: University of Minnesota Press, 2016.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2008.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Guerra civil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2001.

FOUCAULT, Michel. A tecnologia política dos indivíduos. In: FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. p. 301-3018. **(Ditos e Escritos – V)**.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 203-222. **(Ditos e Escritos – IV)**.

FOUCAULT, Michel. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. In: FOUCAULT, Michel. Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 335-351. **(Ditos e Escritos – IV)**.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. Entrevista com Michel Foucault. In: FOUCAULT, Michel. Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a. p. 192-210. **(Ditos e Escritos – VII)**.

FOUCAULT, Michel. A política da saúde no século XVIII. In: FOUCAULT, Michel. Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011b. p. 357-373. **(Ditos e Escritos – VII)**.

FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Medicina Social. In: FOUCAULT, Michel. Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011c. p. 402-424. **(Ditos e Escritos – VII)**.

FOUCAULT, Michel. As malhas do poder. In: FOUCAULT, Michel. Segurança, penalidade e prisão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 168-188. **(Ditos e Escritos – VIII)**.

FOUCAULT, Michel. Resposta a uma questão. In: FOUCAULT, Michel. Repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a. p. 1-24. **(Ditos e Escritos – VI)**.

FOUCAULT, Michel. Crescer e multiplicar. In: FOUCAULT, Michel. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013b. p. 267-272. **(Ditos e Escritos – II)**.

FOUCAULT, Michel. Retornar à história. In: FOUCAULT, Michel. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013c. p. 296-310. **(Ditos e Escritos – II)**.

FOUCAULT, Michel. A psicologia de 1850 a 1950. In: FOUCAULT, Michel. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a. p. 133-151. (**Ditos e Escritos – I**).

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**: na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 2014b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2014c.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015a.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**: curso no Collège de France (1972-1973). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015b.

FOUCAULT, Michel. A “governamentalidade”. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015c. p. 275-298. (**Ditos e Escritos – IV**).

FOUCAULT, Michel. “Omnes et singulatum”: uma crítica da razão política. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015d. p. 349-378. (**Ditos e Escritos – IV**).

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**: curso no Collège de France (1980-1981). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019, p. 55-86.

FOUCAULT, Michel. Teorias e instituições penais: curso no Collège de France (1971-1972). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

FUCHS, Eckhardt; VERA, Eugenia Roldán. The Transnational in the History of Education. In: FUCHS, Eckhardt; VERA, Eugenia Roldán. (Orgs.). **The Transnational in the History of Education: Concepts and Perspectives**. Palgrave, 2019. p. 1-47.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GREEN, Mark. Rep. Mark Green: AOC is all wrong about border facility conditions – I know because I went to the same place. **Fox News**, New York, 2019. Disponível em: <https://www.foxnews.com/opinion/aoc-border-facility-conditions-rep-mark-green> Acesso em: 5 nov. 2022.

HARCOURT, Bernard. Situação do curso. In: FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**: curso no Collège de France (1972-1973). São Paulo: WMF, 2015, p. 241-281.

KELLY, Caroline. Ocasio-Cortez compares migrant detention facilities to concentration camps. **CNN**, Atlanta, jun. 2019. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2019/06/18/politics/alexandria-ocasio-cortez-concentration-camps-migrants-detention/index.html>. Acesso em: 5 nov. 2022.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**: A Imigração em Massa Para a América Latina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 1999. p. 13-32.

KOWALEWSKI, Daniele Pechuti. **Experiência-Brasil**: diversidades, diferenças, educação. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 468. 2014.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. M. T., FARIA FILHO, L. M., VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 347-370.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade**: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LEWAK, Doree. ‘Nobel Prize in stupidity’: Holocaust survivor wants AOC out of Congress. **New York Post**, New York, jun. 2019. Disponível em: <https://nypost.com/2019/06/29/nobel-prize-in-stupidity-holocaust-survivor-wants-aoc-out-of-congress/> Acesso em: 13 nov. 2022.

LIMA, Geraldo Gonçalves de; GATTI JÚNIOR, Décio. Entre escolarização e instituições escolares na historiografia da educação: a emergência dos grupos escolares no Brasil da República Velha (1889-1930). **Série-Estudos** - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, Campo Grande-MS, n. 25, p. 67-84, jan./jun. 2008.

LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989. p. 111-187.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer; CANAVARROS, Octavio; FERES, Zakia; GONÇALVES, Sonia; MADUREIRA, Lucena Barbosa. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 25, p. 235-265, out./dez. 1971.

LÖFGREN, Alberto. Introdução. In: STADEN, Hans. **Hans Staden: suas viagens e cativo entre os selvagens do Brasil**. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1900.

LOVE, Joseph. **A locomotiva**: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MACY, George. Destinatário: Cândido Portinari. New York, 17 de fev. 1942. (Correspondência). Disponível em: <http://www.portinari.org.br/#/acervo/documento/9121/detalhes> Acesso em: 2 maio 2022.

MACY, George. Destinatário: Cândido Portinari. New York, 28 de nov. 1941a. (Correspondência). Disponível em: <http://www.portinari.org.br/#/acervo/documento/9116/detalhes> Acesso em: 2 maio 2022.

MACY, George. Destinatário: Cândido Portinari. New York, 13 de nov. 1941b. (Correspondência). Disponível em: <http://www.portinari.org.br/#/acervo/documento/9115/detalhe> Acesso em: 2 maio 2022.

MAJURE, Bill R. **A brief history of the limited editions club**. 2012. Disponível em: <https://www.majure.net/lechistory.htm>. Acesso em: 29 abr. 2022.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MATHIESON, Louisa Campbell. **Vozes impressas**: a Reforma de 1920 em pauta na imprensa paulista. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

OBMIGRA (Observatório das Migrações Internacionais). **Relatório anual do OBMigra 2021- 2011-2020**: Uma década de desafios para a imigração e refúgio no Brasil. 2021. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a> Acesso em: 15 nov. 2020.

PARIS, Mary Lou; OHTAKE, Ricardo (Orgs.). **Portinari devora Hans Staden**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1998.

PITZER, Andrea. “Some Suburb of Hell”: America’s New Concentration Camp System. **The New York Review of Books**, New York, jun. 2019. Disponível em:

<https://www.nybooks.com/daily/2019/06/21/some-suburb-of-hell-americas-new-concentration-camp-system/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PRADO, Eliane Mimesse. O ensino da Língua Portuguesa nas escolas primárias paulistanas no início do século XX. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 315-336, set./dez. 2015c.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

QIU, Linda. Fact-Checking Trump’s Claim That He Didn’t Start Family Separations at Border. **The New York Times**, New York, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/21/us/politics/fact-check-trump-family-separation.html>. Acesso em: 20 dez. 2020.

RAGO, Margareth. As marcas da pantera, 25 anos depois... **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 319-334, mai.-ago. 2020.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista – Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

REVISTA DO BRASIL. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/d0f04a57-fc69-4ef4-9504-173e7a63a2a9>. Acesso em: 20 dez. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação - Dados Abertos. **Educandos estrangeiros por nacionalidade**. 2020. Disponível em: [http://dados.prefeitura.sp.gov.br/pt\\_PT/dataset/educandos-estrangeiros-por-nacionalidade](http://dados.prefeitura.sp.gov.br/pt_PT/dataset/educandos-estrangeiros-por-nacionalidade). Acesso em: 3 abr. 2021.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – Dados abertos da educação. **Quantidade de alunos estrangeiros por nacionalidade**. 2019. Disponível em: <https://dados.educacao.sp.gov.br/dataset/quantidade-de-alunos-estrangeiros-por-nacionalidade>. Acesso em: 3 abr. 2021.

SÃO PAULO. **Decreto n. 3.356, de 31 de maio de 1921**. Regulamenta a Lei n.1750, de 8 de Dezembro de 1920, que refôrma a Instrução Publica. São Paulo, 1921. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1921/decreto-3356-31.05.1921.html>. Acesso em: 7 fev. 2020.

SÃO PAULO. **Lei n. 1.750, de 8 de dezembro de 1920**. Reforma a Instrução Publica do Estado. São Paulo, 1920. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1920/lei-1750-08.12.1920.html>. Acesso em: 7 fev. 2020.

SÃO PAULO. **Lei nº 489, de 29 de dezembro de 1896**. Torna obrigatório o ensino da língua nacional nos estabelecimentos particulares de instrução primária. São Paulo, 1896a. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1896/lei-489-29.12.1896.html>. Acesso em: 13 jan. 2020.

SÃO PAULO. **Decreto n. 342, de 3 de março de 1896**. Crêa um Jardim da Infancia junto á Eschola Normal da Capital. São Paulo, 1896b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1896/decreto-342-03.03.1896.html>. Acesso em: 7 fev. 2020.

SÃO PAULO. **Decreto n. 248, de 26 de julho de 1894.** Approva o regimento interno das escolas publicas. São Paulo, 1894. Disponível em:  
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-248-26.07.1894.html>. Acesso em: 7 fev. 2020.

SÃO PAULO. **Lei n. 88, de 8 de setembro de 1892.** Reforma a instrução publica do Estado. São Paulo, 1892a. Disponível em:  
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei-88-08.09.1892.html>. Acesso em: 7 fev. 2020.

SÃO PAULO. **Decreto n. 29, de 1º de março de 1892.** Organiza a Secretaria de Estado da Fazenda e reorganiza o Thesouro do Estado. São Paulo, 1892b. Disponível em:  
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1892/decreto-29-01.03.1892.html>. Acesso em: 7 fev. 2020.

SÃO PAULO. **Decreto n. 28, de 1º de março de 1892.** Organiza as Secretarias do Interior, da Justiça e da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, creadas pela Lei n. 15 de 11 de Novembro de 1891. São Paulo, 1892c. Disponível em:  
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1892/decreto-28-01.03.1892.html>. Acesso em: 7 fev. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SENEILLART, Michel. Situação dos cursos. In: FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SILVA, Rafael Pereira da. As desventuras de um renascentista entre os Tupinambás: a visão do viajante Hans Staden sobre as terras e os povos do Brasil. **Revista Trilhas da História.** Três Lagoas, v. 2, n. 3, p. 158-171, jul./dez. 2012.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

STADEN, Hans. História verídica e descrição de uma terra de selvagens, nus cruéis e comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo na terra de Hessen até os dois últimos anos, visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria, e que agora traz a público com essa impressão. In: PARIS, Mary Lou; OHTAKE, Ricardo (Org.). **Portinari devora Hans Staden.** São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1998.

STOLBERG, Sheryl Gay. Ocasio-Cortez Calls Migrant Detention Centers ‘Concentration Camps,’ Eliciting Backlash. **The New York Times**, New York, 2019. Disponível em:  
<https://www.nytimes.com/2019/06/18/us/politics/ocasio-cortez-cheney-detention-centers.html>. Acesso em: 17 dez. 2020.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. Educação não é privilégio. São Paulo: Ed. Nacional, 1977. (Atualidades pedagógicas, v. 130).

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América:** a questão do outro. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

TRÖHLER, Daniel. Educationalization of social problems and the educationalization of the modern world. In: PETERS, Michael A. **Encyclopedia of Educational Philosophy and Theory.** Berlim: Springer, 2017. p. 698-703.

## ANEXO I – ARTIGOS QUE DISCUTEM MIGRAÇÕES

<b>Título</b>	<b>Periódico</b>	<b>Autores/as</b>	<b>Ano</b>
A educação libertária na bagagem dos imigrantes: uma trajetória no Brasil	REVISTA DE EDUCAÇÃO – PUCAMP	José Damiro de Moraes	2000
A valorização dos “localismos” no âmbito da educação municipal	EDUCAÇÃO	Magda Vianna Souza	2000
Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO	Ademir Valdir dos Santos, Lúcio Kreutz	2000
Germano F. E. Melchert, médico e político: trajetória pública de um imigrante alemão no Brasil da Primeira República	CADERNOS CEDES	Valquiria Maria Augusti	2000
Imigração alemã e processo escolar na Argentina, no Brasil e no Chile, de 1824 a 1939	EDUCAÇÃO UNISINOS	Lúcio Kreutz	2000
La educación entre la inmigración y el nacionalismo (1884-1930)	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Amelia Beatriz Garcia, Mirta Teobaldo	2000
Notas para uma história da educação protestante no Brasil	EDUCAÇÃO UNISINOS	Martin N. Dreher	2000
Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: Elementos para a história da educação brasileira	EDUCAÇÃO & SOCIEDADE	Zeila de Brito Fabri Demartini	2000
Viver, ensinar e aprender na comunidade de imigrantes alemães em Goiás	EDUCATIVA	Maria Helena de Oliveira Brito	2000
A “lei da vida”: confirmação, evasão escolar e reinvenção da identidade entre os pomeranos	EDUCAÇÃO E PESQUISA	Joana Bahia	2001
A influência da pedagogia norte-americana na educação em Sergipe e na Bahia: reflexões iniciais	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Ester Fraga Vilas-Bôas	2001
Alemão, estrangeiro ou teuto-brasileiro? Representações de docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Dagmar E. Estermann Meyer	2001

Cultura e identidade em São Paulo: a imigração síria e libanesa	ECCOS	Marcia Maria Cabreira	2001
Mulheres imigrantes que sofreram violência conjugal: reflexões sobre a rede de relações	EDUCAÇÃO	Patricia Krieger Grossi	2001
Reflexões sobre o sucesso da alfabetização: a escola e o contexto cultural de Poço das Antas, Rio Grande do Sul	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Clarice Salette Traversini	2001
Urbanidade e disciplinarização e o imigrante italiano nas relações sociais: o Método Facile	EDUCAR EM REVISTA	Rosa Lydia Teixeira Corrêa	2001
Contribuição protestante à reforma da educação pública paulista	COMUNICAÇÕES	Cesar Romero Amaral Vieira	2002
Formação de professores e pesquisadores de matemática na Faculdade Nacional de Filosofia	CADERNOS DE PESQUISA FCC	Circe Mary Silva da Silva	2002
La gestion de la diversité culturelle dans le système éducatif fribourgeois	REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL	Abdeljalil Akkari	2002
A valorização da escola pública pela nacionalização das escolas alemãs na região do Contestado em Santa Catarina	QUAESTIO	Nilson Thomé	2003
Histórias de bugres e tigres: corpo e natureza em terras catarinenses no século XIX	PRO-POSIÇÕES	Ana Márcia Silva, Célia Guimarães Perini, Márcia de Souza Pedroso Agostini	2003
Migração, diversidade cultural e educação de jovens e adultos no Brasil	EDUCAÇÃO & REALIDADE	Sonia de Vargas	2003
Modo de vida e representações dos caboclos e migrantes italianos no Meio-Oeste catarinense	ROTEIRO	Claudiomar Andrades, José Carlos Radin	2003
Pluralidade cultural, migração e o ensino da língua portuguesa no ensino fundamental	REVISTA DA FAEEBA	Nilce da Silva	2003
Raça, nação, classe e a educação para o trabalho: a marginalização do trabalhador nacional livre na primeira industrialização em São Paulo (1880-1920)	PRO-POSIÇÕES	Ediógenes Aragão Santos	2003

Uma luta pela liberdade cultural: a escola comunitária teuto-brasileira e a nacionalização do ensino no Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina	ROTEIRO	Ecleides de Fátima Bleichuvel Cruz	2003
Anotações sobre a construção do sistema educacional em Santa Catarina	PRO-POSIÇÕES	Agueda Bernardete Bittencourt	2004
Aulas de português fora da escola: famílias imigrantes brasileiras, esforços de preservação da língua materna	CADERNOS CEDES	Kátia Santos Mota	2004
Das escolas de imigrantes aos colégios internacionais: a constituição do espaço das escolas internacionais em São Paulo, 1878-1978	PRO-POSIÇÕES	Adriana Lech Cantuaria	2004
Imigração e educação: discutindo algumas pistas de pesquisa	PRO-POSIÇÕES	Zeila de Brito Fabri Demartini	2004
Sociedade multicultural: educação, identidade(s) e cultura(s)	EDUCAÇÃO	Gilberto Ferreira da Silva	2004
Damião Francisco Alves de Moura - o Rio Grande do Sul e a guarda	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Aires Antonio Diniz	2005
Discurso, memória e oralidade	HORIZONTES	Maria Onice Payer	2005
Educação de imigrantes alemães em Curitiba	REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL	Valquiria Elita Renk	2005
Educação protestante de origem norte-americana na comunidade alemã de Curitiba no final do século XIX: Ellen White, a língua alemã e a escola internacional	COMUNICAÇÕES	Peri Mesquida	2005
Multiculturalismo y cine: una propuesta pedagógica en torno a imágenes de imigrantes en cine israelí actual	PRÁXIS EDUCATIVA	Tzvi Tal	2006
A escrita bilíngue nos cadernos escolares dos descendentes de imigrantes alemães e o nacionalismo: escrita para a Pátria?	ROTEIRO	Ademir Valdir dos Santos	2007
A presença da cultura e do dialeto ucraniano na aquisição de leitura por crianças bilíngues	ESPAÇO PEDAGÓGICO	Helena Meskow, Marta Maria Simionato	2007
A Questão da Diferença: um estudo com imigrantes japoneses e seus descendentes	EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA	Leila Maria Ferreira Salles, Patrícia Helena Britisqui Yabiku	2007



<i>Das Schulbuch</i> (o livro escolar), 1917-1938: um periódico singular para o contexto da imprensa pedagógica no período	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Lúcio Kreutz	2007
Educação bilíngue e multiculturalismo: O exemplo americano	EDUCAÇÃO	Fernando Naiditch	2007
Educação, mutualismo e nacionalização: aspectos de uma escola étnica italiana no Paraná (1905-1918)	ROTEIRO	Elaine Cátia Falcade Maschio	2007
A Campanha Nacionalista e a Inspeção Escolar	QUAESTIO	Ademir Valdir dos Santos	2008
A inspeção escolar e a campanha nacionalista: políticas e práticas na escola primária catarinense	EDUCAÇÃO EM QUESTÃO	Ademir Valdir dos Santos	2008
Americanismo x iberismo: a influência do modelo educacional norte-americano no final do século XIX	HORIZONTES	César Romero Amaral Vieira	2008
Contradições em escrita de filhos de filhos de imigrantes: duas memórias que assombram Hamlets hodiernos	HORIZONTES	Elzira Yoko Uyeno	2008
Emigrantes, escuelas y regeneración social: Los emigrantes gallegos a América y el impulso a la educación (1879-1936)	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Antón Costa Rico	2008
Imigração e educação: desafios interculturais. Aspectos sensíveis da emigração de trabalhadores brasileiros para a Itália	ESPAÇO PEDAGÓGICO	Elizabeth Nunes Maciel, João Carlos Tedesco	2008
Kulture Integration und wirtschaftliches Interesse der deutschen Auswanderer Brasilien: Das Projekt von Johann Jacob Sturz.	EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA	Tânia Zimmermann	2008
Livros escolares e imprensa educacional periódica dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, Brasil, 1870-1939	REVISTA EDUCAÇÃO EM QUESTÃO	Lúcio Kreutz	2008
Multiculturalismo e educação intercultural	EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA	Leunice Martins de Oliveira	2008

O abasileiramento infantil: livros didáticos e currículo da escola primária no Estado Novo	CADERNOS DE PESQUISA: PENSAMENTO EDUCACIONAL	Ademir Valdir dos Santos, Samara Elisana Nicareta	2008
O espaço educativo na escola primária teuto-brasileira rural	CADERNOS DE PESQUISA: PENSAMENTO EDUCACIONAL	Ademir Valdir dos Santos	2008
Racismo e instrução pública primária mato-grossense na transição do século XIX para o XX	REVISTA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA	Nicanor Palhares Sá, Paulo Divino	2008
A contribuição de Aléxis de Tocqueville por meio da obra <i>A democracia na América</i> para a elaboração das argumentações de Tavares Bastos sobre a organização escolar e político-institucional no Brasil	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Josefa Eliana Souza	2009
A experiência sociocultural de universitários da África Lusófona no Brasil: entremeando histórias	PRO-POSIÇÕES	Carlos Subuhana	2009
A instituição escolar como ambiente de relações étnicas: o caso das “escolas alemãs” no sul do Brasil	ECCOS	Ademir Valdir dos Santos	2009
A política educacional nacionalista e o aspecto linguístico na era Vargas: vestígios na escola primária	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS	Ademir Valdir dos Santos	2009
A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolanos no Brasil	PRO-POSIÇÕES	Dagoberto José Fonseca	2009
Análisis de las situaciones de inclusión y respuesta educativa de alumnos inmigrantes en dos centros educativos de la comunidad autónoma de Madrid	REVISTA IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO	Ana Maria González Tabernero, Eladio Sebastián Heredero, Verónica Cerrillo Calleja	2009
Cooperação no âmbito do ensino superior: ser estudante angolano em universidades portuguesas	PRO-POSIÇÕES	Margarida Lima de Faria	2009
Duas faces do ensino do alemão como língua estrangeira no Brasil	EM ABERTO	Karen Pupp Spinassé	2009

El alumnado inmigrante ¿tiene un rendimiento inferior al alumnado autóctono?	PRÁXIS EDUCACIONAL	Mercedes Blanchard Giménez	2009
Emigração de quadros, formação superior e desenvolvimento: o caso de Moçambique	PRO-POSIÇÕES	Ana Bénard da Costa	2009
Nacionalismo e cultura escolar no governo Vargas: faces da construção da brasilidade	CADERNO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Ademir Valdir dos Santos, Helena Isabel Mueller	2009
Nacionalização do ensino catarinense na Primeira República (1911-1920)	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Dorval do Nascimento	2009
O início da escolarização primária no final do século XIX em dois núcleos coloniais italianos	REVISTA DE EDUCAÇÃO – PUCCAMP	Elaine Cátia Falcade Maschio, Eliane Mimesse Prado	2009
O lunar de Sepé e a derradeira migração: a educação jesuítica entre as coroas de Espanha e Portugal	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Dermeval Saviani	2009
O “espírito do comentário” – a ideia de educação e de cultura como demarcadores étnicos	EDUCAÇÃO (UFSM)	Joana Bahia	2009
A exclusão não está longe daqui: a natureza como potencial operador biopolítico em algumas etapas da formação do Brasil	EDUCAÇÃO	Luis Fernando Beneduzi, Roberto Vecchi	2010
Educação e desafios da multiculturalização: uma pedagogia da sociedade civil	CADERNOS DE PESQUISA	Manuel Barbosa	2010
Educação e etnia: as efêmeras escolas étnico-comunitárias italianas pelo olhar dos cônsules e agentes consulares	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Lúcio Kreutz, Terciane Ângela Luchese	2010
Educação e mobilidade profissional na diáspora atlântica	REFLEXÃO E AÇÃO	Maria Gonçalves Conceição Santos	2010
Escola, nação, patriotismo: inspeção escolar e promoção da cultura cívica nas escolas primárias de Santa Catarina (1900-1930)	ROTEIRO	Dorval do Nascimento	2010

Fluxo migratório e a ação pedagógica dos professores de Educação Física	EDUCAÇÃO & REALIDADE	Vera Regina Oliveira Diehl, Vicente Molina Neto	2010
Ginásio Estadual de Tangará da Serra: tempo e espaço na ocupação recente de Mato Grosso (1968-1976)	CADERNO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Carlos Edinei de Oliveira	2010
Memórias (auto)biográficas de docentes da Região Colonial Italiana do RS: o caso de Alice Gasperin e Elvira Dendena	EDUCAÇÃO UNISINOS	Lúcio Kreutz, Terciane Ângela Luchese	2010
Relações interétnicas em uma escola pública no sul do Brasil (1951-1964)	EDUCAR EM REVISTA	Dorval do Nascimento	2010
Diversidade étnico-cultural e educação no Pontal de Minas Gerais	HORIZONTES	Sauloéber Tarsio de Souza	2011
Educação intercultural em movimento: revisitando um conceito a partir do trabalho de investigação em grupo	EDUCAÇÃO	Flor Ángeles Cabrera Rodríguez, Gilberto Ferreira da Silva	2011
Formação de doutores no Brasil e no exterior: impactos na propensão a migrar	EDUCAÇÃO & SOCIEDADE	Lea Velho, Milena Yumi Ramos	2011
Grupos étnicos, pluralidade cultural e políticas públicas na história da educação, no Rio Grande do Sul	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Lúcio Kreutz, Terciane Ângela Luchese	2011
Imigrantes teutos e suas relações interétnicas no século XIX aos olhos da intelectualidade brasileira.	EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA	Lucas Eduardo Ramos	2011
Institucionalização do ensino primário público na atual mesorregião Oeste do Paraná	CADERNOS DE PESQUISA: PENSAMENTO EDUCACIONAL	Adair Ângelo Dalarosa, Denise Kloeckner Sbardelotto	2011
Juan Soldado, protector sobrenatural de los migrantes	REVISTA DA FAEEBA	Alfonso Reynoso Rábago, Cándido González Pérez	2011
La cuota de académicos extranjeros en La universidad: una mirada de género	ESPAÇO PEDAGÓGICO	Abril Sandoval Pallato, Aristeo Santos López, María del Carmen Farfán García	2011
O “fato da língua” na materialidade da leitura	PRO-POSIÇÕES	M. Onice Payer	2011

Senegaleses no norte do Rio Grande do Sul: integração cultural, trabalho e dinâmica migratória internacional	ESPAÇO PEDAGÓGICO	Denize Grzybovski, João Carlos Tedesco	2011
“Bilíngue? Só se eu tivesse um curso ou escrevesse diariamente”: considerações sobre bilinguismo e educação em um contexto de línguas de imigração	ATOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO	Luana Ewald, Maristela Pereira Fritzen	2011
A (re)estabilização identitária do professor no contexto do ensino de história na Espanha	CADERNOS CEDES	Irina Rasskin Gutman, Jorge Castro Tejerina	2012
A educação no contexto diacrônico de antigos núcleos coloniais	REVISTA IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO	Alexandre Marucci Bastos, Claudio Benedito Gomide de Souza	2012
Aspectos da educação e do êxodo rural em Minas Gerais (1950-1970)	CADERNO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Antônio Portes, Apolliane Xavier Moreira dos Santos	2012
Desafios para a educação em contexto bilíngue (alemão/português) de língua minoritária	EDUCAÇÃO UNISINOS	Maristela Pereira Fritzen	2012
Diversidade linguística e cultural na escola “fraqueza” ou “riqueza”?	PRÁXIS EDUCACIONAL	Carmen Domingues Reste, Maria Helena Ançã	2012
Educação e colonização no Brasil: as escolas étnicas alemãs	CADERNOS DE PESQUISA	Ademir Valdir dos Santos	2012
Educação escolar e processos migratórios no Pontal Mineiro (décadas 1950 a 1990)	CADERNO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Sauloéber Társio de Souza	2012
Em busca da escola pública: tensionamentos, iniciativas e processo de escolarização na região colonial italiana, Rio Grande do Sul, Brasil	CADERNO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Terciane Ângela Luchese	2012
Hacia una Ética Intercultural para la Atención de Salud Primaria con Migrantes: Desafíos para Profesionales del Mundo Social	CADERNOS DE EDUCAÇÃO	Cecilia Aguayo Cuevas	2012
Imigrantes da Bolívia na escola em São Paulo: fronteiras do direito à educação	PRO-POSIÇÕES	Flávia Schilling, Giovanna Modé Magalhães	2012

La logique naturelle: une approche méthodologique d'analyse du discours	EDUCAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA	Nicole Therrien	2012
Memória das práticas educativas durante o primeiro governo Vargas na cidade de Novo Hamburgo – RS	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Alessander Kerber, Claudia Schemes, Cleber Cristiano Prodanov	2012
Migrações entre Brasil e Portugal - educação, diversidade e integração	TEIAS	Aline Bazzarella Merçon, Manuel Ferreira Rodrigues, Nobre Dos Santos	2012
Primórdios de um colégio teuto-brasileiro urbano em Pelotas no final do século 19	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Elomar Antonio Callegaro Tambara, Maria Angela Peter da Fonseca	2012
Professores de escolas étnicas no Paraná: manter a cultura ou cumprir as leis?	REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL	Valquiria Elita Renk	2012
Tendências e tensões de sociabilidade de estudantes dos Palop em duas universidades brasileiras	PRO-POSIÇÕES	Kelly Santos, Sara Santos Morais	2012
A criança e a escola da floresta: história da escolarização da infância na cidade de Sinop – Mato Grosso (1973-1979)	REVISTA EDUCAÇÃO EM QUESTÃO	Elizabeth Figueiredo de Sá, Josiane Brolo Rohden	2013
A escola comunitária teuto-brasileira - um estudo sobre a diretriz metodológica	CADERNO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Anna Maria Pessoa de Carvalho, Dulce Maria Strieder	2013
Alemanha perdida? Escolarização de crianças em colônias de imigrantes alemães no sul do Brasil	PERSPECTIVA	Ademir Valdir dos Santos	2013
Aspectos das práticas escolares da escola de Língua Japonesa e Internato de Pilar do Sul: rituais e festas	SÉRIE-ESTUDOS	Adriana Aparecida Alves da Silva, Wilson Sandano	2013
Construções sobre a infância em processos migratórios transnacionais: Gêneros e espaços para políticas de identidade?	TEIAS	Cornelia Ribes Giebeler	2013
Escola, imigração alemã e identidade étnica no Paraná e em Santa Catarina	CADERNO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Ademir Valdir dos Santos, Ariclê Vechia	2013

Juventude, imigração e inclusão na Cataluña	EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA	Berta Palou Julián, Maria Inés Massot Lafón	2013
Minorias étnicas e educação: o colégio Arnaldo Jansen de Belo Horizonte - MG (1912-1947)	EDUCAÇÃO EM REVISTA	Hercules Pimenta dos Santos	2013
O campo e a cultura escolares de Pilar do Sul e a imigração japonesa (1934-1976)	QUAESTIO	Adriana Aparecida Alves da Silva, Wilson Sandano	2013
O infausto cotidiano dos pequenos ítalo-brasileiros em um antigo núcleo colonial no princípio do século XX	CADERNO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Eliane Mimesse Prado	2013
O jornal <i>Das Band da Deutsche Hilfsvereinsschule</i> e as escritas escolares sobre imigração alemã (Colégio Farroupilha/RS, 1929-1938)	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Alice Rigoni Jacques, Lucas Costa Grimaldi	2013
Os castigos nas escolas étnicas da região colonial italiana do Rio Grande do Sul: memórias de escolarização (1896-1928)	CADERNO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Dóris Bittencourt Almeida, Luciane Sgarbi S. Grazziotin	2013
Uma escola alemã urbana	QUAESTIO	Giana Lange do Amaral, Maria Augusta Martiarena de Oliveira	2013
Agência como vulnerabilidade: explicando a ida das crianças para as ruas de Acra	LINHAS CRÍTICAS	Phil Mizen, Yaw Ofosu-Kusi	2014
Celebrações do saber: exames finais nas escolas da região colonial italiana, Rio Grande do Sul, 1875 a 1930	REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL	Terciane Ângela Luchese	2014
Congregações femininas e difusão de um modelo escolar: uma história transnacional	PRÓ-POSIÇÕES	Rebecca Rogers	2014
Do Sul para o Centro-Oeste: a saga de migrantes sulistas para o norte de Mato Grosso - histórias de muitas vidas e de uma escola “inventada” (1973-1979)	CADERNO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Elizabeth Figueiredo de Sá, Josiane Brolo Rohden	2014
Ensino elementar no Brasil e na Itália: o caso dos imigrantes italianos na escola de Cascatinha (Petrópolis, estado do Rio de Janeiro)	ACTA SCIENTIARUM. EDUCATION	Carlo Pagani	2014

Entre hinos, bandeiras e heróis: imigração europeia, classe operária e a constituição da nacionalidade nos grupos escolares da cidade de Santos	HORIZONTES	André Luiz Rodrigues Carreira	2014
Escolas italianas em Minas Gerais: organização, currículo e relações sociais	ACTA SCIENTIARUM. EDUCATION	Maysa Gomes Rodrigues	2014
Escolas étnico-comunitárias italianas no Rio Grande do Sul: entre o rural e o urbano (1875-1914)	ACTA SCIENTIARUM. EDUCATION	Eliana Gasparini Xerri, Lúcio Kreutz, Terciane Ângela Luchese	2014
Experiências comunitárias na organização das escolas étnicas italianas da cidade de Curitiba	EDUCAR EM REVISTA	Elaine Cátia Falcade Maschio	2014
La adaptación de los alumnos inmigrantes: factores importantes para la educación	PERSPECTIVA	Jacqueline Graff Munaro	2014
Multiculturalidade, educação e diversidade: os elementos constitutivos das comunidades do oeste de Santa Catarina	ROTEIRO	Edinaldo Enoque Silva Junior, Paulino Eidt	2014
Redenção e integração: Vittorio Bucelli e a escola na zona colonial italiana	ACTA SCIENTIARUM. EDUCATION	Luis Fernando Beneduzi	2014
Revista, santuário e escola: a atuação dos saletinos na educação no Brasil	PRÓ-POSIÇÕES	Letícia Aparecida Mazochi, Paula Leonardi	2014
Tempos e espaços escolares: escolas étnicas no sul do Brasil	QUAESTIO	Vania Regina Boschetti	2014
Territórios negros: migrações e reterritorialização do espaço urbano periférico	COMUNICAÇÕES	Juliana Souza Mavoungou Yade	2014
“Exportar” mão de obra qualificada a custo zero: quanto perde Portugal com a “fuga de cérebros”?	REVISTA EDUCAÇÃO EM QUESTÃO	Belmiro Cabrito, Luisa Cerdeira, Maria de Lourdes Machado-Taylor, Tomás Patrocínio	2015
A escrituração escolar como prática e como lugar indiciário de representações da infância	ACTA SCIENTIARUM. EDUCATION	Elaine Cátia Falcade Maschio	2015



As escolas alemãs em Santa Catarina e sua transformação para teuto-brasileiras: uma análise histórica	ACTA SCIENTIARUM. EDUCATION	Ademir Valdir dos Santos	2015
Caracterização da clientela do Grupo Escolar “Padre Anchieta”: um olhar sobre as práticas escolares (1934-1976)	SÉRIE-ESTUDOS	Adriana Aparecida Alves da Silva Pereira, Wilson Sandano	2015
Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: adaptação, vulnerabilidades e tensões	CADERNOS DE PESQUISA	Ana Paula Silva, Marcos Cezar de Freitas	2015
Escolarização de crianças brasileiras migrantes no Japão: política de inserção escolar e currículo	REVISTA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA	Izumi Nozaki	2015
Escolas étnicas italianas: Urussanga como principal centro ítalo-brasileiro catarinense no início do século XX	ACTA SCIENTIARUM. EDUCATION	Giani Rabelo, Tatiane dos Santos Virtuoso	2015
Familias, asociaciones y escuelas: tensiones en las identificaciones nacionales de niños migrantes	LINHAS CRÍTICAS	Gabriela Novaro	2015
Migração e educação: perspectivas socioculturais.	EDUCAÇÃO E PESQUISA	Diana Rodriguez, Gabrielle Oliveira, Lesley Bartlett	2015
O convívio concomitante e frugal das escolas elementares públicas e privadas paulistanas	EDUCAR EM REVISTA	Eliane Mimesse Prado	2015
O modelo comunitário de educação na mesorregião oeste de Santa Catarina	ATOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO	Anderson Luiz Tedesco, Evandro Ricardo Guindani, Paulino Eidt	2015
O uso da língua como fator para a (re)afirmação da identidade étnica: experiências em Colônia Witmarsum	HORIZONTES	Carla Caroline Holm, Poliana Fabíula Cardozo	2015
Pesquisa colaborativa: contributo a partir de um trabalho com imigrantes na cidade de Coimbra	REVISTA DA FAEEBA	Elsa Lechner	2015
Práticas de letramento, antropologia linguística e desigualdade social: casos etnográficos e compromissos teóricos	EDUCAÇÃO E PESQUISA	James Collins	2015
Qual a relação entre a cultura e o patrimônio? Uma parceria cultural no	EDUCAR EM REVISTA	Anik Meunier, Virginie Soulier	2015

contexto museal com o meio escolar de aprendizagem de francês			
Sentidos, sensibilidades e trabalho: a educação pela ação na experiência de imigrantes italianos no Paraná - fins do século XIX e início do século XX	CADERNO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Elaine Cátia Falcade Maschio, Marcus Aurelio Taborda de Oliveira	2015
Socialização e percursos (e)migratórios em Portugal: uma análise a partir de retratos sociológicos	CADERNOS DE EDUCAÇÃO	Belmiro Cabrito, Dulce Magalhães, Henrique Vaz, José Pedro Silva, João Teixeira Lopes, Luísa Cerdeira, Maria de Lourdes Machado-Taylor, Paulo Peixoto, Rafaela Ganga, Rui Brites, Rui Gomes, Sílvia Silva, Tomás Patrocínio	2015
Transferências e apropriações de saberes: Friedrich Bieri e a matemática para o ensino primário	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Circe Mary Silva da Silva	2015
Transnacionalismo, juventude rural e a busca de reconhecimento.	EDUCAÇÃO E PESQUISA	Juarez Tarcísio Dayrell, Maria Zenaide Alves	2015
<i>Zeitgeist</i> ou espírito alemão: etno-história de germanidade e instituição da escola em Santa Catarina.	EDUCAÇÃO E PESQUISA	Ademir Valdir dos Santos	2015
Cartilhas e livros didáticos nas escolas pomeranas luteranas no sul do Rio Grande do Sul (1900-1940)	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Elomar Tambara, Patrícia Weiduschadt	2016
Educação e imigração: oficinas interculturais como dispositivos para apoiar a participação das famílias imigrantes	PRÁXIS EDUCACIONAL	Graça dos Santos Costa	2016
Educação intercultural e formação de professores em contexto espanhol para alunos imigrantes	EDUCAÇÃO E PESQUISA	Cristina Goenechea Permisán, Doris Cristina Vicente da Silva Matos	2016
Escolas entre imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul e a nacionalização do ensino	EDUCAÇÃO	Adriano Malikoski, Lúcio Kreutz	2016
Memórias de escola em colônias agrícolas judaicas no Rio Grande do Sul:	CADERNO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Dóris Bittencourt Almeida, Luciane Sgarbi S. Grazziotin	2016

narrativas orais do acervo do Instituto Cultural Marc Chagall (1904-1930)			
Migração rural-urbana, juventude e ensino superior	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO	Nadir Zago	2016
Os primeiros tempos de escola evangélico-luterana em Lomba Grande/RS (1834-1881)	CADERNO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	José Edimar de Souza, Luciane Sgarbi Santos Grazziotin	2016
Os processos imigratórios dos séculos XIX e XX: diálogos entre o saber acadêmico e a Educação Básica	EDUCAR EM REVISTA	Cristine Fortes Lia, Roberto Radünz	2016
Um estudo de caso sobre socioeducacionais – integração das famílias de imigrantes em Granada (Espanha)	REVISTA IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO	Alfonso Conde Lacárrel, Marina Garcia Carmona	2016
Wilhelm Rotermund (1843-1925) vivendo em duas culturas	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Circe Mary Silva da Silva	2016
A educação no diário de uma imigrante britânica e em outros escritos na província do Paraná	REVISTA EDUCAÇÃO EM QUESTÃO	Ana Maria Rufino Gillies	2017
A era das congregações – pensamento social, educação e catolicismo	PRO-POSIÇÕES	Agueda Bernardete Bittencourt	2017
As escolas étnicas polonesas e as leis de nacionalização do ensino (1889-1930)	HORIZONTES	Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira, Rodrigo Boçoen	2017
Crianças e jovens brasileiros no Japão: educação, cultura e inquietudes	QUAESTIO	Nilta Dias	2017
Da Itália ao Brasil: indícios da produção, circulação e consumo de livros de leitura (1875-1945)	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Terciane Ângela Luchese	2017
Del discurso a la realidad: internacionalización de la educación superior en académicos extranjeros en la UAEMEX	ESPAÇO PEDAGÓGICO	Altair Alberto Fávero, Aristeo Santos López, Norma González González	2017
Desafios da diversidade em sala de aula: um estudo sobre performances narrativas de crianças imigrantes	CADERNOS CEDES	Luciana Hartmann	2017

Educação especial em Roraima: impacto dos processos migratórios na constituição da área	REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL	Maria Edith Romano Siems Marcondes	2017
Entraves no ensino da língua portuguesa nas escolas italianas privadas curitibanas e paulistanas (1883-1907)	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Elaine Cátia Falcade Maschio, Eliane Mimesse Prado	2017
Entre as exigências pastorais e a preservação da identidade nacional: a Santa Sé e a emigração italiana para o exterior entre o oitocentos e novecentos	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Roberto Sani Italia	2017
Escolarização da infância em cidades de colonização recente de Mato Grosso	REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL	Clailton Lira Perin, Elizabeth Figueiredo de Sá, Katia Maria Kunntz Beck	2017
Escolarização e territorialidade na cidade republicana: Belo Horizonte (1897-1912)	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Karina Nicácio, Maria Cristina Soares Gouvea	2017
Escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul (1875-1939)	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Adriano Malikoski, Lúcio Kreutz	2017
Escolas étnicas: possibilidades de estudo por diferentes correntes pedagógicas	REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO	Rodrigo Boçoen	2017
Estado, política migratoria y escuela pública: mediaciones desde los libros de lectura (Argentina, Buenos Aires, 1853-1955)	REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL	Ana María Montenegro, Jorgelina Méndez	2017
Estudantes africanos em universidades brasileiras: os desafios da internacionalização “às avessas” no cotidiano universitário	EDUCAÇÃO PUCRS	Gildo Volpato, Maria Aparecida Marques Rocha, Maria Isabel da Cunha, Marinalva Moog Pinto	2017
Focolari di educazione nazionale e di sentimento patrio: as escolas italianas no Rio Grande do Sul nas décadas finais do século 19 (1875-1898)	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Alberto Barausse	2017
Imigração e educação nos relatórios dos presidentes da província do Paraná	REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL	Maria Elisabeth Blanck Miguel, Rodrigo Boçoen	2017
Indústria e universidade: a cooperação internacional e institucional e o	EDUCAÇÃO E PESQUISA	Everton de Almeida Silva, Joaquim Carlos Racy	2017

protagonismo da mobilidade estudantil nos sistemas de inovação da Alemanha			
Los movimientos migratorios de los refugiados: un análisis a la luz de la teoría crítica	REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO	Jose-Antonio Zamora Zaragoza	2017
Migrações Portugal/Brasil e reconhecimento de estudos: trajetórias de vida de imigrantes	REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL	Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira	2017
Nacionalização e ensino de história em Santa Catarina na primeira metade do século XX	ACTA SCIENTIARUM. EDUCATION	Claricia Otto	2017
O discurso do progresso e a educação na história de Sinop – Mato Grosso: “Como é bom alargar fronteiras de nossa pátria!”	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Cristinne Leus Tomé, Josiane Brolo Rohden	2017
O processo de organização de escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul (1875-1939)	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Adriano Malikoski, Terciane Ângela Luchese	2017
A educação ultranacionalista japonesa no pensamento dos nipo-brasileiros	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Monica Setuyo Okamoto	2018
A nacionalização do ensino em áreas de colonização italiana: o caso da Escola Garibaldi e da Colônia Maciel (1937-1945)	HORIZONTES	Patrícia Weiduschadt, Renata Brião de Castro	2018
A presença de Lutero no Brasil: o poder da fé, a imigração alemã e a educação	COMUNICAÇÕES	Ademir Valdir dos Santos, Elcio Cecchetti	2018
Agentes educativos y multiculturalidad en el aula	EDUCAÇÃO E PESQUISA	Alejandro Daniel Fernández Fernández, Antonio Rodríguez Fuentes	2018
As haitianas na escola: o peso do passado, a dureza do presente e a esperança no futuro	INTER-AÇÃO	Alexandre Guilherme, Henrique Caetano Nardi, Lucas Rech da Silva	2018
Currículo Intercultural para Proponer una Escuela como Territorio de Paz	EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA	Iván Manuel Sánchez Fontalvo, José Antonio Mendoza, Yhorirzinio Alberto Moreno Mejía	2018

Inmigración, escuela y construcción nacional: algunas notas sobre la República Argentina	CADERNO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Xosé Manuel Malheiro Gutiérrez	2018
Línguas adicionais em escolas públicas: discussão a partir de um cenário intercultural	EDUCAÇÃO EM REVISTA	Ana Carolina de Souza Nazaro, Maristela Pereira Fritzen	2018
O uso de livros escolares de matemática nas escolas da imigração alemã durante a campanha de nacionalização	SÉRIE-ESTUDOS	Débora de Lima Velho Junges	2018
Os rituais da matemática escolar nas escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul	EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA	Débora de Lima Velho Junges	2018
Preceptoras estrangeiras para educar meninas nas casas brasileiras do século XIX	CADERNOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Maria Celi Chaves Vasconcelos	2018
Ritualismo e nacionalização da escola primária em Santa Catarina (anos 1940)	REVISTA EDUCAÇÃO EM QUESTÃO	Ademir Valdir dos Santos	2018
Uma releitura intercultural do conceito de espaço potencial de Donald Winnicott: análise de uma experiência educacional italiana	EDUCAR EM REVISTA	Anna Aluffi Pentini	2018
“Eles brincam de guerra mundial”: protagonismo infantil em narrativas de crianças imigrantes	EDUCAÇÃO EM FOCO	Luciana Hartmann	2018
A presença dos fundamentos da pedagogia social no ensino de língua portuguesa para migrantes e refugiados em São Paulo	CADERNOS DE PESQUISA UFMA	Rita de Cássia da Cruz Silva, Régis Minvielle	2019
Diversidade cultural no espaço escolar: implicações no ensino, na aprendizagem e nos processos de subjetivação	ECCOS	Elaine Teresinha Dal Mas Dias, João Clemente Souza Neto	2019
Educação e fé: as ideias de Lutero, imigração alemã para o Brasil e as escolas comunitárias (séculos XIX-XX)	PERSPECTIVA	Ademir Valdir dos Santos	2019
Educação física, ginástica, jogos e esporte no Brasil: o impacto alemão	EDUCAÇÃO EM REVISTA	Lothar Wieser, Michael Krüger	2019
Ensinar e aprender a língua de acordo com o contexto migratório. O caso da Itália	EDUCAÇÃO (UFSM)	Clara Silva	2019

Entre a ginástica e o esporte: educação do corpo e manutenção da identidade nas sociedades ginásticas teuto-brasileiras	EDUCAÇÃO EM REVISTA	Evelise Amgarten Quitzau	2019
Folhas volantes: o cordel encantado como saber cultural e prática educativa no Nordeste na Amazônia Paraense	REVISTA COCAR	Elaine Ferreira de Oliveira, Hiran de Moura Possas, José Guilherme de Oliveira Castro	2019
Livros de leitura e a construção da identidade nacional de crianças italianas e descendentes (São Paulo no início do século XX)	ACTA SCIENTIARUM. EDUCATION	Claudia Panizzolo	2019
Livros didáticos como textos de memória: notas sobre narrativas da imigração alemã em livros didáticos de história regionais	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Cristiani Bereta da Silva, Rosiane Ribeiro Bechler	2019
Los profesores y los desafíos de las diversidades y de las migraciones en España: formación y políticas educativas	REVISTA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA	José González-Monteagudo, Miriam Zamora-Serrato	2019
Narrativas biográficas de inmigrantes: construcción y transmisión intergeneracional de experiencias escolares	EDUCAÇÃO E PESQUISA	Mariana Alejandra González, Pablo Francisco Di Leo	2019
O ideário de vida ao ar livre nas sociedades ginásticas teuto-brasileiras (1880-1938)	PRÓ-POSIÇÕES	Carmen Lúcia Soares, Evelise Amgarten Quitzau	2019
O percurso escolar dos imigrantes italianos e alemães na Serra dos Tapes (Pelotas/RS, 1920-1950): similitudes e particularidades	CADERNO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Patrícia Weiduschadt, Renata Brião de Castro	2019
Oportunidades educacionais no contexto migratório e de refúgio: considerações sobre a Alemanha	HORIZONTES	Ana Elisa Spaolozzi Queiroz Assis, Priscila Lopes de Godoy	2019
Pedagogia da infância no Brasil e na Itália: a criança em contextos interculturais marcados historicamente pelo racismo	ECCOS	Ana Lúcia Goulart de Faria, Flávio Santiago, Márcia Lúcia Anacleto de Souza	2019
Preservação do <i>Deutschtum</i> nas escolas da imigração alemã no período da Campanha de Nacionalização	QUAESTIO	Débora de Lima Velho Junges	2019

Programa Reingresso da Universidade Federal do Paraná: avaliação em contexto de migração e refúgio	EM ABERTO	Bruna Pupatto Ruano, Sérgio Santos Lopes	2019
Pátria, raça e civilização. As instruções para uma emigração de sucesso nos manuais de Geografia italianos entre o final do século XIX e o início do XX	CADERNO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Paolo Bianchini	2019
Religiosa, imigrante, mulher: Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas num olhar transnacional (1895-1917)	REVISTA DIÁLOGO EDUCACIONAL	Alberto Barausse, Marina Matiello, Terciane Ângela Luchese	2019
Scuole italiane all'estero: livros de leitura para as escolas italianas no Brasil (São Paulo/SP- 1911-1931)	CADERNO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Claudia Panizzolo	2019
Social problems in global migration: the case of TRMC	PRÁXIS EDUCACIONAL	Sinem Kasimoğlu	2019
¿Componer y educar interculturalmente es posible? Experiencias desde el sistema educativo español	EDUCAÇÃO E PESQUISA	María del Mar Bernabé Villodre	2019
“Una impronta di italianità”: os livros didáticos para as escolas étnicas italianas no Brasil entre o liberalismo e o fascismo	CADERNO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Alberto Barausse	2019
(In)visibilidade das crianças imigrantes na cidade de São Paulo: questões para pensar a cidadania da pequena infância	REVISTA ESPAÇO PEDAGÓGICO	Carolina Grandino Pereira de Morais, Maria Leticia Nascimento	2020
A escola étnica na cidade de São Paulo e os primeiros tons de uma identidade italiana (1887-1912)	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Claudia Panizzolo	2020
A taxa de alfabetização de Antônio Prado, Rio Grande do Sul (1895-1920)	REVISTA EDUCAÇÃO EM QUESTÃO	Manuela Ciconetto Bernardi, Terciane Ângela Luchese	2020
Alteridade e interculturalidade na escola: um estudo etnográfico sobre estudantes bolivianos em São Paulo	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS	Ana Keila Mosca Pinezi, Janaina Silva Gondin, Marilda Aparecida de Menezes	2020
Constelações Transnacionais de Cuidado e Educação: laços de crianças i/migrantes com famílias transfronteiras	EDUCAÇÃO & REALIDADE	Gabrielle Oliveira	2020



Crianças em situação de imigração na escola pública: percepções de docentes	CADERNOS DE PESQUISA (FCC)	Corina Borri-Anadon, Kelly Russo, Leila Mendes	2020
Dispositivos lingüísticos de acogida, aprendizaje expansivo e interculturalidad: contribuciones para la inclusión educativa de estudiantes extranjeros	EDUCAÇÃO E PESQUISA	Carla Fardella, Felipe Jiménez-Vargas, María-Teresa Hernández-Yáñez, René Valdés Morales	2020
Entre Kinshasa, Luanda e São Paulo: migração e educação nas trajetórias de solicitantes de refúgio angolanas no Brasil	PERSPECTIVA	Lya Amanda Rossa, Marilda Aparecida de Menezes	2020
Experiências de formação e migração latino-americana: contribuições da etnografia para uma perspectiva intercultural na educação	PERSPECTIVA	Maria Laura Diez	2020
Imigrantes no espaço escolar: interfaces da cidadania intercultural com os valores cívicos	REVISTA IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO	Claudio César Machado Moreno, Natalia Branco Lopes Krawczun, Rita de Cássia Resquetti Tarifa Espolador	2020
Imigração e transformação social da Europa: a reviravolta de uma época e as suas perspectivas	PERSPECTIVA	Fabio Perocco, Pietro Basso	2020
Inclusão de alunos imigrantes: um desafio para a gestão diretiva escolar	PRÁXIS EDUCATIVA	Catalina Gotelli-Alvial, Jorge Alarcón-Leiva	2020
Institucionalização da educação no Sul de Mato Grosso. O Grupo Escolar de Batayporã (1955-1974)	CADERNOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani, Thierry Rojas Bobadilha	2020
Integração não formal de migrantes e refugiados em Portugal - Projeto Integrararte	REFLEXÃO E AÇÃO	Clara Costa Oliveira, Maria João Faria	2020
La institucionalización de la formación de los maestros rurales en la provincia de Entre Ríos (Argentina, 1894-1914)	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Janet Cian	2020
Língua, identidade e alteridade: um estudo sobre as relações entre alunos brasileiros e bolivianos em uma escola paulistana	PERSPECTIVA	Ana Keila Mosca Pinezi, Janaina Silva Gondin	2020

Migração intermunicipal de estudantes do ensino básico do Brasil entre 2007 e 2015	PERSPECTIVA	Bruna Atayde Signorini, José Irineu Rangel Rigotti, Renato Moreira Hadad	2020
Migração, trabalho e escolarização de jovens em diferentes percursos escolares	PERSPECTIVA	Claudia Janet Cataño Hoyos, Célia Regina Vendramini, Janaina Gulart Oliveira de Queiroz, Larissa Livramento Pereira	2020
Mobilização do trabalho e escolarização no processo de modernização em comunidades rurais no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil)	PERSPECTIVA	Ana Carolina Gonçalves Leite	2020
Movimentos migratórios e internacionalização da educação superior	INTER-AÇÃO	José Alberto Antunes de Miranda, Paulo Fossatti	2020
Nacionalistas e libertários tensões em torno dos símbolos e comemorações nacionais no ensino fundamental (Argentina, 1910-1930)	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Adrián Ascolani	2020
O estágio curricular supervisionado: interface escola/universidade mediada por alunos estrangeiros	PRÁXIS EDUCACIONAL	Ana Cristina de Moraes, João Pereira da Silva, Maria Cleide da Silva Ribeiro Leite	2020
O imigrante na política educacional brasileira: um sujeito ausente	PRÁXIS EDUCATIVA	Dalila Andrade Oliveira	2020
O menino e o mundo: perdas e enfrentamentos da criança no cinema brasileiro	REVISTA EDUCAÇÃO EM QUESTÃO	Andrea Cordeiro, Gizele de Souza, Vera Lucia Gaspar da Silva	2020
Por uma história da escola primária no contexto de imigração: experiências de escolarização entre imigrantes eslavos e peninsulares itálicos no Paraná	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Elaine Cátia Falcade Maschio, Valquíria Elita Renk	2020
Transcendendo Disjunções Cívicas: organização de jovens transnacionais em um espaço educacional comunitário	EDUCAÇÃO & REALIDADE	Ariel Borns	2020
Unavita per l'educazione: memórias autorreferenciais da professora Maria Mocelini (1878-1961)	PRÁXIS EDUCACIONAL	Gisele Belusso, Terciane Ângela Luchese	2020

Vidas escolares entrecruzadas por itinerários migratórios: cultura e identidade de nordestinos no Triângulo Mineiro	PERSPECTIVA	Daiane de Lima Soares Silveira, Sauloéber Tarsio de Souza	2020
“Nós os ensinamos como podemos...”: Práticas educacionais para crianças imigrantes em escolas primárias na Rússia	CADERNOS DE PESQUISA (UFMA)	Aydar Kalimullin, Chulpan Gromova, Dina Birman, Rezeda Khairutdinova	2020
“Una società senza scuola è un corpo senz’anima”: As escolas italianas de Pelotas/RS mantidas pelas sociedades de mútuo socorro no século XIX	REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Alberto Barausse, Renata Brião de Castro	2020